



PLANO ESTRATÉGICO

ÍNDICE

Sumário Executivo.....	4
1 Introdução	9
2 Área de intervenção - delimitação e caracterização	11
2.1 Área de intervenção - delimitação	12
2.2 Enquadramento jurídico-administrativo	15
2.2.1 Domínio Público Marítimo – ocupação das ilhas barreira.....	16
2.2.2 Documentos estratégicos de âmbito nacional	17
2.2.3 Instrumentos de gestão territorial	23
2.3 Caracterização da área de intervenção.....	36
2.3.1 Componente ambiental.....	39
2.3.2 Componente social	49
2.3.3 Componente económica	58
2.3.4 Síntese e diagnóstico	74
3 Estratégia de intervenção	77
3.1 Visão estratégica.....	78
3.2 Eixos estratégicos e linhas de intervenção.....	80
4 Implementação da estratégia.....	93
4.1 Matriz de projectos/actores	94
4.2 Plano de intervenção	98
4.2.1 Descrição de projectos/acções	99
4.3 Projectos/acções complementares à intervenção.....	127
5 Investimento e financiamento da intervenção.....	130
5.1 Estimativa de investimento.....	130
5.2 Financiamento da intervenção	134
5.2.1 Fontes de financiamento	136
6 Planeamento físico da intervenção.....	140

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 Condições e critérios de avaliação de incidências ambientais	33
Tabela 2 Ponto de Situação dos planos directores municipais.....	34
Tabela 3 Características das ETAR localizadas no PNRF	43
Tabela 4 Produção, estabelecimentos e área ocupada por actividades de aquicultura*.....	62
Tabela 5 Estabelecimentos e produção de aquicultura nos concelhos da Ria Formosa	62
Tabela 6 Oferta turística (em estabelecimentos hoteleiros) nos concelhos da Ria Formosa (2004).....	69
Tabela 7 Procura turística (em estabelecimentos hoteleiros) dos concelhos da Ria Formosa (2004)	69
Tabela 8 Infra-estruturas de recreio náutico na Ria Formosa	72
Tabela 9 Plano de intervenção - Designação de projectos/acções e respectiva codificação.....	100
Tabela 10 Plano de intervenção - Estimativa preliminar de investimento (valores em euros, com IVA)	133
Tabela 11 Plano de intervenção - Proposta de financiamento (valores em euros)	138
Tabela 12 Planeamento físico previsional da intervenção	141

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 Algarve - Ria Formosa	36
Figura 2 Laguna da Ria Formosa	37
Figura 3 Sistema de saneamento previsto	45

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 Evolução da população residente	50
Gráfico 2 Pescadores matriculados e total de pescado descarregado nos portos da Ria Formosa	59
Gráfico 3 Capacidade hoteleira e dormidas nos concelhos da Ria Formosa (2004)	70

ANEXOS

Anexo I | Peças Desenhadas

- 1 | Planta síntese dos instrumentos de gestão territorial
- 2 | Acessibilidades
- 3 | Planta de delimitação da área de intervenção

Anexo II | Fichas de Projecto/Ação

SUMÁRIO EXECUTIVO

A Sociedade Polis Litoral Ria Formosa S.A. – Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria Formosa SA¹ – constituída entre o Estado e os municípios de Loulé, Faro, Olhão e Tavira, foi criada no âmbito do Polis Litoral – Operações Integradas de Requalificação e Valorização da Orla Costeira² – e visa a gestão, coordenação e execução do investimento a realizar na Ria Formosa, na área e nos termos definidos no Plano Estratégico, a ser aprovado pela assembleia geral da Sociedade e pelo município de Vila Real de Santo António.

Em conformidade com o Decreto-Lei n.º 92/2008, de 3 de Junho, a Sociedade elaborou o Plano Estratégico da Intervenção de Requalificação e Valorização da Ria Formosa, tendo por base o Quadro Estratégico da Operação elaborado pelo grupo de trabalho nomeado por Despacho n.º 18 250/2006, 3 de Agosto, do Senhor Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional.

O presente Plano Estratégico tem por objectivo:

- > Constituir-se como o plano operacional da Sociedade, onde se integra um conjunto de projectos/acções concordantes com as orientações estratégicas sectoriais e territoriais definidas para o Algarve, no quadro da política nacional e regional subjacente ao QREN e seus programas operacionais;
- > Enquadrar e potenciar uma operação integrada, quer em termos de projectos/acções a realizar, quer em termos de actores públicos e privados a mobilizar;
- > Desenvolver uma intervenção de requalificação e valorização desta zona costeira, de forma exemplar e diversificada, respondendo a situações de risco para pessoas e bens;
- > Consubstanciar uma estratégia supramunicipal e inter-sectorial, consensualizada entre os diversos agentes relevantes;
- > Implementar uma estratégia integrada, coerente e de futuro para a Ria Formosa, assente em três grandes objectivos – *zona costeira preservada, zona costeira vivida e zona costeira de recursos*.

¹ Decreto-Lei n.º 92/2008, de 3 de Junho.

² Resolução de Conselho de Ministros n.º 90/2008, de 3 de Junho.

A área de intervenção objecto deste Plano Estratégico é de 19 245 ha, abrangendo uma extensão de 48 km de frente costeira ao longo dos concelhos de Loulé, Faro, Olhão, Tavira e Vila Real de Santo António. Esta corresponde, para terra, ao limite da Zona Terrestre de Protecção³ do Sistema Litoral do Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve, e estende-se, para este, até ao limite do concelho de Vila Real de Santo António e, para oeste, até à praia de Vale de Lobo.

A estratégia de intervenção definida para esta zona costeira assenta na afirmação “*Ria Formosa – zona costeira singular – referencial de sustentabilidade*” e consubstancia-se em três eixos estratégicos, que agrupam diferentes tipologias de projectos e acções, a saber:

- > Eixo 1. Preservar o património ambiental e paisagístico – agrega os projectos que visam a minimização da erosão costeira, garantindo assim a preservação do sistema lagunar e a minimização de situações de risco de pessoas e bens, bem como a requalificação e renaturalização de áreas degradadas fundamentais para o equilíbrio biofísico da Ria Formosa – *zona costeira preservada*;
- > Eixo 2. Qualificar a interface ribeirinha – agrega as intervenções de qualificação do território, centrada na criação e melhoria das condições de base que permitam a vivência da Ria e das cidades que a envolvem – *zona costeira vivida*;
- > Eixo 3. Valorizar os recursos como factor de competitividade – agrega um conjunto de projectos que permitam valorizar e potenciar os recursos da Ria, garantindo uma posição de destaque da Ria Formosa no contexto da região em que se insere – *zona costeira de recursos*.

A implementação da estratégia é consubstanciada numa Matriz de projectos/actores, de natureza macro, que integra um conjunto de projectos/acções de carácter estratégico e global e onde se identificam os respectivos actores fundamentais – públicos e privados –, numa lógica integradora que visa o cumprimento da visão estratégica definida, ou seja, a sustentabilidade deste território singular.

Da Matriz resulta um conjunto de projectos/acções que, pelas suas características estruturantes para a requalificação e valorização da Ria Formosa, formatam o Plano de Intervenção a implementar pela Sociedade Polis Litoral Ria Formosa S.A. Este integra os seguintes projectos/acções: medidas correctivas de erosão e defesa costeira – renaturalização, reestruturação e requalificação nos ilhotes e nas ilhas-barreira (prioridades assumidas no

³Linha para terra, até 500 m da margem.

Programa de Acção “Litoral 2007-2013”); transposição de barras; recuperação lagunar e dunar; intervenções de requalificação na interface ribeirinha; requalificação de infra-estruturas portuárias de acostagem e áreas adjacentes; estudos e planos que valorizam a mobilidade e o ordenamento de circulação na Ria, potenciam as actividades económicas dependentes dos seus recursos e a visitação e promoção deste território junto da população local e visitantes.

O Plano de Intervenção envolve um investimento estimado na ordem dos 87,5 milhões de euros, a ser executado no período de 2008 a 2012.

Acresce a este valor os investimentos dos projectos/acções complementares à intervenção, cuja implementação está alocada a várias entidades com responsabilidades neste território, e que fazem parte integrante da estratégia definida.

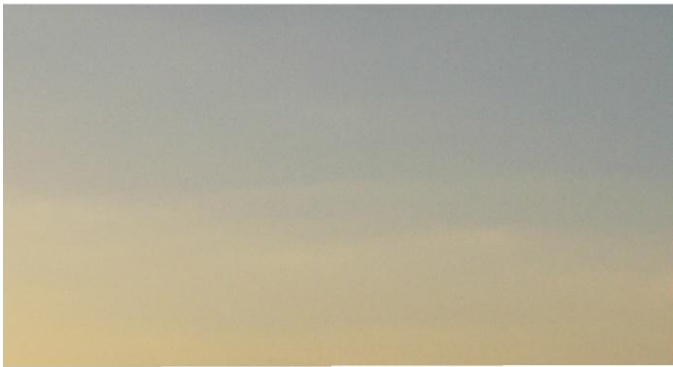
A proposta de cobertura financeira do plano de investimento, a promover pela Sociedade Polis Litoral Ria Formosa S.A., teve como principal elemento da análise o facto de se tratar dum grande projecto público, constituído em torno de uma estratégia integrada para a Ria Formosa, respondendo às actuais orientações de política no domínio da gestão integrada da zona costeira nacional, traduzidas, entre outros aspectos na abordagem multidisciplinar do território, na articulação e mobilização dos diferentes actores e na conciliação dos objectivos de conservação dos recursos naturais e de desenvolvimento socioeconómico e na formação de uma operação pública integrada, que se quer também mobilizadora do sector privado.

Neste pressuposto estão em causa a mobilização dos seguintes montantes por fontes de financiamento à intervenção:

- > Financiamento comunitário — 42.074.746 €, sendo:
 - > Fundo de Coesão (Plano Operacional de Valorização Territorial) — 33.067.182 €;
 - > FEDER (Plano Operacional do Algarve) — 8.795.064 €;
 - > FEP — Fundo Europeu das Pescas — 212.500 €.
- > Financiamento nacional — 45.581.886 €, sendo:
 - > MAOT — 14.175.000 €;
 - > Autarquias — 8.661.314 €;
 - > Outras entidades (MOPTC/IPTM, MEI/TP) — 13.788.228 €;
 - > Outros (IHRU, privados) — 8.957.344 €.

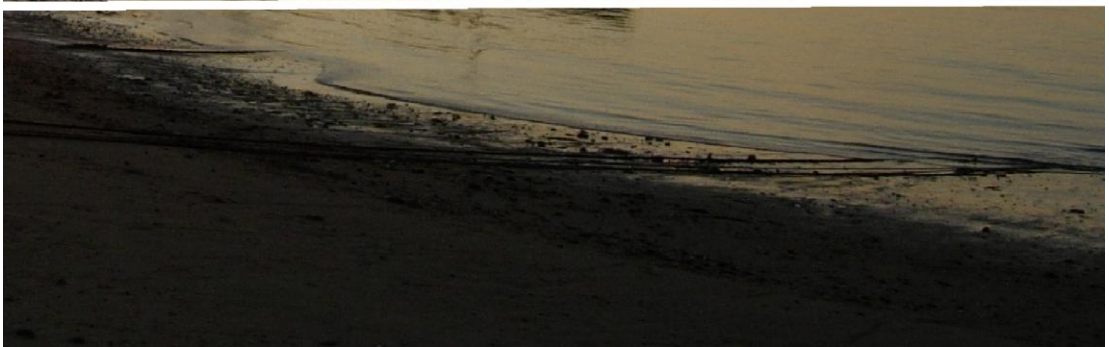
A operacionalização da intervenção de requalificação e valorização da Ria Formosa será assumida pela Sociedade Polis Litoral Ria Formosa S.A. que têm por objecto a gestão, coordenação e execução do investimento a realizar no âmbito do Polis Litoral – Operações Integradas de Requalificação e Valorização da Orla Costeira, na área e nos termos definidos neste Plano Estratégico.

Para acompanhar e apoiar a execução da intervenção, a Sociedade integra um conselho consultivo, constituído por várias entidades com relevância e responsabilidades neste território, nomeadamente por um representante das seguintes entidades: ICNB – Instituto de Conservação da Natureza e Biodiversidade, I.P., que preside; ARH do Algarve – Administração da Região Hidrográfica do Algarve, I.P.; INAG – Instituto da Água, I.P.; TP – Turismo de Portugal, I.P.; INRB – Instituto Nacional de Recursos Biológicos, I.P.; IPTM – Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, I.P.; CCDR Algarve – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve; Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve; município de Vila Real de Santo António e Águas do Algarve, S.A.



1.

Introdução



1| INTRODUÇÃO

O Programa do XVII Governo Constitucional consagra para as zonas costeiras o desenvolvimento de uma política integrada e coordenada que favoreça a protecção ambiental e a valorização paisagística, mas que enquadre também a sustentabilidade e a qualificação das actividades económicas que aí se desenvolvem.

Reconhecendo a importância estratégica da zona costeira e considerando que as intervenções no litoral devem prosseguir objectivos concretos de modernidade e inovação, no respeito pelas suas tradições, a Resolução de Conselho de Ministros n.º 90/2008, de 3 de Junho, determina a realização de um conjunto de operações de requalificação e valorização de zonas de risco e de áreas naturais degradadas situadas no litoral, em espaços de intervenção prioritária, designado por Polis Litoral – Operações de Requalificação e Valorização da Orla Costeira.

A realização destas Operações de Requalificação e Valorização da Orla Costeira, as quais são reconhecidas de interesse público pela Resolução de Conselho de Ministros referida, tem como objectivo:

- > Proteger e requalificar a zona costeira, tendo em vista a defesa da costa, a promoção da conservação da natureza e biodiversidade, a renaturalização e a reestruturação de zonas lagunares e a preservação do património natural e paisagístico, no âmbito de uma gestão sustentável;
- > Prevenir e defender pessoas, bens e sistemas de riscos naturais;
- > Promover a fruição pública do litoral, suportada na requalificação dos espaços balneares e do património ambiental e cultural;
- > Potenciar os recursos ambientais como factor de competitividade, através da valorização das actividades económicas ligadas aos recursos do litoral e associando-as à preservação dos recursos naturais.

A execução do conjunto de operações de requalificação e valorização da orla costeira, que integram o “Polis Litoral”, será assegurada por empresas públicas a constituir sob a forma de sociedade comercial de capitais exclusivamente públicos, com a participação maioritária do Estado e minoritária dos municípios territorialmente abrangidos.

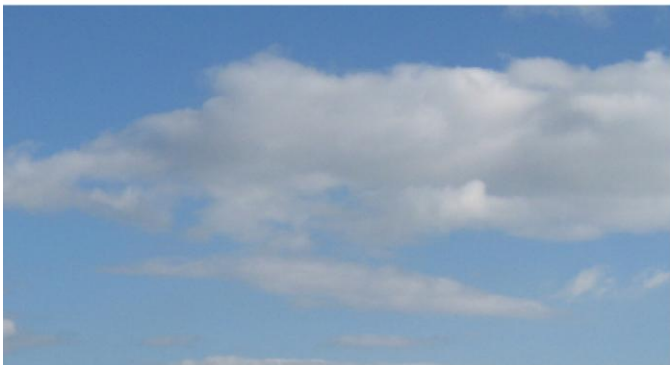
O conteúdo operativo de cada uma das operações “Polis Litoral” deve constar de um plano estratégico, cuja aprovação deve ser precedida de avaliação ambiental de planos e

programas nos termos do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, a realizar pela respectiva sociedade gestora.

Foram identificadas três áreas que serão sujeitas a intervenção neste âmbito: Ria Formosa, Litoral Norte e Ria de Aveiro. Posteriormente, outras áreas poderão vir a ser abrangidas por este Programa.

O Polis Litoral Ria Formosa é a primeira operação integrada de requalificação e valorização da orla costeira a entrar em fase de concretização. Neste âmbito foi constituída, pelo Decreto-Lei n.º 92/2008, de 3 de Junho, a Sociedade Polis Litoral Ria Formosa S.A. — Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria Formosa —, sociedade comercial de capitais exclusivamente públicos, com a participação maioritária do Estado e minoritária dos municípios de Loulé, Faro, Olhão e Tavira. Esta sociedade tem por objecto a gestão, coordenação e execução do investimento a realizar na Ria Formosa, na área e nos termos definidos no respectivo Plano Estratégico.

Na sequência da constituição da Sociedade e de acordo com o estabelecido no n.º 3 do artigo 1.º do referido diploma, foi elaborado o Plano Estratégico da Intervenção de Requalificação e Valorização da Ria Formosa tendo por base o quadro estratégico da intervenção elaborado no âmbito do Grupo de Trabalho nomeado por Despacho n.º 18 250/2006, de 3 de Agosto, do Senhor Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional.



2.

Área de intervenção

Delimitação
e caracterização



2| ÁREA DE INTERVENÇÃO - DELIMITAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO

Para a caracterização da área de intervenção no território onde se integra a Ria Formosa, importa conhecê-lo, quer do ponto de vista jurídico e administrativo, quer das suas características físicas, ambientais, sociais e económicas. Neste capítulo são desenvolvidos estes aspectos que, sequentemente, enformam a síntese e diagnóstico para o território da Ria Formosa.

2.1 | ÁREA DE INTERVENÇÃO – DELIMITAÇÃO

A Área de Intervenção deste Plano, com cerca de 19 245 ha, corresponde, para terra, à área delimitada pela linha dos 500 metros (limite da “Zona Terrestre de Protecção”) do Sistema Litoral do PROT-Algarve, estende-se, para este, até ao limite do concelho de Vila Real de Santo António e, para oeste, até à praia de Vale de Lobo. Incide sobre as frentes costeiras e lagunares da Ria Formosa e apresenta as seguintes características:

- > Área de Intervenção | 19 245 ha
- > Frente costeira | 48 km
- > Frente de Ria | 57 km
- > Concelhos abrangidos | Loulé, Faro, Olhão, Tavira e Vila Real de Santo António
- > Área de paisagem protegida | Parque Natural da Ria Formosa

No Anexo I é apresentada a planta com os limites da área de intervenção do Plano Estratégico da Intervenção de Requalificação e Valorização da Ria Formosa.

Princípios orientadores da delimitação

A delimitação da área de intervenção teve em consideração o enquadramento legal presente e as directivas de ordenamento formuladas nos instrumentos de gestão territorial aplicáveis, nomeadamente:

- > Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve (PROT-Algarve);
- > Plano de Ordenamento da Orla Costeira Vilamoura – Vila Real de Santo António (POOC);
- > Plano de Ordenamento do Parque Natural da Ria Formosa (POP NRF).

O PROT- Algarve define um modelo territorial para esta Região, estando a Ria Formosa enquadrada na unidade territorial Litoral Sul e Barrocal – Subunidade territorial – Ria Formosa.

Esta corresponde ao essencial do PNR, zona húmida lagunar de elevada produtividade biológica e diversidade ecológica. As orientações e prioridades indicadas para esta subunidade passam pela elaboração dos planos de intervenção nas praias e do plano de urbanização, ou plano de pormenor, nos principais aglomerados urbanos e nas zonas envolventes consideradas degradadas, em articulação com o POPNR, com vista à qualificação e estabilização dos usos e paisagem envolvente e pela concretização das acções do POOC.

Relativamente ao sistema litoral, o PROT-Algarve considera como prioritário o seu reordenamento, nomeadamente nas faixas não integradas em áreas protegidas, para as quais são definidas normas orientadoras que visam a requalificação da urbanização na faixa costeira sul. Estas orientações deverão ser consagradas na revisão dos Planos Directores dos respectivos municípios. Assim, para o *sistema litoral* definem-se os seguintes limites territoriais e respectivas orientações:

- > *Margem* (até 50 metros da LMPMAVE) – Não são autorizadas novas construções dentro da *Margem*, nem nas faixas de risco, com excepção de infra-estruturas de apoio balnear e marítimas em conformidade com o POOC;
- > *Zona Terrestre de Protecção* (50-500 metros) – Não são autorizadas novas construções nesta faixa, fora dos perímetros urbanos, à excepção de infra-estruturas e equipamentos colectivos de iniciativa pública e de inequívoco interesse público e, ainda, de operações de realocação em Espaços de Ocupação Turística (EOT);
- > *Retaguarda da Zona Terrestre de Protecção* (500-2000 metros) – As novas ocupações fora dos perímetros urbanos ficam condicionadas ao regime de edificabilidade dos EOT ou a novos Núcleos de Desenvolvimento Turístico (NDT). Exceptuam-se, também nesta faixa, as ocupações relativas a infra-estruturas e equipamentos colectivos de iniciativa pública e de inequívoco interesse público. Nas áreas desta faixa, adjacentes à Ria Formosa, é admitida a recuperação de áreas degradadas, designadamente mediante a requalificação ou construção de infra-estruturas,

equipamentos e parques urbanos empresariais, sem a componente de alojamento, desde que considerados de interesse municipal.

O POOC, que tem por objecto as águas costeiras e interiores e respectivos leitos e margens, regulamenta, na zona terrestre, uma faixa de protecção, cuja largura máxima não excede 500 metros, contados da linha que limita a margem das águas do mar. No presente caso a faixa costeira regulamentada por este instrumento de gestão territorial insere-se, quase na sua totalidade, na área de jurisdição do PNRF, pelo que a implementação de algumas acções e projectos definidos no POOC são da responsabilidade desta entidade.

O POPNRF regulamenta uma área de 18 000 ha, ao longo de uma faixa de 57 km de extensão no litoral Algarvio, delimitada pelas penínsulas do Ancão, a oeste, e de Cacela, a este. A norte, ultrapassa apenas numa pequena faixa da Estrada Nacional 125 e, a sul, é delimitada pelo oceano Atlântico.

Este Plano abrange e regulamenta parcialmente os concelhos de Loulé, Faro, Olhão, Tavira e Vila Real de Santo António. Todavia, verifica-se uma importância relativa muito diferenciada do Parque nos vários concelhos: abrange apenas 1,5% da área do concelho de Loulé e 5,1% do concelho de Tavira; 13% da área da parte oeste do concelho de Vila Real de Santo António; 29,7% e 32,4% dos concelhos de Olhão e Faro, respectivamente. Integra também a faixa litoral regulamentada pelo POOC que se encontra dentro dos limites do PNRF.

2.2 | ENQUADRAMENTO JURÍDICO-ADMINISTRATIVO

A Ria Formosa, face à sua especificidade, condição geográfica e dimensão, é regulamentada por instrumentos de gestão territorial de diversa ordem e natureza, que conjuntamente com os documentos de orientação estratégica de âmbito nacional, que sustentam as opções políticas de ordenamento, planeamento e gestão em diferentes sectores, constituem o quadro de referência para a elaboração do presente Plano Estratégico.

A especificidade da Ria Formosa reflecte-se igualmente na presença de múltiplas entidades com responsabilidade de gestão neste território. Assim, dentro dos limites do Parque Natural da Ria Formosa a gestão está sob a responsabilidade do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAOT). Dentro deste, cabe ao Instituto de Conservação da Natureza e Biodiversidade (ICNB) a tutela sobre esta área protegida. No restante território, fora dos limites do Parque Natural, as intervenções na zona costeira são asseguradas pelo Instituto da Água (INAG) e, com o novo enquadramento da Lei da Água, as competências em matéria de recursos hídricos, anteriormente cometidas às Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR), passam a ser exercidas pela Administração da Região Hidrográfica do Algarve (ARH Algarve)⁴.

As áreas portuárias presentes são tuteladas pelo Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações (MOPTC), por via do Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos (IPTM). A jurisdição do IPTM exerce-se nas zonas dentro dos limites da largura máxima legal do domínio público marítimo, os canais de navegação e as zonas flúvio-marítimas e as terrestres, nomeadamente as necessárias à exploração portuária e à execução e conservação das obras dos portos de Faro, Olhão, Fuzeta, Santa Luzia, Tavira e Cabanas. Os terrenos dentro das áreas de jurisdição do IPTM, que não sejam municipais ou particulares, os cais, docas, obras de acostagem e outras obras marítimas consideram-se integrados no domínio público do Estado afecto ao IPTM.

Complementarmente, os Planos Directores Municipais dos cinco concelhos abrangidos pela Ria Formosa disciplinam a ocupação, uso e transformação do território, sendo a responsabilidade da sua execução e gestão dos respectivos municípios.

⁴ Portaria n.º 393/2008, de 5 de Janeiro.

Face ao contexto jurídico-administrativo deste território, o presente Plano Estratégico deverá enquadrar, dar coerência e estruturar espacialmente intervenções previstas e a propor que sustentem uma estratégia de desenvolvimento sustentável e integrado para a Ria Formosa, orientando a sua atempada realização.

O presente Plano tem natureza eminentemente operacional, de apoio à execução dos instrumentos de gestão territorial e dos documentos estratégicos para este território. Não tem correspondência em nenhuma figura de planeamento, pelo que não possui valor jurídico interno ou externo, nomeadamente em matéria de determinação da actuação das entidades administrativas ou dos particulares.

2.2.1 | DOMÍNIO PÚBLICO MARÍTIMO – OCUPAÇÃO DAS ILHAS BARREIRA

Com a aprovação da Lei da Água⁵ ficou assegurada a transposição da Directiva Quadro da Água e o estabelecimento das bases para a gestão sustentável dos recursos hídricos, com a definição de todo um novo quadro institucional para o sector.

O novo enquadramento institucional é harmonizado com o princípio da Região Hidrográfica como unidade principal de planeamento e gestão, tal como imposto pela Directiva. A Lei Orgânica do MAOT procedeu à redefinição das estruturas deste Ministério através, designadamente, da reestruturação do Instituto da Conservação da Natureza e da instituição de Administrações Regionais Hidrográficas (ARH), nos termos da Lei da Água.

Com efeito, o diploma institui cinco ARH (Norte, Centro, Tejo, Alentejo e Algarve) as quais, para além de prosseguirem atribuições do MAOT, têm por missão proteger e valorizar as componentes ambientais das águas, bem como proceder à gestão sustentável dos recursos hídricos.

São, nomeadamente, atribuições das ARH: elaborar e executar os Planos de Gestão das Bacias Hidrográficas e os Planos Específicos de Gestão das Águas; emitir títulos de utilização de recursos hídricos e fiscalizar o seu cumprimento; participar na elaboração dos Planos de Ordenamento de Albufeiras de Águas Públicas, nos Planos de Ordenamento da Orla Costeira e nos Planos de Ordenamento de Estuários; elaborar o registo das zonas protegidas; identificar as zonas de captação de água para consumo humano e prosseguir as demais atribuições referidas na Lei da Água.

⁵ Lei 58/2005, de 29 Dezembro.

Esta Lei põe fim à actual divisão entre o regime aplicável à gestão das águas marítimas e o regime aplicável à gestão das restantes águas. É criado um sistema único para a gestão sustentável das águas, qualquer que seja a sua natureza, e a dos respectivos terrenos confinantes. Esta unificação obriga a uma reformulação completa do regime de utilização de tais recursos, que passa a estar sob a égide de uma única Autoridade Nacional.

A Ria Formosa, sendo uma laguna costeira, integra áreas em Domínio Público Marítimo (DPM) de acordo com a delimitação efectuada nos termos da legislação vigente⁶, sendo a sua jurisdição e tutela do MAOT.

Os recursos hídricos do domínio público são entendidos como de uso e fruição comum, sendo possível, no entanto, atribuir direito de uso privativo, através de licença ou concessão a atribuir pela entidade responsável, não podendo ser adquiridos por usucapião, ou por qualquer outro título.

As ilhas-barreira e os ilhotes da Ria Formosa integram-se na sua totalidade em DPM. Nestes existem áreas de ocupação e edificação com titularidades diversas que importa enquadrar neste Plano Estratégico.

A Ilha da Culatra faz parte deste conjunto de ilhas-barreira, nela se localizando três núcleos populacionais com ocupações de natureza piscatória ou turística: Culatra, Hangares e Farol (parte da Ilha do Farol está integrada na área sob administração do IPTM). Nesta ilha, os usos e ocupações privadas são ilegais (fora da área sob administração do IPTM), porquanto não estão abrangidos por qualquer título de utilização, atribuído pelas entidades competentes.

Em situação de irregularidade encontram-se, igualmente, os ilhotes (Ramalhete, Cobra, Altura, Coco, Ratas, Entre Coco e Ratas), bem como o núcleo da Fuzeta e parte da Ilha de Faro.

Na Ilha Deserta as entidades competentes atribuíram licenças de ocupação em DPM para apoios de pesca (aprestos de pesca).

Relativamente à Ilha da Armona, o Governo autorizou que a então Direcção-Geral de Portos concedesse o direito de uso privativo de uma parcela de terreno do DPM, aproximadamente 40 ha, ao município de Olhão⁷. A concessão foi declarada de utilidade pública e o prazo da

⁶ Lei n.º 54/2005, de 15 de Novembro.

⁷ Decreto-lei n.º 92/83, de 16 de Fevereiro.

mesma termina em 2013, data a partir da qual o Estado ficará na posse das obras, edifícios, instalações, equipamentos e demais bens afectos à concessão, nos termos do estabelecido na base da mesma.

No âmbito desta concessão, a Câmara Municipal de Olhão elaborou o Plano de Pormenor de Ocupação e Recuperação da Zona Urbano-Turística de Armona, regulamentando a ocupação e uso do solo e fazendo referência ao carácter precário das edificações e à vocação para vilegiatura e comércio⁸.

Na Ilha do Ancão, conhecida por “Praia de Faro” o Governo decretou a desafecção do DPM de uma parcela de terreno, com aproximadamente 47,6 ha, passando esta a integrar o domínio privado do Estado⁹.

A citada Lei da Água estabelece que os títulos de utilização emitidos ao abrigo da legislação anterior se mantêm em vigor, nos mesmos termos, desde que sejam levados ao conhecimento da respectiva ARH no prazo de um ano e sem prejuízo da sujeição dos seus titulares às obrigações decorrentes da presente lei.

Estabelece ainda que o Governo promoverá através de decretos-leis complementares, as condições necessárias para a progressiva adaptação destes títulos e para a regularização de todas as utilizações não tituladas de recursos hídricos existentes, fixando designadamente o prazo e as condições dessa regularização.

As ocupações não abrangidas por qualquer título legal das restantes ilhas-barreira e ilhotes existentes na Ria Formosa, naturalmente incluídas no domínio público marítimo, poderão vir a ser objecto de regularização nos termos do estabelecido na Lei da Água, sendo fixadas as suas condições em legislação futura e complementar.

2.2.2 | DOCUMENTOS ESTRATÉGICOS DE ÂMBITO NACIONAL

Entre os diversos documentos de orientação estratégica de âmbito nacional que sustentam as opções políticas de ordenamento, planeamento e gestão de diferentes sectores, encontram-se aqueles que, dada a sua relevância para este território, enquadram as intervenções a propor e estabelecem pressupostos essenciais para o desenvolvimento deste Plano Estratégico. Assim, são apresentadas as principais linhas orientadoras dos

⁸ Publicado na II série do *Diário da República*, de 22 de Abril de 1995.

⁹ Decreto-lei n.º 40 718, de 2 de Agosto de 1956.

documentos estratégicos que se consideraram mais relevantes, referindo-se particularmente:

- > Polis Litoral – Operações integradas de requalificação e valorização da orla costeira
- > Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade;
- > Estratégia Nacional para o Mar;
- > Plano Estratégico Nacional para a Pesca, 2007-2013;
- > Orientações Estratégicas para o Sector Marítimo Portuário.

Polis Litoral – Operações Integradas de Requalificação e Valorização da Orla Costeira

Dando prossecução às intenções expressas no Programa do XVII Governo Constitucional, que preconiza o desenvolvimento de uma política integrada e coordenada para as zonas costeiras, tendo em vista promover a protecção ambiental e a valorização paisagística a par da qualificação das actividades económicas, foi determinada a realização de um conjunto de operações de requalificação e valorização do litoral, com a designação Polis Litoral – Operações Integradas de Requalificação e Valorização da Orla Costeira (Resolução do Conselho de Ministros n.º 90/2008, de 3 de Junho).

Com o Programa Polis Litoral pretende-se dar resposta, simultaneamente, aos seguintes objectivos:

- > Proteger e requalificar a zona costeira, tendo em vista a defesa da costa, a promoção da conservação da natureza e da biodiversidade, a renaturalização e a reestruturação de zonas lagunares e a preservação do património natural e paisagístico, no âmbito de uma gestão sustentável;
- > Prevenir e defender pessoas, bens e sistemas de riscos naturais;
- > Promover a fruição pública do litoral, suportada na requalificação dos espaços balneares e do património ambiental e cultural;
- > Potenciar os recursos ambientais como factor de competitividade, através da valorização das actividades económicas ligadas aos recursos do litoral e associando-as à preservação dos recursos naturais.

De acordo com a referida Resolução do Conselho de Ministros, as operações a desenvolver no âmbito do Polis Litoral serão executadas por uma empresa pública a constituir sob a forma de sociedade comercial de capitais exclusivamente públicos, com a participação maioritária do Estado e minoritária dos municípios territorialmente abrangidos.

As operações deverão integrar um plano estratégico a aprovar após realizada a respectiva avaliação ambiental (nos termos do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho), a realizar pela respectiva sociedade gestora.

Foram identificadas três áreas que serão sujeitas a intervenção neste âmbito: Ria Formosa, Litoral Norte e Ria de Aveiro. Posteriormente, outras áreas poderão vir a ser abrangidas por este Programa.

Para a Ria Formosa, a Resolução do Conselho de Ministros, perspectiva uma intervenção em 48 km de frente costeira e em 57 km de frente lagunar, inclusivamente na área protegida do Parque Natural da Ria Formosa, nos municípios de Loulé, Faro, Olhão, Tavira e Vila Real de Santo António. Terá lugar a renaturalização de espaços edificados em zona lagunar, prevendo-se a demolição, nos ilhotes e nas ilhas-barreira, com base nas orientações do POOC, das construções localizadas no domínio público em situação irregular, respeitando, consolidando e qualificando, contudo, os núcleos históricos de primeira habitação de pescadores, mariscadores e viveiristas. Assim, proceder-se-á à renaturalização de cerca de 83 ha de ilhotes e ilhas-barreira, à reestruturação e requalificação em 89 ha nas ilhas-barreira e à requalificação de 37 ha de frentes ribeirinhas.

Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade

A Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade¹⁰ assume-se como um instrumento fundamental para a política de ambiente, estando articulada com os compromissos internacionais assumidos no âmbito da Convenção sobre a Diversidade Biológica e com a estratégia europeia.

Esta Estratégia assenta em três objectivos gerais: (i) a conservação da natureza e diversidade biológica; (ii) a promoção da utilização sustentável dos recursos biológicos e (iii) a prossecução dos objectivos visados pelos processos de cooperação internacional. Estes objectivos sustentam-se em dez opções estratégicas fundamentais, destacando-se as seguintes:

¹⁰ Aprovada por Resolução do Conselho de Ministros n.º 152/2001, de 11 de Outubro.

- > Promoção e valorização das áreas protegidas e conservação do seu património natural, cultural e social;
- > Conservação e valorização do património natural dos sítios e das zonas de protecção especial integrados no processo da Rede Natura 2000;
- > Desenvolvimento de acções específicas de conservação e gestão de *habitats*, bem como a salvaguarda e a valorização do património paisagístico e dos elementos notáveis do património geológico, geomorfológico e paleontológico;
- > Promoção da integração da política de conservação da natureza e do princípio da utilização sustentável dos recursos biológicos na política de ordenamento do território e nas diferentes políticas sectoriais.

Estratégia Nacional para o Mar

Face à necessidade de Portugal adoptar uma política integrada e abrangente na governação de todos os assuntos do mar, contemplada no Programa do XVII Governo Constitucional, foi elaborada a Estratégia Nacional para o Mar¹¹. Este documento visa “criar os mecanismos indispensáveis e proporcionar aos vários agentes as condições necessárias para o aproveitamento sustentável do Mar, em benefício das populações”. Esta Estratégia está alicerçada numa abordagem transversal e multidisciplinar, integradora das várias políticas nacionais que, em particular, garanta a “articulação com os planos, estratégias e programas que incidam nas zonas costeiras e águas adjacentes”.

O documento assenta em três pilares estratégicos: (i) o conhecimento, (ii) o planeamento e o ordenamento espacial e (iii) a promoção e defesa activa dos interesses nacionais. Pretende-se, assim, “*valorizar definitivamente a importância do mar como elemento diferenciador, projectando-o no futuro como um dos principais motores de desenvolvimento do país*”.

As acções e medidas que materializam aqueles pilares dividem-se pelas seguintes áreas:

- > Transportes, apostando na competitividade dos portos nacionais e fomentando o transporte marítimo, menos poluente;
- > Energia, apostando nos recursos existentes no mar para uma energia renovável;

¹¹ Aprovada em Conselho de Ministros a 16 de Novembro de 2006.

- > Aquicultura e pescas, diversificando as actividades económicas das comunidades piscatórias, implementando áreas marinhas protegidas, fomentando a investigação e desenvolvimento de aquicultura *off-shore*, garantindo a sua rentabilidade económica e sustentabilidade ambiental;
- > Ambiente e conservação da natureza, assegurando a manutenção dos ecossistemas marinhos e costeiros;
- > Turismo, lazer e náutica de recreio, valorizando o mar como diferenciador da oferta turística e estimulando as ofertas associadas ao mar.

Plano Estratégico Nacional para a Pesca

Face à tendência de diminuição das oportunidades de pesca e das capturas foi reconhecida a necessidade de uma gestão mais eficaz, equilibrada e sustentada dos recursos e do meio marinho, o que motivou a elaboração de um Plano Estratégico Nacional para a Pesca, 2007-2013¹².

De acordo com este Plano, constitui imperativo nacional a manutenção de uma actividade significativa no sector da pesca, que possa constituir-se como instrumento fixador de populações ribeirinhas.

A Estratégia do sector assenta em quatro prioridades para o período de 2007-2013:

- > Promover a competitividade do sector pesqueiro num quadro de adequação aos recursos disponíveis, através da modernização das embarcações de pesca e de apoios específicos para a pequena pesca costeira, procurando ainda proporcionar melhores condições de comercialização. Neste âmbito, propõe-se, igualmente, promover a salicultura, reactivando as saliculturas tradicionais e incentivando a criação de um produto de qualidade, com maior valor comercial;
- > Reforçar, inovar e diversificar a indústria aquícola, porquanto Portugal dispõe de factores favoráveis a esta actividade. Este documento propõe um Plano de Ordenamento da Actividade Aquícola e o incentivo a processos de certificação do produto;

¹² A versão publicada pelo MADRP-DGPA em 3 de Julho 2007.

- > Criar mais valor e diversificar a indústria transformadora, pretendendo alcançar um aumento da exportação e extensão a novos mercados, dando prioridade às unidades produtivas de aquicultura e apostando numa política de qualidade e de inovação de processos e produtos;
- > Assegurar o desenvolvimento das zonas costeiras dependentes da pesca, porquanto o Plano define uma estratégia de desenvolvimento sustentável das zonas de pesca, incentivando a criação ou modernização de pequenas infra-estruturas que promovam o turismo, a protecção do ambiente e o património histórico e natural.

Orientações Estratégicas para o Sector Marítimo Portuário

No âmbito das Orientações Estratégicas para o Sector Marítimo Portuário definidas pelo Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicação¹³, destacam-se algumas das opções apontadas para as estruturas, cuja responsabilidade e gestão está cometida ao Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos (IPTM) e integram o território da Ria Formosa:

- > Reorganização institucional do sector (IPTM como entidade reguladora e de apoio ao Governo no planeamento estratégico do sector; reforço das suas atribuições de supervisão no sector marítimo-portuário, de acordo com a orientação de delegar numa entidade autónoma poderes que actualmente ainda se encontram concentrados no Governo).
- > Soluções de gestão adequadas para os portos secundários. Os portos comerciais de Faro e Portimão, assim como todas as infra-estruturas de apoio à náutica de recreio e desporto e à pesca sob jurisdição do IPTM a sul de Sines, permanecerão transitoriamente sob a gestão deste Instituto. Em relação a estes dois portos comerciais, o IPTM deverá elaborar estudos de detalhe que permitam identificar a solução adequada para a sua administração e gestão até 2008;
- > Para os portos e infra-estruturas de apoio à pesca ou núcleos dotados de infra-estruturas simples, são indicadas as seguintes orientações:
 - > Sempre que viável, contratualizar a gestão com terceiros, retirando o IPTM da sua gestão;

¹³ Versão para consulta do MOPTC-SET (Dezembro de 2006).

- > Promover, sempre que possível e nisso haja interesse recíproco, a delegação nos municípios ou associações de municípios, da gestão dos contratos de concessão ou exploração destas unidades;
 - > Para todas as estruturas cuja gestão seja atribuída a terceiros, deverá reduzir-se a intervenção do MOPTC limitando-a, tanto quanto possível, no que se refere a investimentos: às obras de abrigo exterior; às intervenções de regularização; às dragagens de estabelecimento ou de manutenção excepcional e aos apoios à segurança da navegação.
- > Relativamente às infra-estruturas de navegação de recreio e desporto, sob jurisdição do IPTM, são indicadas as seguintes orientações:
- > Procurar parcerias com entidades públicas e privadas para a exploração destas estruturas, potenciando a sua utilização;
 - > Promover, sempre que possível, a concessão destas infra-estruturas a municípios ou a associações de municípios, admitindo a possibilidade de estas entidades subconcessionarem a sua exploração.

Em relação aos portos e infra-estruturas do Algarve, na operacionalização destes objectivos será tido em atenção que: o segmento de carga está potencialmente presente; existe um grande peso das componentes marítimo-turística (cruzeiros fluviais) e da náutica de recreio e desporto; e uma lógica de conjunto (rede) que justifica uma abordagem integrada, territorial e sectorialmente, assim como a consideração de soluções específicas.

2.2.3 | INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL

A especificidade, a condição geográfica e a dimensão da Ria Formosa levam a que existam instrumentos de gestão territorial de âmbitos e naturezas diversas que regulam e orientam o desenvolvimento deste território, referindo-se os seguintes:

- > Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT);
- > Planos Especiais de Ordenamento do Território: Plano de Ordenamento da Orla Costeira Vilamoura-Vila Real de Santo António (POOC), Plano de Ordenamento do Parque Natural da Ria Formosa (POPNR);
- > Planos Sectoriais de Ordenamento do Território: Plano Sectorial da Rede Natura 2000;

- > Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve (PROT-Algarve);
- > Planos Directores Municipais dos cinco concelhos (PDM).

Os planos especiais, para além das disposições de natureza regulamentar que deverão ser observadas nas intervenções que venham a ser propostas, estabelecem um conjunto de intervenções de particular importância a considerar na elaboração deste Plano Estratégico.

Os planos sectoriais definem, para áreas distintas, orientações de política sectorial com grande relevância face às especificidades deste território, nomeadamente porque este território insere-se, na sua totalidade, na Rede Natura 2000, quer como Sítio – Ria Formosa/Castro Marim (PTCON0013), quer como Zona de Protecção Especial – Ria Formosa (PTZPE0017).

O PNPOT¹⁴ define um conjunto de opções territoriais para as várias regiões que deverão ser incorporadas nos respectivos planos de ordenamento e que o PROT-Algarve¹⁵ já contempla.

Este plano regional veio, de facto, estabelecer as orientações para o ordenamento do território algarvio, numa perspectiva de desenvolvimento económico, social e cultural, constituindo o quadro de referência para os planos municipais de ordenamento do território. Abrange toda a região do Algarve, porquanto os concelhos objecto deste Plano Estratégico estão incluídos na Unidade Territorial – Litoral Sul e Barrocal

Os PDM dos cinco concelhos encontram-se em fases distintas (já revistos, na fase inicial de revisão ou na fase final desse processo). Em qualquer dos casos, as orientações e, sobretudo, os condicionamentos estabelecidos nestes instrumentos de gestão territorial devem ser tidos em consideração nos projectos e acções que venham a ser propostos.

Apresenta-se de seguida uma breve análise dos instrumentos de gestão territorial que regulam e orientam o desenvolvimento deste território.

Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve

Este instrumento estabelece as orientações para o ordenamento do território regional, numa perspectiva de desenvolvimento económico, social e cultural, constituindo o quadro de referência para os Planos Municipais de Ordenamento do Território. Abrange toda a

¹⁴ Aprovado pela Lei n.º 58/2007, de 4 de Setembro.

¹⁵ Aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 102/2007, de 3 de Agosto.

região do Algarve, porquanto os concelhos objecto deste Plano Estratégico estão incluídos na Unidade Territorial – Litoral Sul e Barrocal.

O PROT-Algarve constitui-se, assim, como um instrumento de referência para o desenvolvimento do Algarve, e prossegue as linhas programáticas e os objectivos estratégicos definidos no PNPOT para esta Região, nomeadamente:

- > Qualificar e diversificar o *cluster* turismo/lazer;
- > Robustecer e qualificar a economia e promover actividades intensivas em conhecimento;
- > Promover um modelo territorial equilibrado e competitivo;
- > Consolidar um sistema ambiental sustentável e durável.

Neste enquadramento, são ainda definidas diferentes opções territoriais, entre as quais se destacam, no âmbito do presente Plano Estratégico:

- > Criar as condições de qualificação do turismo e promover a diversificação da economia e a emergência de actividades da sociedade do conhecimento;
- > Estruturar o sistema urbano regional na perspectiva do equilíbrio territorial e da competitividade, assente na afirmação de aglomerações urbanas policêntricas e no reforço da cooperação interurbana;
- > Garantir níveis elevados de protecção dos valores ambientais e paisagísticos e preservar os factores naturais e territoriais da competitividade turística;
- > Qualificar o espaço público e preparar programas integrados de renovação ou recuperação de áreas urbanas e turísticas em risco de degradação;
- > Controlar os processos de edificação dispersa e requalificar os espaços afectados;
- > Assegurar o planeamento e a gestão integrados do litoral, visando nomeadamente a protecção da orla costeira e das áreas vitais para a rede ecológica regional.

O Modelo Territorial proposto no PROT-Algarve constitui o suporte das intervenções a apresentar, nomeadamente, no quadro dos cinco sistemas que o constituem: 1) Sistema Urbano; 2) Sistema de Turismo; 3) Sistema do Litoral; 4) Sistema Ambiental; e 5) Sistema de Acessibilidade e Mobilidade.

As disposições indicativas sobre a realização de investimentos públicos e privados relevantes, para a implementação do modelo territorial consignado no PROT-Algarve, vêm

definidas no seu Programa de Execução, onde se prevê a realização de um “Programa Integrado de Requalificação e Valorização da Ria Formosa”, a ser promovido pelo ICNB, IPTM e Câmaras Municipais de Loulé, Faro, Olhão, Tavira e Vila Real de Santo António.

Esta acção/projecto, considerada de primeira prioridade, enquadra três dos seguintes Programas Estratégicos e as medidas associadas:

PE 03 | Valorização e requalificação ambiental

- > Discriminação positiva de áreas protegidas
- > Rede ecológica regional
- > Fomento de energias renováveis
- > Ordenamento e valorização de zonas húmidas

PE 06 | Valorização do litoral e frentes de mar

- > Requalificação e valorização das frentes de mar
- > Implementação dos POOC
- > Intervenções em ordenamento do território
- > Ordenamento e requalificação de eixos estruturantes

PE 10 | Mar algarvio – um oceano de oportunidades

- > Intervenções estruturantes nas pescas, aquicultura e produção de sal
- > Apoios ao recreio náutico
- > Dinâmica costeira
- > Investigação científica

O Plano de Ordenamento da Orla Costeira Vilamoura — Vila Real de Santo António (POOC)¹⁶ tem a natureza de plano especial de ordenamento do território e visa planear de forma integrada os recursos da orla costeira. Para tal define condicionantes, vocações, usos dominantes e a localização de infra-estruturas de apoio a esses usos, preocupando-se, especialmente com a protecção e integridade biofísica do espaço, com a valorização dos recursos existentes e com a conservação dos valores ambientais e paisagísticos. As orientações de base deste plano são a preservação e qualificação do ambiente natural, a análise crítica dos processos da dinâmica costeira e a qualificação deste território sob a vertente económica do turismo e da actividade piscatória. Para tal, define e regulamenta o uso, a ocupação e a transformação da *Zona Terrestre de Protecção e Margens das Águas do Mar* e da *Zona Marítima de Protecção*.

Para a *Zona Terrestre de Protecção e Margens das Águas do Mar* da Ria Formosa, existem as seguintes classes e categorias de espaço:

Solo Urbano

- > *Espaços urbanizados* | integram núcleos urbanos consolidados com elevado nível de infra-estruturação e concentração de edificações, espaços turísticos e espaços industriais de solo urbano. Nestes espaços é mantido o regime de uso, ocupação e transformação do solo previstos nos instrumentos de planeamento territorial aplicáveis.
- > *Espaços de urbanização programada* | correspondem a áreas que podem vir a adquirir características de espaço urbanizado de acordo com os instrumentos de planeamento aplicáveis.

Solo Rural

- > *Espaços naturais* | compostos por áreas e *habitats* naturais, seminaturais ou outros com valor ambiental e paisagístico, incluindo: Praias; Dunas; Arribas; Espaço lagunar; Áreas húmidas e áreas ameaçadas por cheias; Linhas de água e margens; Áreas complementares de protecção da natureza e Áreas de enquadramento.
- > *Espaços florestais de protecção* | incluem formações arbóreas de elevado interesse ambiental e paisagístico, constituídos, nomeadamente, por pinheiro-manso e bravo.
- > *Espaços agrícolas* | correspondem a áreas integradas na RAN e/ou áreas com uso predominante agrícola.

¹⁶ Aprovado por Resolução de Conselho de Ministros n.º 103/2005, de 27 de Junho.

- > *Espaços de produção aquícola* | integram as áreas afectas à produção aquícola em espaços confinados.
- > *Espaços edificados a renaturalizar* | serão objecto de acções de renaturalização, enquadradas em planos de intervenção e requalificação a elaborar pelo MAOT, de acordo com os procedimentos referidos no POOC. A elaboração destes planos será acompanhada por uma comissão específica, a nomear por despacho do MAOT, cuja composição deverá traduzir a natureza dos interesses presentes.
- > *Espaços edificados a reestruturar* | estes espaços serão objecto da realização de projectos de intervenção e requalificação, a elaborar pelo MAOT, ou planos de pormenor, de acordo com os procedimentos referidos no POOC. A elaboração destes planos será acompanhada por uma comissão específica, a nomear por despacho do MAOT, cuja composição deverá traduzir a natureza dos interesses presentes.
- > *Equipamentos, serviços e infra-estruturas, com excepção das portuárias* | enquadram áreas previstas nos IGT para expansões previstas por força da necessidade de uma melhor infra-estruturação e incluem o aeroporto de Faro, ETAR e infra-estruturas portuárias e equipamentos associados ao Porto de Faro.

A *Zona Marítima de Protecção* corresponde à faixa das águas marítimas compreendida entre a LMBMAV e a batimétrica dos 30 metros em toda a extensão do POOC.

Plano de Ordenamento do Parque Natural da Ria Formosa

O Plano de Ordenamento do Parque Natural da Ria Formosa (POP NRF)¹⁷, actualmente em vigor, corresponde a um plano especial de ordenamento do território, tendo natureza de regulamento administrativo e com ele devem conformar-se os planos municipais de ordenamento do território.

Por Resolução do Conselho de Ministros n.º 37/2001, de 3 de Abril, foi determinada a revisão deste Plano, encontrando-se em fase final de aprovação. Para o desenvolvimento do presente Plano Estratégico foi considerada a proposta de Regulamento do Plano e o respectivo Programa de Execução que estiveram em consulta pública¹⁸.

¹⁷ Aprovado por Decreto Regulamentar n.º 2/91 de 24 de Janeiro.

¹⁸ Versão da consulta pública, que terminou a 6 de Junho 2007.

O POPNRF tem por objectivo estabelecer regimes de salvaguarda de recursos e valores naturais e fixar os usos e regime de gestão com vista a garantir a manutenção e a valorização das características das paisagens naturais e seminaturais, e a diversidade biológica da área protegida da Ria Formosa.

Neste Plano são consideradas duas grandes áreas objecto de zonamento e regulamentação: *área terrestre* e *área marinha*, sendo definidas diferentes tipologias sujeitas a regimes de protecção específicos, de acordo com os valores biofísicos presentes e a respectiva sensibilidade ecológica.

Na *área terrestre* são identificadas as seguintes tipologias sujeitas a regime de protecção:

- > *Áreas de protecção parcial* | compreendem os espaços que contêm valores naturais de reconhecido valor e interesse, de grande sensibilidade ecológica e com significado e importância relevantes do ponto de vista de conservação da natureza, integrando as áreas florestais cujo valor natural é excepcional.
- > *Áreas de protecção complementar*
 - > Tipo I — correspondem a áreas de enquadramento, onde se pretende compatibilizar a intervenção humana e o desenvolvimento social e económico local com os valores naturais e paisagísticos e os objectivos de conservação da natureza, integrando áreas rurais com edificação dispersa, onde predomina o uso agrícola.
 - > Tipo II — correspondem a áreas com valor natural médio ou baixo, integrando espaços com características urbanas, turísticas e de infra-estruturas.

O zonamento para a *área marinha* integra as seguintes tipologias:

- > *Áreas de protecção total* | compreendem espaços onde predominam sistemas e valores naturais excepcionais com elevado grau de naturalidade e elevada sensibilidade ecológica. Integram áreas representativas de dunas, sapal e canais, nomeadamente, na Ilha da Barreta, nos sapais dos Cações e dos Gemidos, na Ilha da Armona (entre Fuzeta e Armona) e na Ilha de Tavira (entre a barra da Fuzeta e a Terra Estreita).
- > *Áreas de protecção parcial*
 - > Tipo I — compreendem os espaços que contêm valores naturais de reconhecido valor e interesse, de grande sensibilidade ecológica e com significado e importância relevantes do ponto de vista da conservação da natureza,

nomeadamente áreas da laguna sob influência directa das marés, sapais, zonas dunares e praias.

- > Tipo II – correspondem às áreas que contêm valores naturais com significado e importância do ponto de vista da conservação da natureza, compatíveis com os actuais usos do sistema lagunar e áreas adjacentes (pesca, salicultura, moluscicultura, piscicultura extensiva, agricultura extensiva e transporte marítimo/navegação), integrando áreas naturais da laguna e outras transformadas por acção humana.
- > *Áreas de protecção complementar* | integram áreas com valores naturais importantes não integrados nas áreas de protecção total ou parcial de tipo I e II, integrando as aquiculturas intensivas e semi-intensivas localizadas em terrenos privados.
- > *Núcleos edificados a reestruturar* | correspondem aos espaços edificados a reestruturar identificados no POOC.

Plano Sectorial da Rede Natura 2000

O Plano Sectorial da Rede Natura 2000¹⁹ tem a natureza de plano sectorial de ordenamento e refere que a Rede Natura 2000 “[...] é uma rede ecológica que tem por objectivo contribuir para assegurar a biodiversidade através da conservação dos *habitats* naturais e da fauna e da flora selvagens no território da União Europeia”. Esta é constituída por 29 Zonas de Protecção Especial (ZPE) e 60 Sítios da Lista Nacional, abrangendo, aproximadamente, 20,47% do território continental, numa área total de 1.820.978,19 ha.

A Ria Formosa insere-se no Sítio PTCON0013 — Ria Formosa/Castro Marim²⁰. Este Sítio abrange uma área de 17.520 ha e engloba, para além da Ria, o sapal de Castro Marim e a zona da mata litoral de Vila Real de Santo António. Nesta ocorrem 24 *habitats* do Anexo B-I do Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de Abril, seis dos quais são prioritários, a saber: lagunas costeiras (1150); estepes salgadas mediterrânicas (*Limonietalia*) (1510); dunas fixas com vegetação herbácea (dunas cinzentas) (2130); dunas litorais com *Juniperus spp.* (2250); dunas com florestas de *Pinus pinea* e ou *Pinus pinaster* (2270) e charcos temporários mediterrânicos (3170).

¹⁹ Resolução de Conselho de Ministros n.º 115-A/2008, de 21 de Julho.

²⁰ Resolução de Conselho de Ministros n.º 142/97, de 28 de Agosto.

Igualmente, a Ria Formosa pela sua diversidade, complexidade estrutural e dimensão é a mais importante área húmida do Sul do país, encontrando-se por isso classificada como Zona de Protecção Especial (PTZPE0017)²¹. Esta classificação abrange uma superfície de 23.270 ha, sendo 15.965 ha de área terrestre (69%) e 7305 ha de área marinha (31%) e correspondendo a cerca de 64% da área classificada como PNRF. A Ria constitui uma das áreas mais importantes do país para aves migratórias e para a avifauna nidificante, verificando-se a ocorrência de diversas espécies de aves abrangidas pelo Anexo I da Directiva.

Ainda no âmbito do plano sectorial são identificadas as tipologias de projectos que, por se localizarem em zona de Rede Natura 2000, estão sujeitos a procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental (de acordo com o Decreto-Lei n.º 197/2005, de 8 de Novembro) e/ou a uma Análise de Incidências Ambientais.

²¹ Decreto-Lei n.º 384-B/99, de 23 de Setembro.

Tabela 1 | Condições e critérios de avaliação de incidências ambientais

PROJECTOS	AVALIAÇÃO	
	AIA	AincA
AGRICULTURA, SILVICULTURA E AQUICULTURA		
Emparcelamento rural c/s infra-estruturas para regadio	X	
Reconversão de terras não cultivadas há mais de 5 anos para agricultura intensiva	X	
Desenvolvimento Agrícola com infra-estruturação de rega e drenagem	X	
Florestação/Reflorestação com espécies de rápido crescimento		
» 5 ha		X
Florestações para recuperação do coberto vegetal » 5ha (qualquer área)		
Desflorestações destinadas à conversão para outro tipo de utilização das terras		X
Reconversão de Salinas	X	
Plantação/expansão/reconversão de olival, pomares e vinha		
Pecuária intensiva		
PROJECTOS DE INFRA-ESTRUTURAS		
Operações de loteamento urbano, incluindo a construção de unidades comerciais de dimensão relevante e parques de estacionamento, não abrangidos por PMOT		X
Construção de estradas municipais		X
Barragens e açudes	X	
Ancoradouros		X
Linhas de eléctrico, linhas de metropolitano aéreas e subterrâneas, linhas suspensas ou análogas de tipo específico, utilizadas exclusiva ou principalmente para transporte de passageiros		
Construção de aquedutos (e adutoras)		
Construção de Pipelines		
Sistemas de captação e realimentação artificial de águas subterrâneas		X
OUTROS PROJECTOS		
(Instalações para o tratamento de superfície de substâncias, objectos ou produtos, com solventes orgânicos)		
ETAR's		X
TURISMO		
Hotéis e apartamentos turísticos localizados fora de zonas urbanas e urbanizáveis delimitadas em plano municipal de ordenamento do território ou plano especial de ordenamento do território		X
Parques de campismo		X
Parques temáticos		X

AIA – Avaliação de Impacte Ambiental; AincA – Análise de Incidências Ambientais
 Fonte | Plano Sectorial da Rede Natura 2000

Planos Directores Municipais

A área geográfica objecto deste Plano Estratégico está, ainda, sujeita à disciplina dos Planos Directores Municipais (PDM) dos cinco concelhos abrangidos. Os PDM foram elaborados no decurso da década de 90, estando em processo de revisão/alteração (excepto Olhão). A curto prazo estes Planos terão de incorporar no processo de revisão o novo regime introduzido pelo PROT. Na tabela 2 é apresentado um ponto de situação destes instrumentos municipais de gestão territorial.

Tabela 2 | Ponto de Situação dos Planos Directores Municipais

LOULÉ	Em revisão (deliberação da CM de 31 de Agosto de 2005) Ratificado por RCM n.º 81/95, publicada no <i>D.R.</i> n.º 195 I Série B, de 24.07.1995. Alterado por RCM n.º 66/2004, publicada no <i>D.R.</i> n.º 123 I Série B, de 26.5.2004.
FARO	Em revisão (deliberação da CM de 6 de Junho de 2006) Ratificado por RCM n.º 174/95, publicada no <i>D.R.</i> n.º 291 I Série B, de 19.12.1995. Alterado pela Declaração n.º 203/98 publicada no <i>D.R.</i> n.º 132 -II Série B, de 8.06.1998. Parcialmente suspenso por RCM n.º 34/2001 I Série B, de 30.05.2001. Alterado por RCM n.º 38/2005, publicada no <i>D.R.</i> n.º 41, I Série B, de 28 de Fevereiro de 2005.
OLHÃO	Ratificado por RCM n.º 50/95, publicada no <i>D.R.</i> n.º 126 I Série B, de 31.05.1995. Alterado por RCM n.º 143/97, publicada no <i>D.R.</i> n.º 199 I Série B, de 29.07.1997.
TAVIRA	Em alteração (aprova da AM em 26 de Fevereiro de 2007, conforme edital divulgado no <i>site</i> da CMT) Ratificado por RCM n.º 97/97, publicada no <i>D.R.</i> n.º 139 I Série B de 19.06.1997.
VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO	Em alteração (deliberação da CM de 6 de Junho de 2006) – Zona Sul de Vila Real de Santo António Ratificado por Portaria n.º 347/92, publicada no <i>D.R.</i> n.º 90 I Série B de 16.04.1992. Alterado por RCM n.º 114/2004, publicada no <i>D.R.</i> n.º 178 I Série B de 30.07.2004. Suspenso parcialmente pelo prazo de dois anos através da RCM n.º 168/2005 publicada no DR n.º 204 I Série B, de 24.10.2005 (para área do Plano de Pormenor de Salvaguarda do Núcleo Pombalino de Vila Real de Santo António).

Fonte | CCDR Algarve, Ponto da situação Planos Municipais de Ordenamento do Território no Algarve

Com a entrada em vigor do PROT, o processo de elaboração da revisão dos PDM, concretizará as propostas e as orientações nele definidas, quer a classificação e a qualificação básicas dos usos do solo, quer a aplicação de princípios, critérios de gestão e adequação na implementação de acções de controlo e contenção urbanística.

No Anexo I é apresentada a planta-síntese dos instrumentos de gestão territorial presentes.

2.3 | CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO

O território abrangido pela Ria Formosa constitui-se como um espaço singular no contexto do Algarve, de Portugal e da Europa, atendendo às excepcionais qualidades ambientais e paisagísticas de elevado valor científico, cultural, social e económico que, ao longo do tempo, se têm preservado.

A Ria Formosa abrange a área de jurisdição de cinco concelhos do sotavento Algarvio, Loulé, Faro, Olhão, Tavira e Vila Real de Santo António, constituindo-se como um elemento estruturante da paisagem, dos sistemas ecológicos e como zona de importante actividade económica para estes concelhos. As freguesias integradas (no todo ou parcialmente) na área de intervenção são: Almancil (concelho de Loulé), Montenegro, São Pedro e Sé (concelho de Faro), Fuzeta, Olhão, Pechão, Quelfes e Moncarapacho (concelho de Olhão), Cabanas, Conceição, Luz, Santa Luzia, Santa Maria e Santiago (concelho de Tavira) e Vila Nova de Cacela (concelho de Vila Real de Santo António).



Figura 1 | Algarve - Ria Formosa

A ancestralidade de algumas das actividades ligadas à exploração dos recursos naturais da Ria, designadamente a pesca, o marisqueio, a salicultura e a moluscicultura, contribuiu igualmente para enriquecer o território valorizando-o social, cultural e paisagisticamente.

No entanto, nas últimas décadas, verificou-se o aumento de um conjunto de ameaças à sustentabilidade deste espaço, com particular destaque para o desenvolvimento de uma ocupação urbano-turística desqualificada e desadequada às características biofísicas do território, designadamente nas ilhas-barreira. Permanecem, ainda assim, as potencialidades para que este espaço se constitua como um pólo de desenvolvimento turístico de excelência, intimamente ligado ao contacto com a natureza, e com elevado

valor acrescentado para a diversificação e valorização da imagem do destino Algarve nos mercados internacionais.

A Ria Formosa é delimitada exteriormente pelo cordão litoral das ilhas-barreira, entre a Quinta do Lago e Cacela. Nesse cordão, abrem-se as seis barras que alimentam a laguna, designadas por barra do Ancão, Faro-Olhão, Armona, Fuzeta, Tavira e Cacela. Estas barras definem, nos extremos do cordão, as penínsulas de Faro e de Cacela e, no seu corpo, as ilhas de Faro, Culatra, Armona, Tavira e Cabanas.

A laguna estende-se ao longo de 57 km de comprimento e apresenta uma forma triangular alongada, preenchida por sapais, salgados, vasas, bancos de areia, ilhas, ilhotes e canais, que são o suporte de todo este complexo ecossistema natural e social. Assim, a riqueza faunística e florística da Ria Formosa, considerada de grande interesse nacional e internacional, regista extrema relevância em termos de biodiversidade e sustenta a existência de inúmeras actividades económicas com elevado valor acrescentado, nomeadamente as actividades tradicionais, atrás referidas, e o turismo.



Figura 2 | Laguna da Ria Formosa

As características naturais e a complexidade estrutural da Ria Formosa levam a que esta possua uma elevada sensibilidade ambiental, estando classificada como área protegida²² e, parte, designada como Zona Húmida de Importância Internacional no âmbito da Convenção de RAMSAR, sendo um *habitat* de aves aquáticas e constituindo-se como zona de invernada, de passagem e de nidificação de inúmeras destas espécies. O Parque Natural da Ria Formosa integra, não apenas a zona húmida, correspondente à laguna e ilhas, mas também uma área terrestre (que nalgumas áreas se estende para o interior numa faixa relativamente larga), o que decorre dos princípios que presidiram à criação desta área protegida.

Fruto da forte procura do produto “sol e mar”, as práticas balneares e turísticas associadas são, sem dúvida, algumas das actividades humanas que directa ou indirectamente causam maiores impactes na orla costeira. No entanto, devido à situação lagunar da Ria Formosa, este fenómeno assume uma expressão significativamente distinta da ocorrida na restante frente marítima do Algarve. A presença da Ria, que distancia a praia marítima e limita o acesso à frente de mar (assegurado por via marítima ou através de pontes), condicionou fortemente a sua ocupação humana, ajudando à preservação de uma parte considerável do cordão litoral.

A restante costa do Algarve, que se estende, para oeste, pela zona de arribas e praias até ao cabo de São Vicente e, para este, pela costa baixa e arenosa, em praia contínua, até à foz do rio Guadiana, permite um acesso directo à praia, o que favoreceu a sua mais intensa ocupação, nomeadamente, turística. Nos cinco concelhos abrangidos pela Ria evidenciam-se algumas marcas dessa ocupação mais intensa, precisamente no seu limite oeste (concelho de Loulé).

A particularidade geográfica da situação das praias favoreceu a preservação da Ria e do território envolvente, não só nas suas componentes naturais, mas também nas humanas, como revela, por exemplo, a manutenção de importantes comunidades piscatórias, que noutras zonas do Algarve foram totalmente “substituídas” por núcleos turísticos.

Muitas destas comunidades, de grande tradição e dependência económica da pesca e de outros recursos marinhos, bem como das actividades que, a montante e a jusante, com ela se interligam, são de pequena dimensão e estão instaladas nas ilhas-barreira; outras estão nos núcleos urbanos, como Fuzeta, Santa Luzia ou, mesmo, Olhão. Num e noutro caso, as

²² A Reserva Natural da Ria Formosa foi criada pelo Decreto-Lei n.º 45/78, tendo posteriormente sido criado o Parque Natural da Ria Formosa pelo Decreto-Lei n.º 373/87, de 9 de Dezembro.

actividades piscatórias têm um impacte significativo no respectivo tecido social e económico.

Contudo, estas características também motivaram a construção de edificações nas ilhas-barreira, algumas de génese ilegal, formando aglomerados sem as adequadas condições de salubridade (ausência de infra-estruturas básicas), consideravelmente descaracterizados, desestruturados e desqualificados. Para além disso, a presença de edificações em duna primária traduz-se em situação de risco elevado.

Embora alguns desses núcleos tenham uma ocupação permanente, sendo as edificações utilizadas por uma população que se dedica essencialmente à actividade piscatória, verifica-se uma substituição das características das mesmas passando para uma utilização turística, ou segunda residência, estando ocupadas sobretudo durante o Verão, momento em que aumenta significativamente a pressão humana sobre as ilhas e sobre as infra-estruturas existentes (acessibilidades, estacionamento, saneamento básico).

Os mais importantes núcleos urbanos neste território são as cidades de Faro, Olhão e Tavira. Faro é o principal centro administrativo regional, concentrando um elevado número de serviços públicos e de actividades terciárias de nível superior. Tavira e Olhão, como sedes de concelho, apresentam igualmente uma expressiva terciarização de segundo nível.

Tendo em consideração as características deste território e tendo presente o objectivo de elaborar um Plano que esteja orientado para o desenvolvimento sustentável da Ria Formosa, optou-se por centrar a caracterização da área nas componentes ambiental, social e económica.

Esta área encontra-se amplamente estudada, designadamente no âmbito do desenvolvimento de instrumentos de gestão territorial, pelo que estes suportam, em larga medida, as caracterizações efectuadas.

2.3.1 | COMPONENTE AMBIENTAL

A Ria Formosa é, como antes se referiu, um sistema lagunar de dimensão significativa no seu contexto de integração territorial, sendo a mais importante área húmida do Sul do país, pela sua diversidade e complexidade estrutural, estando protegida a sul por uma série de

ilhas-barreira, separadas por si por barras móveis, algumas fixas artificialmente, que estabelecem a comunicação entre a Ria e o Oceano.

A área inclui uma grande diversidade de *habitats*, dos quais se destacam as dunas em cordões litorais, extensos bancos de vasa e areia, sapais, lagoas de água salobra, salinas, pisciculturas e cursos de água doce com vegetação ribeirinha²³.

Área de especial interesse para a conservação, pela diversidade de espécies que alberga e de *habitats* que encerra, que lhe conferem estatutos conservacionistas de importância nacional, comunitária e internacional, como anteriormente foi referido, é, também, um espaço fortemente humanizado, reflectindo formas de aproveitamento dos recursos naturais consentâneas e equilibradas com os ecossistemas presentes (p. ex., salinas, pisciculturas), que proporcionaram a instalação de novas comunidades e espécies, contribuindo para a riqueza e diversidade do sistema (p. ex., agricultura extensiva e as áreas agro-florestais) ao longo de décadas.

A caracterização que se apresenta pretende sistematizar o conjunto e os princípios que fundamentam as propostas para a área de intervenção na dimensão ambiental e, em particular, naquelas que têm como objectivo fundamental a protecção ambiental e a valorização paisagística, mas que visem, também, a sustentabilidade e a qualificação das actividades que se desenvolvem nesta área.

Recursos e valores naturais

A área de intervenção caracteriza-se por uma elevada riqueza biológica e ecológica, albergando no seu interior espécies endémicas e raras para a conservação, importantes tanto do ponto de vista nacional como internacional.

A síntese que se apresenta sobre os recursos e valores naturais é baseada essencialmente nos estudos desenvolvidos no âmbito da revisão do POPNRF, pretendendo-se evidenciar, por um lado, as características, os recursos e os valores naturais e paisagísticos dominantes nos grandes sistemas territoriais presentes na área de intervenção, mas, sobretudo, identificar os factores de ameaças e as propostas de gestão contempladas neste plano, que possam ser enquadrados nos objectivos do presente Plano.

²³ In Plano Sectorial da Rede Natura/ZPE da Ria Formosa.

Em termos das espécies florísticas, a importância da área para a conservação passa pela sua riqueza específica e, principalmente, pelo valor endémico e científico de alguns táxones existentes. A raridade de algumas espécies, mesmo a nível mundial, torna-as especialmente vulneráveis. Destacam-se do elenco florístico os endemismos ibéricos, os endemismos europeus e alguns endemismos lusitanos, sendo nove as espécies consideradas mais relevantes, que, para além de integrarem estatutos legais de protecção, apresentam um pequeno efectivo populacional, encontrando-se em estados vulneráveis ou mesmo em perigo de extinção.

Para além do seu valor científico, os táxones mais importantes presentes na área de intervenção têm, também, um inegável valor ornamental, aromático, forrageiro e condimentar.

Ao nível da vegetação e dos *habitats*, a diversidade existente na área de intervenção é muito relevante, traduzindo-se num mosaico complexo, com uma grande diversidade de biótopos, comunidades e espécies, muitas vezes únicas mundialmente, integrando um conjunto dominante de *habitats* naturais prioritários para a conservação, que ocupam uma extensão considerável.

A importância da vegetação está intrinsecamente associada à importância da própria zona lagunar, não só pela dimensão que tem, como também pela riqueza e diversidade biológica e ecológica que contempla.

Em síntese, distinguem-se três grandes sistemas naturais na área de intervenção, que estão directamente associados e são interdependentes:

- > A zona lagunar, sistema complexo pelas inúmeras funções essenciais que desempenha a nível físico, hidrológico, geoquímico, biológico, ecológico e socio-económico; caracteriza-se pela diversidade e riqueza biológica e ecológica que engloba, sendo uma área vital para a avifauna e uma fonte de recursos naturais directamente explorados pelo homem (p. ex., pesca, marisqueio, etc.). As comunidades vegetais são responsáveis pela diversidade de *habitats* presentes, que albergam inúmeras espécies de moluscos, crustáceos e peixes, desempenhando, por outro lado, um papel fundamental de suporte na estabilização da linha costeira e na sua protecção contra a erosão marinha, nomeadamente no controlo dos fenómenos naturais, já que proporciona uma eficaz protecção, quer ao nível da diminuição dos impactes das ondas, quer em termos de estabilização dos próprios sedimentos. A zona lagunar é bastante sensível a distúrbios ambientais, quer sejam naturais, quer

sejam de origem antrópica. Em termos naturais, as alterações das correntes marinhas e da dinâmica dos sedimentos associados à dinâmica das barras podem introduzir alterações muito significativas em todo o equilíbrio ecológico da zona lagunar, sendo de difícil controlo e na maior parte dos casos inevitável. Já ao nível das perturbações de origem antrópica, a crescente pressão urbano-turística e o aumento da exploração dos recursos naturais têm tido repercussões negativas nas comunidades vegetais e nos *habitats* presentes, evidenciando-se um aumento de substâncias tóxicas poluentes, consequência das descargas de efluentes domésticos e industriais; a destruição ou alteração de algumas comunidades vegetais (nomeadamente os prados de fanerogâmicas) provocadas, sobretudo, pelas actividades piscatórias e de marisqueio ou por alterações sedimentológicas (p. ex., dragagens); a acumulação de lixo e entulhos em áreas de sapal ou salinas abandonadas e, ainda, a invasão de espécies exóticas.

> O sistema dunar, particularmente vulnerável e frágil, devido à dinâmica e instabilidade que o caracteriza. As comunidades vegetais desempenham um papel fundamental na consolidação, protecção e preservação do cordão dunar das penínsulas e ilhas-barreira sendo, também, o suporte de espécies animais importantes, contribuindo para a diversidade biológica e ecológica da área. Os factores de ameaça mais relevantes são os naturais, associados à própria dinâmica do cordão dunar, embora a pressão humana crescente sobre estas áreas tenha impactes negativos com consequências graves em termos de degradação dos sistemas dunares (p. ex., destruição das comunidades vegetais, introdução de espécies exóticas, construção, pisoteio, campismo selvagem, etc.).

> O sistema costeiro interior ou faixa continental, área profundamente alterada e humanizada onde a vegetação natural se encontra bastante degradada, com excepção de pequenas áreas residuais onde ainda se encontram comunidades vegetais importantes sob o ponto de vista fitocenótico. Os matos seriais, formações que permanecem dos bosques de quercíneas, que outrora teriam coberto grande parte desta área, são aqui as formações mais importantes, albergando endemismos exclusivos do território algarvio, assim como espécies raras e algumas delas em vias de extinção. Salienta-se, ainda, nesta faixa a presença de algumas comunidades ripícolas, que, embora bastante alteradas, desempenham um papel importante na retenção de sedimentos e na protecção das margens. Ao nível de ameaças actuais, e após uma profunda transformação do território com a introdução da agricultura no passado, os principais conflitos decorrem da urbanização crescente, dos problemas

de poluição, da ausência de um sistema de infra-estruturas ambientais nem sempre eficiente e monitorizado da deposição clandestina de resíduos, da plantação e da introdução de espécies exóticas.

O valor da Ria Formosa está, assim, sobretudo associado aos *habitats* húmidos sendo por isso um ecossistema extremamente rico e produtivo, apresentando uma elevada diversidade de biótopos e, consequentemente, uma elevada diversidade faunística. Salienta-se a sua importância para a avifauna, como área de nidificação, sendo utilizada por numerosas espécies de aves aquáticas e de populações de espécies extremamente raras ou ameaçadas. Para além da presença de espécies ameaçadas a nível nacional e internacional, a ocorrência de numerosos *habitats* prioritários confirma a importância e o elevado valor conservacionista da área.

O sistema da Ria Formosa, sendo um ecossistema rico, é também frágil e dependente, directa ou indirectamente, dos factores físicos envolventes que influem na qualidade ambiental do sistema lagunar, nomeadamente ao nível da qualidade da água. De acordo com o POPNRF, existem 14 estações de tratamento de águas residuais (ETAR), localizadas no interior do Parque, das quais cinco são particulares. Na tabela 3 apresentam-se as principais características destas ETAR.

Tabela 3 | Características das ETAR localizadas no PNRF

CONCELHO	SISTEMA	NÍVEL DE TRATAMENTO	POPULAÇÃO PROJECTO (HE)	CAUDAL (M3/DIA)	CAUDAL (M3/ANO)	%
Faro	Faro Nascente	Sec+M	87.145	17.429	6.361.585	37,45
	Faro Noroeste	Sec+M	12.092	2.418	882.716	5,20
			99.237	19.847	7.244.301	42,64
Loulé	Quinta do Lago	Sec+NPM	27.000	5.400	1.971.000	11,60
	Quinta das Salinas*	Sec	500	100	36.500	0,21
	Vale do Garrão*	Sec	1.500	300	109.500	0,64
			29.000	5.800	2.117.000	12,46
Olhão	Fuzeta	Sec	7.250	1.450	529.250	3,12
	Olhão Poente	Sec+M	45.130	9.026	3.294.490	19,39
	Zona Industrial de Olhão (Nascente)	Sec+M	16.000	3.200	1.168.000	6,88
			68.380	13.676	4.991.740	29,38
Tavira	Cabanas	Sec	5.000	875	319.375	1,88
	Pedras d'El Rei I*	Sec	500-600**	100-120**	40.150	0,24
	Pedras d'El Rei II*	Sec	500-600**	100-120**	40.150	0,24
	Pedras da Rainha*	Sec	1.300	260	94.900	0,56
	Santa Luzia	Sec	3.000	465	169.725	1,00
	Tavira	Terc	30.000	5.400	1.971.000	11,60
			40.400	8.080	2.635.300	15,51

TOTAL			237.017	47.403	16.988.341	100,00
-------	--	--	---------	--------	------------	--------

*ETAR particular; **Cálculo com base em valor médio

Fonte | POPNRF, com base em dados da DRAOT Algarve 2003 e CM de Tavira 2004

Como se pode verificar, as ETAR existentes têm características diferentes, quer em termos de nível de tratamento que efectuam (apenas a de Tavira tem tratamento terciário), quer em termos de volume de efluentes que tratam. É de realçar que a ETAR de Faro corresponde a cerca de 43% dos efluentes tratados na área de intervenção. Por outro lado, os efluentes da ETAR de Olhão Nascente (residuais industriais do complexo industrial de Olhão) e Poente (águas residuais mistas – domésticas e industriais de duas fábricas conserveiras), embora correspondam em conjunto apenas a cerca de 26% do volume de efluentes tratados na área de intervenção, são extremamente importantes dada a carga poluente potencial associada.

De acordo com as Águas do Algarve, entidade responsável pela exploração e gestão do sistema intermunicipal de saneamento até 2031, está previsto um conjunto de acções para a área de intervenção, que permitirão reforçar o sistema de saneamento básico existente e que terão impactes significativos a curto prazo e, sobretudo, permitirão a médio/longo prazo melhorar a qualidade da água afluente à Ria Formosa, referindo-se, nomeadamente, a construção de um conjunto significativo de interceptores/emissários, bem como o reforço e/ou modelação das três principais ETAR da área de intervenção (veja-se a figura 3), nomeadamente as de Faro e de Olhão, especialmente importantes pelo volume de caudais que tratam ou pelas características dos mesmos, como anteriormente se referiu.



Figura 3 | Sistema de saneamento previsto

Fonte | Águas do Algarve

Em síntese, os principais factores de ameaça ao equilíbrio e à sustentabilidade da área de intervenção são os seguintes:

- > Elevada vulnerabilidade e fragilidade do sistema dunar;
- > Destruição e/ou fragmentação dos *habitats* naturais;
- > Excessiva pressão urbano-turística e expansão de áreas de actividade lúdica com consequências na sustentabilidade de algumas espécies e comunidades;
- > Graves problemas de degradação de alguns ecossistemas extremamente vulneráveis, em especial do cordão dunar e dos prados marítimos;
- > Acumulação de lixos, descontrolo de acessos, pisoteio excessivo;
- > Poluição da água, decorrente quer das descargas urbanas e industriais quer da poluição com origem na agricultura;
- > Degradação dos *habitats* por introdução de espécies exóticas;
- > Ausência de uma gestão vocacionada para cada espécie e de estudos biológicos específicos de suporte.

A interface terra/mar

No âmbito do presente Plano importa analisar com especial atenção a interface terra/mar, zona de elevada vulnerabilidade e com riscos naturais específicos associados.

Os processos de erosão costeira que se verificam na Ria Formosa, com especial incidência nas ilhas-barreira, resultam das características geomorfológicas das formações presentes e de fenómenos naturais, por vezes, agravados pelas intervenções humanas.

As características geomorfológicas deste sistema lagunar, caracterizado por um litoral baixo e arenoso e sujeito a processos erosivos significativos, dão origem a formas morfológicas dinâmicas, móveis e evolutivas de elevada vulnerabilidade.

No âmbito do POOC foram definidas faixas de protecção da linha de costa, de forma a salvaguardar a evolução natural desta. Estas áreas estão associadas a um conjunto de intervenções distintas, consoante as características dominantes nos diferentes sistemas dunares presentes. Esta opção do POOC, que prevê uma faixa onde o recuo e o avanço da linha de costa poderá ocorrer, envolve assim um conjunto diversificado de projectos de forma a garantir o equilíbrio morfodinâmico sedimentar das ilhas-barreira, das praias e dos sistemas dunares e usos compatíveis e sustentáveis nas suas dimensões ambientais, sociais e económicas.

Importa salientar as opções do POOC relativamente às intervenções de defesa costeira²⁴: em primeiro lugar, a opção de excluir, por regra, o recurso a obras de defesa costeira, nomeadamente retenções marginais e esporões, como soluções mitigadoras da erosão, optando por soluções de alimentação e transposição artificial de areias; em segundo lugar, a obrigatoriedade de, nos casos em que se justifique a realização de obras de defesa costeira em situações de risco para a segurança de pessoas e bens, se realizar estudos de incidências ambientais nos troços de costa limítrofes e se analisar o custo/benefício do respectivo projecto.

Em termos regulamentares, as restrições relativas às faixas de protecção da linha de costa aplicam-se cumulativamente com as regras das respectivas classes e categorias de espaço definidas na planta de síntese do POOC.

Integradas nos espaços naturais, em termos de usos e funções, a estas zonas correspondem sistemas naturais, seminaturais e outros com notável valor ambiental e paisagístico, sendo responsáveis pelo equilíbrio biofísico e ecológico, bem como pela conservação e preservação dos recursos e dos valores naturais que o sistema lagunar encerra.

A desocupação e renaturalização das faixas de protecção são acções prioritárias definidas no âmbito do POOC. Em relação aos espaços urbanizados e aos espaços edificados a reestruturar em faixas de protecção, o POOC delimita Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG) para as quais define objectivos de reestruturação a serem observados, tendo em consideração as condições globais de estabilidade geodinâmica dos locais.

As faixas de protecção da linha de costa subdividem-se, por sua vez, em subzonas em função das características intrínsecas do litoral arenoso e dos processos naturais

²⁴ Cf. Artigo 42.º da RCM, n.º 103/2005, de 27 de Junho.

dominantes incidentes. Assim, na área de intervenção são identificadas as seguintes sub-zonas:

- > Faixas de migração das barras de maré, que correspondem a faixas de protecção estabelecidas nas áreas de divagação das barras de maré não artificializadas, designadamente Ancão, Armona, Fuzeta e Cacela/Lacém, correspondendo aos segmentos das ilhas-barreira que, nos últimos 50 anos, foram afectados pela instalação ou presença persistente de uma barra de maré divagante;
- > Faixas de susceptibilidade ao galgamento intermédio ou elevado, que correspondem às faixas de trechos costeiros cuja morfologia, associada às condições hidrodinâmicas locais, conduz à ocorrência frequente de galgamentos de amplitude média ou elevada;
- > Faixas contendo relevo dunar frontal estabelecido e activo, que correspondem à existência de relevo eólico activo, bem diferenciado na morfologia e geralmente vegetado.

Para cada uma destas subzonas estão associadas medidas de protecção e de valorização desta interface, a saber:

- > Para as faixas de migração das barras de maré: a remoção programada das construções existentes; a interdição de construções com excepção dos apoios de praia amovíveis e sazonais, de acordo com os planos de praia, e a realização de um conjunto de UOPG para as áreas edificadas nestas faixas;
- > Para as faixas de susceptibilidade ao galgamento intermédio ou elevado: a definição de acções prioritárias de recuperação do sistema dunar, nomeadamente da duna primária, a interdição de qualquer construção ou instalação, bem como a abertura ou alargamento de acessos, com excepção dos apoios de praia previstos, ou a construção de acessos pedonais, desde que em estruturas sobrelevadas;
- > Para as faixas contendo relevo dunar frontal estabelecido e activo: a interdição de qualquer construção ou instalação, assim como a abertura ou alargamento de acessos, com excepção dos apoios de praia previstos ou a construção de acessos pedonais, desde que em estruturas sobrelevadas.

A protecção deste sistema dunar litoral é, assim, fundamental para a preservação de todo o sistema lagunar, pelo que o POOC define como prioridade de ordenamento a sua conservação e valorização ambiental, propondo acções de renaturalização para um

conjunto de espaços edificados existentes, ou a reestruturação de outros espaços edificados, através de projectos de intervenção e requalificação, com o objectivo de garantir a estabilidade biofísica e ambiental das zonas e a minimização das situações de risco, diminuindo a densidade e promovendo acções de recuperação de áreas degradadas.

As intervenções de reabilitação mais complexas são objecto de UOPG, abrangendo três áreas:

- > UOPG III – Ilha de Faro, abrange duas intervenções complementares: a primeira, através de um projecto de requalificação das áreas do domínio público hídrico, da competência do ministério responsável pela área do ambiente; a segunda, através da elaboração de plano de pormenor para as áreas desafectadas do domínio público hídrico, da competência municipal. A articulação destas duas intervenções deve responder a um conjunto de objectivos definidos, designadamente: análise custo/benefício que vise a remoção programada de edificações existentes nas áreas desafectadas do domínio público hídrico, em alternativa a soluções a adoptar para salvaguarda das edificações localizadas em faixas de risco; realojamento dos residentes que se encontram no domínio público hídrico na área desafectada para a Câmara Municipal de Faro; demolição e remoção de edificações em domínio público hídrico, renaturalização das áreas degradadas e das áreas que resultem não ocupadas; ordenamento da circulação e dos acessos viários e pedonais.
- > UOPG IV – Núcleo da Culatra, contempla a realização de um projecto de intervenção e requalificação e de um plano de praia com os seguintes objectivos: manutenção do carácter de domínio público hídrico; regularização e requalificação das edificações existentes que correspondam a primeira habitação; demolição e requalificação da área; requalificação da zona de acostagem; elaboração do plano de praia e dos respectivos acessos.
- > UOPG V – Núcleo da Armona, define a elaboração de um plano de intervenção e requalificação deste núcleo, de acordo com os seguintes objectivos: alteração da área delimitada no estudo geral de urbanização de forma a integrar as edificações legais e a avaliar o conjunto de edificações localizadas a oeste da área delimitada; demolição e remoção das edificações sem condições de habitabilidade ou que se

encontram em situação de risco ou de ilegalidade, renaturalização da área sujeita a demolições, bem como requalificação da área envolvente à zona de acostagem.

São definidas outras UOPG, no âmbito do POOC, que visam igualmente a requalificação ambiental e paisagística desses espaços mas que não se localizam nas faixas de protecção da linha de costa, zonas territoriais prioritárias em termos do equilíbrio biofísico e ambiental do sistema lagunar.

Por fim, importa referir que existem outros riscos naturais na área de intervenção menos gravesos — cheias e inundações, sismos, incêndios — sobretudo porque a elevada vulnerabilidade a estes fenómenos naturais decorre essencialmente da utilização inadequada do solo (p. ex., construção em leitos de cheia, deficientes condições de escoamento das águas pluviais dos núcleos urbanos ribeirinhos e litorais, etc.).

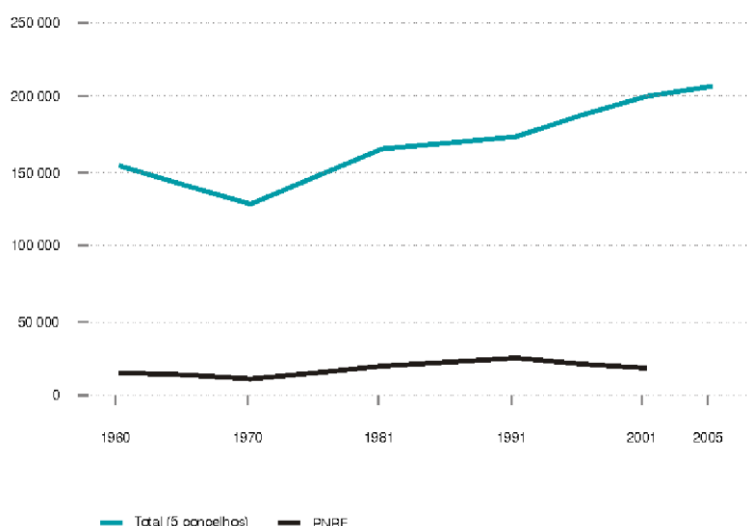
2.3.2 | COMPONENTE SOCIAL

Dinâmicas demográficas

A Ria Formosa abrange cinco concelhos do Algarve que apresentam elevadas densidades de ocupação populacional, com uma forte concentração urbana, e cujo crescimento demográfico tem sido intenso. Nos cinco concelhos abrangidos pela Ria Formosa residem, actualmente, mais de 200 mil pessoas.

Ao longo das últimas décadas (com excepção da década de sessenta, marcada por consideráveis fluxos de emigração), registou-se um progressivo aumento da população aí residente, à semelhança do verificado em todo o Algarve, o que significou uma crescente pressão humana sobre este território. Na área integrada no Parque Natural, a tendência geral tem sido igualmente de crescimento.

Gráfico 1 | Evolução da população residente



Fonte | Estudos do POPNRF, 2006; INE, Censos 2001 e Estimativas da População 2005.

Uma análise da evolução de cada um dos concelhos evidencia diferenças entre, por um lado, Faro, Loulé e Olhão, com elevadas taxas de crescimento populacional, e, por outro, Tavira e Vila Real de Santo António, regra geral com uma dinâmica menos positiva (ainda que também registem um aumento demográfico).

Actualmente, deverão residir na área do Parque Natural da Ria Formosa cerca de 20 mil pessoas, considerando os lugares abrangidos pelo Parque (ainda que não totalmente incluídos) e excluindo a população residente nas cidades de Faro, Olhão e Tavira.

Todavia, a pressão demográfica sobre a Ria ultrapassa em muito a que é exercida por esta população. Com efeito, quer a ocupação turística, quer a atracção de residentes na área envolvente, durante os meses de Verão, reflecte-se numa população flutuante extremamente elevada.

De igual forma, a origem de outro tipo de pressões — associadas, por exemplo, a actividades produtivas — também ultrapassa largamente os limites da Ria e da área de intervenção, designadamente de algumas actividades desenvolvidas nas diversas bacias hidrográficas, cujos impactes se reflectem no sistema lacustre.

À manutenção da tendência de crescimento nos últimos anos não será alheia a melhoria das condições de acessibilidade decorrente da conclusão da A2. Esta via veio facilitar os contactos rodoviários com as principais aglomerações urbanas do país, situação favorável

para o desenvolvimento do turismo, mas também de actividades económicas de natureza distinta, reforçando assim a atractividade da região.

Entre a população residente, verifica-se uma tendência de envelhecimento, consentânea com a tendência de evolução da estrutura etária da população portuguesa, sendo menos acentuada em Loulé e mais evidente nos concelhos de Tavira e de Vila Real de Santo António. Ou seja, os concelhos demograficamente menos dinâmicos são os que revelam níveis de envelhecimento mais acentuados.

A redução das taxas de natalidade tem resultado em saldos naturais progressivamente mais reduzidos, apenas o concelho de Faro registou, entre 1991 e 2001, um crescimento natural positivo (número de nascimentos superior ao de óbitos). O crescimento populacional decorre, portanto, de saldos migratórios positivos, sobretudo nos concelhos de Loulé e Faro, o que reflecte a atractividade deste território face a concelhos vizinhos ou outras áreas do país (migrantes internos), bem como face a populações vindas do estrangeiro (imigrantes).

Com efeito, nestes concelhos localizam-se importantes aglomerações urbanas — Faro é capital administrativa da região, Loulé é centro terciário e industrial, e Vilamoura é o principal pólo turístico deste território — cujo desenvolvimento se tem reflectido na criação de oportunidades de trabalho, capazes de atrair população (mão-de-obra) de outros locais, com menor potencial de criação de emprego.

Como antes se disse, a população presente neste território em época alta é significativamente superior à população residente, estimando-se, nos concelhos abrangidos pela área de intervenção, um aumento de população na ordem dos 180%²⁵, o que significa que a população presente em época alta se aproximará dos 375 mil habitantes. Em alguns aglomerados, o incremento estimado é mais significativo (na medida em que têm um número de alojamentos vagos relativamente mais elevado, supostamente ocupados nesta época), nomeadamente, Ilha do Farol (que passará de 14 residentes para mais de mil), e Ilha da Armona (de 10 residentes habituais passará para mais de 2200²⁶).

²⁵ Esta estimativa não contempla a população em alojamentos turísticos, mas antes (e só) a população que potencialmente se instala em alojamentos familiares clássicos, partindo do princípio de que, em época alta, todos os alojamentos existentes estarão ocupados. Não obstante as fragilidades desta metodologia, pensamos que permite uma aproximação às diferenças de escala na ocupação permanente e na sazonal de alguns destes lugares.

²⁶ Estudos do POPNRF, 2006 (dados de 2001).

Principais aglomerados

A Estrada Nacional 125 estrutura um eixo ao qual estão ligados os principais núcleos urbanos de todo o Algarve sendo esta relação igualmente evidente na Ria Formosa. A ocupação nesta área desenvolveu-se a sul deste eixo viário, formando três sectores urbanos: Aeroporto/Faro, Faro/Olhão/Fuzeta e Santa Luzia/Tavira/Cabanas. Estes núcleos urbanos, actualmente, tendem a configurar funcionalmente um aglomerado urbano único. Ao longo da EN125 verifica-se ainda a ocorrência de espaços desqualificados e desorganizados por usos urbanos, agrícolas e industriais.

Dos principais aglomerados urbanos (Faro, Olhão e Tavira), salientam-se as seguintes características comuns:

- > Núcleos históricos inicialmente ligados às actividades piscatória e agrícola;
- > A estrutura urbana não resultou do “boom” imobiliário/turístico na forma mais comum de expansão descontrolada, ou seja, o crescimento urbano não se identifica estritamente com o turismo e com aglomerados balneares (sazonais), conformados na tipologia “aldeamento turístico”, que é determinante e evidente em outros núcleos urbanos da região;
- > Cidades com um crescimento relativamente contido, sem grandes sinais de planeamento urbanístico intencional;
- > É na zona oriental destas cidades que se localizam as estruturas produtivas primárias ou secundárias (Faro – zona industrial; Olhão – doca de pesca e indústrias associadas; Tavira – unidades fabris ligadas à pesca). Por complementaridade, as funções logísticas e as grandes superfícies comerciais tendem a consolidar-se junto aos eixos viários na zona poente;
- > A relação destas cidades com as actividades balneares encontra-se associada às ocupações urbanas das ilhas-barreira, em diferentes escalas. Estas “extensões” piscatórias e turísticas dos aglomerados urbanos da Ria são também uma consequência das dificuldades que, naturalmente, a laguna impõe ao acesso à praia marítima.

Como principal centro administrativo do Algarve, Faro é a maior cidade da Região (com mais de 60 mil habitantes) fortemente terciarizada. O núcleo urbano é constituído por um tecido consolidado na área envolvente ao centro histórico e conta com uma frente de Ria com cerca de 6,5 km, que se estende desde o limite da cidade (Bom João) até ao

aeroporto. A relação da cidade com a Ria é diminuta, sobretudo devido à presença da linha de caminho-de-ferro que separa a frente urbana do espaço lagunar. De facto, este espaço encontra-se desqualificado e ocupado por equipamentos da REFER, antigos armazéns e áreas expectantes abandonadas, que importa devolver à cidade devido à sua refuncionalização. Igualmente, a área do Bom João – área industrial adjacente ao porto comercial de Faro – encontra-se desqualificada, verificando-se alguma miscelânea de usos, que vão desde o armazenamento de produtos ligados à indústria, tais como pneus e gásóleo, uma área comercial (Lidl) e habitação, que se concentra maioritariamente no Bairro Municipal Horta da Areia e em menor expressão dispersa por esta área. A refuncionalização desta área para uso habitacional e turístico, associado ao porto comercial de Faro, é uma das intenções assumidas pelo município.

Na frente sul da cidade, localizam-se a doca de recreio e dois pontões flutuantes, utilizados pelas embarcações marítimo-turísticas que asseguram o transporte de passageiros para a Ilha da Culatra (núcleo do Farol) e Ilha de Faro. Montenegro e Gambelas são áreas de expansão urbana recente, que se desenvolveram a poente do núcleo principal, na península onde se localiza o aeroporto. Têm uma extensão que se aproxima da área da própria cidade, correspondendo a uma periferia urbana de baixa densidade. É nesta área que se localiza o Pólo Universitário de Gambelas.

Olhão, com mais de 40 mil habitantes, tem uma extensa frente de Ria, sendo esta responsável pela manutenção das actividades ligadas ao sector das pescas, afastando o concelho do turismo de massas. Actualmente, o declínio das actividades piscatórias e das indústrias que dela dependem reflecte-se, não só nas actividades económicas, mas também em todo o sistema urbano e social. Na zona nascente da cidade destaca-se, envolvendo o porto de pesca, uma área portuária, uma área de estaleiros navais e uma área ocupada em grande parte por unidades industriais ligadas à indústria conserveira que se encontra desordenada, pouco potencializada e desagregada do centro da cidade, que importa requalificar e ordenar de forma a valorizar estas actividades económicas. Os mercados municipais, com uma localização central relativamente ao núcleo antigo da cidade, a doca de recreio (recentemente construída), aliada à requalificação da marginal efectuada pelo município, criam um pólo dinamizador com uma intensa actividade comercial e turística.

Em Tavira, cidade com cerca de 25 mil residentes, o rio Séqua/Gilão marca presença, atravessando o centro histórico e constituindo-se como um contínuo de ligação entre a “porta” da cidade e a Ria que se encontram na zona das Quatro Águas. De facto, a frente ribeirinha apresenta características diferenciadas, com margens mais naturalizadas na zona

poente da cidade, estendendo-se pela zona histórica, com um espaço marginal subvalorizado, sem infra-estruturas adequadas para a actividade piscatória e náutica de recreio. A zona nascente da cidade apresenta uma descontinuidade urbana com a presença de terrenos expectantes e zonas com ocupação industrial (antigas fábricas conserveiras), que confinam com uma vasta área de salinas.

Dos restantes núcleos populacionais destacam-se Fuzeta, Santa Luzia, Cacela-Velha, Cabanas, Vila Nova de Cacela e Manta Rota.

A poucos quilómetros de Olhão, o aglomerado da Fuzeta, actualmente com uma população superior a 2000 habitantes, desenvolveu-se em estreita ligação com as actividades piscatórias. Integra um porto de pesca, mantendo-se esta actividade social e economicamente relevante.

O seu casario branco, de arquitectura cubista, é característico no concelho, porém, na frente de Ria localizam-se edificações de cariz balnear que contrastam com aquela imagem tradicional.

O pequeno aglomerado urbano de Santa Luzia, com cerca de 1600 residentes, desenvolveu-se entre a Terra Estreita e a Praia do Barril, onde se situavam os melhores pesqueiros das xávegas de toda a costa taviense. Desde os anos 70 que a actividade turística se vem desenvolvendo, sobrepondo-se às actividades piscatórias.

Cabanas, antiga vila pesqueira com cerca de 1000 habitantes, é, hoje, essencialmente um local de veraneio. O aglomerado reflecte pouca qualidade urbanística, permeável à especulação imobiliária, traduzida pelo abandono do pequeno núcleo piscatório e a forte pressão da construção civil na área envolvente, estendendo-se para o núcleo da Conceição. Devido à sua localização estratégica junto à extensa frente de Ria, surgem alguns apoios turísticos. O Forte de São João da Barra marca a entrada do pequeno porto.

Cacela-Velha, com pouco mais de meia centena de habitantes, é uma localidade peculiar na Ria Formosa, possuindo uma arquitectura e enquadramento paisagístico únicos. Associa a este facto uma grande riqueza histórica e arqueológica, pelo que o conjunto do aglomerado foi classificado como “Imóvel de Interesse Público”.

Vila Nova de Cacela define-se por um aglomerado de cariz rural, que surgiu em torno de quintas e, principalmente, devido à construção da estação do caminho-de-ferro e do antigo traçado da EN125. Foi junto a esta via de comunicação que surgiram os primeiros edifícios

da nova vila que, com o desenvolvimento urbano, tem vindo a absorver os antigos “sítios” tradicionais.

O desenvolvimento recente de Manta Rota está intimamente ligado à actividade turística. A praia deste núcleo balnear atrai um número de utentes que, no sistema da Ria Formosa, só é suplantado pela Praia de Faro. Tal procura justifica-se fundamentalmente pela situação geográfica, que permite o acesso automóvel à zona balnear, e pelo extenso areal, que serve todas as áreas urbanas entre Olhão e Vila Real de Santo António.

Nas ilhas-barreira evidenciam-se os seguintes núcleos: Praia de Faro, Farol, Hangares, Culatra, Armona, Fuzeta e Ilha de Tavira.

O núcleo da Ilha de Faro localiza-se numa extensa língua de areia da península do Ancão. É ocupado por edificações para residência (cerca de 380 habitantes), em particular para famílias de pescadores, para segunda habitação e para estruturas de apoio à actividade balnear (restauração, parque de campismo municipal). O aglomerado encontra-se degradado, sem alinhamentos urbanos e caracterizado pela fraca qualidade das construções. O acesso faz-se por uma ponte, de carro, ou num dos autocarros que durante o dia circulam entre a cidade e a ilha.

A Ilha da Culatra é composta pelos núcleos do Farol, de Hangares e da Culatra. É a mais distante das ilhas, excluindo a Deserta, sendo o acesso assegurado por carreiras de barco, que partem de Olhão e, na época balnear, da cidade Faro. O Farol, com pouco mais de uma dezena de habitantes, caracteriza-se por ser um núcleo de ocupação sazonal, pelo que a maioria das edificações presentes é ocupada apenas na época balnear. O núcleo de Hangares é composto por construções de habitação precária de génese ilegal, inicialmente de apoio à actividade piscatória, sendo inexistentes os aprestos para esta actividade. O núcleo da Culatra é o maior aglomerado da Ilha, com cerca de 1000 habitantes. Caracteriza-se pela desordem espacial de construções de génese ilegal, onde se inclui uma igreja e uma escola, sinais de uma vivência própria e consolidada. A população deste núcleo está maioritariamente ligada à actividade piscatória artesanal e ao marisqueio, embora não existam estruturas de apoio adequadas, nomeadamente um porto de abrigo.

A Ilha da Armona é composta pelos núcleos da Armona e da Fuzeta. O aglomerado da Armona possui um parque de campismo e a maioria das edificações são para segunda habitação, tendo apenas cerca de uma dezena de residentes. Ao contrário dos outros núcleos/ilhas, embora as edificações sejam de qualidade débil, apresenta uma imagem

cuidada. O acesso é igualmente feito através das carreiras de barco, que partem de Olhão. O pequeno núcleo da Fuzeta, de origem piscatória, é utilizado como espaço de veraneio, não tendo residentes permanentes.

A Ilha de Tavira não tem ocupação permanente sendo essencialmente composta pelo parque de campismo e pelos apoios balneares.

Considerando a acção transformadora que a actividade turística teve nos núcleos urbanos presentes na Ria Formosa, destacam-se os seguintes aspectos comuns:

- > Os aglomerados turísticos desenvolveram-se nos perímetros urbanos das principais cidades, diluindo-se no tecido habitacional, pelo que não são determinantes na sua imagem urbana;
- > Nos aglomerados mais pequenos da Ria (Fuzeta, Cabanas, Santa Luzia e Manta Rota), são mais evidentes as subestruturas urbanas provenientes de intervenções, em núcleos piscatórios, com fins turísticos e balneares de características sazonais (Cabanas é um “catálogo” deste tipo de ocupação urbanística). Estes núcleos apresentam uma estrutura sem coerência urbanística, decorrente das intervenções casuísticas e crescimento disperso, não existindo uma intenção coordenada e estruturada dos projectos presentes;
- > Identificam-se ainda espaços urbanos que, partindo de uma ocupação inicial estritamente agrícola, foram densificados por via de construção para fins turísticos e que, actualmente, configuram uma estrutura dispersa (Quatrim, Arrozeiras, Vila Nova de Cacela);
- > Os aglomerados em espaço lagunar (Armona, Culatra, Ilha de Faro) constituem uma tipologia de ocupação urbana do território com características comuns – trata-se de áreas localizadas em domínio público marítimo, desqualificadas e de debilitada inserção no meio, descaracterizadas e com condições de salubridade mínima, arruamentos não estruturados e ausência de algumas infra-estruturas. O crescimento descontrolado verificado nestas Ilhas, associado à utilização balnear, veio, de alguma forma, agravar a sua desqualificação e descaracterização.

Acessibilidades e transportes

A área da Ria Formosa é servida por diversos modos de transporte: aéreo, rodoviário, ferroviário e marítimo, conformando um quadro de acessibilidades globalmente favorável (Anexo I).

O aeroporto internacional de Faro, um dos principais aeroportos do país e que serve todo o Algarve, está localizado numa área adjacente à Ria Formosa. Inaugurado em 1965, é desde então estruturante para a actividade turística da região.

Depois de um período de relativa estagnação, os indicadores mais recentes parecem revelar uma tendência de crescimento do volume de passageiros. Em 2005, o volume de passageiros foi de 4,7 milhões; “em 2006, esse valor deverá ultrapassar os 5 milhões”²⁷.

No que diz respeito à rede viária, nos últimos anos foram realizados importantes investimentos, pelo que, actualmente, na área em análise podem distinguir-se quatro níveis principais de infra-estruturas:

- > A2, recentemente concluída, garante o acesso às principais aglomerações urbanas do país, nomeadamente da faixa litoral ocidental (a ligação desta via à área em análise estabelece-se através da A22).
- > A22, ou Via do Infante de Sagres, que atravessa longitudinalmente o Algarve, na zona do Barrocal, entre Lagos e Vila Real de Santo António, assegurando a distribuição do tráfego regional e a ligação ao resto do país, permite um atravessamento rápido da região.
- > EN125, via estruturante paralela à A22 que, no litoral, assegura a ligação entre os vários aglomerados. A EN125 estruturou o desenvolvimento de vários núcleos populacionais, pelo que, em alguns troços, a ocupação adjacente à via é considerável.
- > Rede viária municipal, que assegura a ligação daquelas vias aos vários núcleos populacionais, nomeadamente aos de menor dimensão e entre estes.

Também no domínio do transporte ferroviário houve recentemente algumas transformações (como o início da ligação Faro-Lisboa-Porto-Braga em Alfa Pendular, ou a maior frequência de comboios rápidos que asseguram a ligação Lisboa-Faro) que vieram melhorar o acesso ferroviário à região (particularmente a Faro). A área em análise é ainda servida por uma

²⁷ Cf. Intervenção do Secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e das Comunicações, por ocasião da inauguração da Estação Radar de Faro (23 de Outubro de 2006).

linha de caminho-de-ferro, que atravessa ou confina com os limites do Parque Natural, e se estende, paralelamente à costa, de Faro até Vila Real de Santo António. A frequência e a qualidade do serviço nesta linha são muito limitadas.

O transporte marítimo assume um papel de relevo no acesso às ilhas, embora algumas disponham de estruturas físicas de acesso directo (pedonal ou rodoviário). O transporte de passageiros, porque muito associado à actividade balnear, é marcado por uma forte sazonalidade. Para além das carreiras regulares que ligam Faro, Fuzeta, Olhão e Tavira às ilhas-barreira, asseguradas por concessionários, existem diversos transportadores individuais que, em pequenas embarcações, asseguram o acesso a ilhas menos procuradas. De uma forma geral, este transporte não profissionalizado apresenta condições de eficiência e segurança muito deficitárias.

O transporte marítimo de mercadorias é assegurado pelo porto de Faro, único porto comercial activo no Sotavento do Algarve, cuja actividade tem vindo a diminuir. Até há pouco tempo manteve alguma relevância, dado assegurar o abastecimento de combustíveis à região (incluindo o aeroporto) mas, desde que essa função deixou de ser exercida, a actividade do porto comercial é residual.

2.3.3 | COMPONENTE ECONÓMICA

Neste ponto, caracterizam-se as actividades económicas directamente relacionadas com os recursos da Ria, como a pesca, a aquicultura e a salicultura, e outras actividades que, embora se desenvolvam essencialmente fora da Ria Formosa, têm um impacte significativo na mesma, como sejam a agricultura, a indústria e o turismo.

Pesca

Trata-se de uma actividade importante nesta área, não exactamente pelas capturas feitas na laguna, que são muito pouco expressivas, mas antes pelo seu importante papel como *nursery*, contribuindo para sustentar os mananciais explorados na costa. Por outro lado, localizam-se na Ria infra-estruturas vitais de apoio à actividade piscatória (desenvolvida em territórios bem mais vastos): instalações portuárias, lotas, instalações de frio, armazéns de apoio, varadouros, etc.

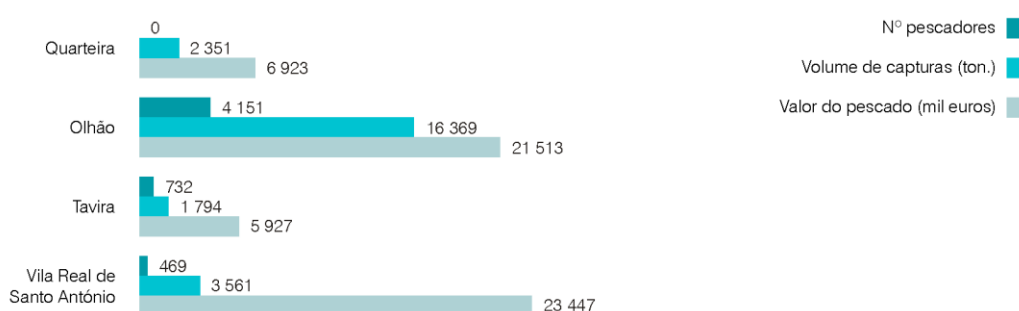
A actividade da pesca distribui-se essencialmente pelos portos de Quarteira, Olhão e Vila Real de Santo António, dispondo estes de passadiços, instalações modernas de apoio à pesca e à venda de pescado (lota), bem como estaleiros de reparação naval. Existem ainda núcleos com comunidades piscatórias importantes, tais como Monte Gordo, Altura, Manta Rota, Fábrica/Cacela, Cabanas, Santa Luzia, Culatra e Ilha de Faro. Reconhecendo a importância desta actividade, a Direcção Regional das Pescas lançou, no ano transacto quatro projectos para a construção de portos de abrigo em Cabanas, Santa Luzia, Fuzeta e Culatra, estando prevista a sua construção no decorrer do presente ano.

A importância dos vários núcleos piscatórios manifesta-se pelas infra-estruturas existentes, número de embarcações e pescadores matriculados, bem como pelos volumes de capturas, pelo que Olhão é classificado como principal centro piscatório de toda a região.

Em 2000, o volume de pescado descarregado no porto de Olhão ultrapassou as 16 mil toneladas (quase 40% do total descarregado nos portos do Algarve), correspondendo a um valor superior a 21 milhões de euros. Em termos de capturas, na região, apenas Portimão se aproxima daquele valor (perto de 14 mil toneladas), e Vila Real de Santo António que, embora com muito menos capturas (3,5 mil toneladas), ultrapassou aquele valor (mais de 23 milhões de euros, correspondentes a mais de $\frac{1}{4}$ do valor total do pescado descarregado nos portos do Algarve), o que se deve ao valor mais elevado das espécies capturadas.

O número de pescadores matriculados é também elucidativo da importância do porto de Olhão em toda a região (60% dos pescadores do Algarve). Não obstante a quebra que se vem verificando no emprego deste sector, o Algarve continua a ser a região do país com maior número de pescadores.

Gráfico 2 | Pescadores matriculados e total de pescado descarregado nos portos da Ria Formosa



Fonte | Estudo Estratégico de Desenvolvimento das Infra-Estruturas Portuárias do Algarve (dados de 2000).

A actividade piscatória, confinada total ou parcialmente ao sistema lagunar (pesca local), tem pouca expressão no contexto regional. Das embarcações licenciadas nestes concelhos, concentradas nas capitánias de Olhão, Faro e Fuzeta, apenas um pequeno número (cerca de 5%) se restringe à pesca na Ria ou na área envolvente²⁸.

De entre os núcleos de comunidades piscatórias distingue-se a Fuzeta com 102 embarcações registadas em 2006, o que manifesta uma importante vitalidade da comunidade local, atendendo a que o esforço de pesca aumentou cerca de 21% nos últimos quatro anos. A Culatra, com 90 embarcações, é o segundo núcleo piscatório com maior importância neste domínio, sendo seguido, a larga distância, por Santa Luzia com 45 embarcações.

As capturas de pescado, efectuadas apenas na área da Ria ou envolvente (que em 2001 totalizaram cerca de 90 toneladas, correspondentes a um valor ligeiramente acima dos 300 mil euros), concentram-se em Olhão (quase 80 toneladas e mais de 260 mil euros), seguindo-se em importância a Fuzeta.

As espécies mais representativas, em termos de capturas, nesta pesca costeira são a salema (22%), o polvo (19%) e o choco (18%). Considerando o preço do pescado descarregado, o polvo e o choco ultrapassam a importância da salema. A estas duas espécies juntam-se o berbigão vulgar e as conquilhas, representando os moluscos cerca de 41% do total de pescado descarregado nos portos da Ria e cerca de 48% do respectivo valor (já que o preço médio é superior ao dos peixes). Entre os peixes destacam-se ainda, em termos de capturas, a tainha e a ferreira e, em termos de valores do pescado, também a ferreira, o salmonete-legítimo e o robalo-baila.

Embora não seja possível distinguir as capturas no interior da Ria das efectuadas fora dela, o choco e o berbigão deverão ser as espécies com maior volume de pesca.

Paralelamente à pesca, desenvolvem-se também actividades de marisqueio, sem recurso a embarcações. Existem mais de 800 licenças para o exercício desta actividade nos bancos naturais (dados de 2001), havendo ainda muitas pessoas que, não sendo portadoras de licença de marisqueio, também desenvolvem esta actividade. Dos mariscadores licenciados, a maioria está registada nas capitánias de Olhão (263), Faro (244) e Tavira

²⁸ Corresponde à zona IX do International Council for the Exploration of the Sea (ICES/CIEM).

(204)²⁹. Refira-se que o marisqueio não licenciado está, não raras vezes, associado a situações de desemprego ou de exclusão social, tendo-se verificado nos últimos anos um aumento desta prática, induzido em grande medida pela crise da indústria conserveira e pela crescente imigração.

A principal actividade desenvolvida por estes profissionais é a apanha de amêijoas de semente para o povoamento dos viveiros. Verifica-se também a apanha de berbigão e de outras espécies com menor valor comercial, como a amêjoa-cão, amêjoa-macha e o longueirão ou navalha.

Segundo estimativas da Direcção Regional das Pescas, a produção resultante do marisqueio deverá rondar as 15 mil toneladas em todo o Algarve, nomeadamente da actividade desenvolvida nas Rias Formosa e Alvor e no Arade.

Para além da importância social e económica destas actividades, pelo seu contributo directo para a criação de riqueza e de emprego³⁰, elas são também relevantes para a dinamização de outras actividades, nomeadamente a construção e reparação naval (associada às embarcações de pesca), a indústria (de transformação e conserva), o comércio e o turismo (como factor de atractividade da região).

Aquicultura

A Ria Formosa ocupa uma posição de destaque no contexto nacional pelos níveis de produção aquícola (40%) e, mais ainda, pelo número de estabelecimentos (81%) associados à piscicultura e, sobretudo, à moluscicultura. No contexto da região do Algarve essa relevância é ainda mais evidente (73% da produção regional e 96% dos estabelecimentos).

²⁹ Não foi possível obter dados relativos às quantidades de marisco recolhidas nesta área. Segundo a Direcção Regional de Pescas do sul, estima-se que a produção proveniente do marisqueio em todo o Algarve ronde as 15 mil toneladas/ano (*in* Relatório Pescas Algarve, 2006).

³⁰ A pesca será responsável por cerca de 2,5% do emprego na região do Algarve (cf. Estudo IPTM).

Tabela 4 | Produção, estabelecimentos e área ocupada por actividades de aquicultura*

	PRODUÇÃO (TON.)	Nº DE ESTABELECIMENTOS	ÁREA (HA)
Ria Formosa	3 281	1 245	460
Algarve	4 522	1 291	n.d.
Portugal	8 210	1 536	n.d.

* Não inclui unidades de reprodução (2 em Tavira e 7 no resto do país).

Fonte | Estudos de caracterização do POPNRF, 2006.

Pese embora as condicionantes que pendem sobre esta actividade e que justificam, em parte, a realização de projectos experimentais de piscicultura em *off-shore*, como aquele que o IPIMAR tem vindo a desenvolver com resultados extremamente positivos ao largo da barra Faro/Olhão, a evolução recente das áreas ocupadas por viveiros e tanques dá conta de uma expansão deste sector, em muitos casos em resultado da reconversão de salinas. Actualmente a área ocupada por esta actividade na Ria Formosa contabiliza cerca de 460 ha³¹.

A moluscicultura constitui uma das actividades com maior significado económico na Ria, dado que são produzidas espécies com elevado valor comercial (como sejam a amêijoia-boia e a ostra, que representam 90% e 26% da produção nacional, respectivamente), tendo uma importância decisiva na produção de bivalves ao nível nacional.

A piscicultura, embora com um valor de produção reduzido no contexto da Ria, é uma actividade de grande rentabilidade, uma vez que os custos de produção são baixos e as espécies produzidas têm elevado valor económico.

Tabela 5 | Estabelecimentos e produção de aquicultura nos concelhos da Ria Formosa

	Nº DE ESTABELECIMENTOS			PRODUÇÃO (TON.)		
	VIVEIROS	TANQUES	TOTAL	MOLUSCICULTURA	PISCICULTURA	TOTAL
Faro	196	7	203	447.9	90.6	538.5
Loulé	1	3	4	0.3	0.4	0.7
Olhão	963	11	974	2 064.4	178.5	2 242.9
Tavira	56	2*	58	119.7	273.0	392.7
Vila Real de Santo António	8	-	8	106.5	-	106.5
Ria Formosa	1 224	21	1247	2 738.8	542.5	3 281.3

³¹ Cf. Catálogo de Actividades Produtivas em Áreas Protegidas e POPNRF.

* Unidades de reprodução.

Fonte | Estudos de caracterização do POPNRF, 2006.

Olhão é o concelho onde se concentram estas actividades, com mais de $\frac{3}{4}$ dos estabelecimentos e da produção aquícola, sobretudo dada a relevância da moluscicultura. Por essa razão, é também em Olhão que se localiza a maioria dos centros de depuração e expedição. Na produção piscícola destaca-se Tavira, onde estão localizadas as duas únicas unidades de reprodução existentes na região.

As espécies mais representativas são a já referida amêijoia-boia (quase 90% da produção da área) e a dourada (82%). O robalo (17% da produção) também se destaca das restantes espécies. A maior parte da produção de marisco destina-se à exportação.

Em termos de emprego, a piscicultura não deverá envolver mais de quatro dezenas de trabalhadores (concentrados em Olhão e Faro), mas a moluscicultura é responsável por um número estimado de 4500 postos de trabalho³², número correspondente a mais de metade dos profissionais desta actividade de todo o Algarve.

Recentemente, em algumas áreas do Algarve, também a aquacultura em *off-shore* tem atraído o interesse de alguns investidores³³. Esta modalidade de exploração permite reduzir os custos de produção e valorizar a qualidade dos produtos.

Salicultura

A produção de sal em Portugal tem vindo a perder expressão desde os anos 70 devido à conjugação de diversos factores, tais como o aumento dos custos de produção, a transformação dos processos tecnológicos em unidades industriais e a conversão das salinas em aquículturas³⁴.

O Algarve tem acompanhado esta tendência, com uma gradual diminuição das áreas dedicadas à produção de sal, que actualmente rondam os 1130 ha³⁵. Ainda assim, a região continua a contribuir com uma quota muito significativa para a produção nacional de sal (83,2 toneladas de um total de 86,6 – dados de 2003). Os restantes salgados (Aveiro, Figueira da Foz, Tejo e Sado) não representam mais de 4% do sal produzido no país.

³² Cf. Estudos de Caracterização do POPNRF.

³³ Cf. DRPASul, Relatório Pescas Algarve, 2006.

³⁴ Cf. Neves e Rufino, 1995, citados nos Estudos de Caracterização do POPNRF.

³⁵ Cf. Catálogo de Actividades Produtivas em Áreas Protegidas.

Todavia, a recente moda do sal tradicional, inserida num contexto de valorização mais ampla dos produtos naturais e dos produtos tradicionais, permitiu que nos últimos anos se tenha verificado uma interessante revitalização de salinas e de dinamização de uma actividade económica extremamente enraizada na cultura e na paisagem da Ria Formosa. A distinção atribuída a uma empresa local em 2001, pela associação internacional *Slowfood*, como reconhecimento do mérito e da qualidade do projecto de revitalização da salicultura tradicional, reflecte esse potencial regional e contribuiu para que o sal tradicional da Ria Formosa ganhasse expressão no mercado internacional.

A Ria Formosa reúne, de facto, um conjunto de condições bastante potenciadoras do desenvolvimento desta actividade, nomeadamente:

- > Condições naturais e climáticas excelentes;
- > Longa tradição da actividade na região;
- > Existência de um saber-fazer que tem passado de geração em geração;
- > Forte desenvolvimento turístico, o que permite gerar sinergias, nomeadamente em termos de *marketing*;
- > Elevada qualidade do produto produzido;
- > Presença em diversos mercados internacionais através da sua comercialização em redes de lojas de excelência alimentar;
- > Benefício ambiental desta actividade plenamente compatível com a protecção dos recursos naturais.

Na Ria Formosa existiam, em 2001, 27 salinas em funcionamento, concentradas no concelho de Tavira. Em termos de produção de sal, o concelho de Tavira ocupava a primeira posição (27% da produção da Ria). Olhão, embora ocupe o segundo lugar em número de salinas, é o que menos produz. Ainda assim, nesta cidade, localizam-se duas unidades de tratamento de sal que absorvem a quase totalidade da produção regional³⁶.

Entre os problemas que envolvem esta actividade está o seu carácter fortemente sazonal, concentrada nos meses de Verão, em que requer grande quantidade de mão-de-obra.

Para além da relevância económica e sociocultural desta actividade, as salinas da Ria têm também um importante papel como área de descanso e/ou alimentação para um número

³⁶ Cf. DRPASul, Relatório Pescas Algarve, 2006.

elevado de aves limícolas, numa área de passagem para populações de aves migratórias entre a Europa e a África, pelo que se considera de extrema importância a conservação deste *habitat*³⁷.

As salinas reúnem ainda condições favoráveis para o desenvolvimento de outras actividades que, em complementaridade com a salicultura, poderão ser geradoras de riqueza. Neste âmbito, cabe destacar a produção, ainda em pequena escala, que tem vindo a ser desenvolvida no domínio das microalgas, suportada em avançadas técnicas biotecnológicas desenvolvidas por uma empresa local. As microalgas têm uma utilização diversa, designadamente em produtos dietéticos, na cosmética, na farmacêutica e em aditivos alimentares para rações.

De igual modo, tanto a produção de quistos de artémia como a de salicórnica reúnem condições igualmente interessantes para serem desenvolvidas em complementaridade com a salicultura.

Agricultura e pecuária³⁸

À semelhança do que se passa ao nível nacional, a agricultura do Algarve tem vindo a perder importância, o que se reflecte numa transferência da respectiva mão-de-obra para actividades directa ou indirectamente ligadas ao turismo.

O Litoral, pelas características dos solos e pela disponibilidade de água, é a zona com maior potencial de exploração agrícola, onde se cultivam hortas e pomares. No Barrocal, pese embora o mais fraco potencial agrícola, existem vastos campos de cultivo, predominando o pomar tradicional de sequeiro (alfarrobeiras, amendoeiras, figueiras e oliveiras). A zona da Serra, com solos muito pobres, está maioritariamente coberta de matos e algumas espécies arbóreas autóctones que surgem espontaneamente.

Entre os cinco concelhos em análise, Loulé e Tavira — de maior dimensão e que se entendem pelo Barrocal e a Serra — são os que detêm maior número de explorações agrícolas. Nas freguesias abrangidas pela Ria Formosa, essas explorações ocupam pouco mais de 25.000 ha e as culturas dominantes são os citrinos e os frutos secos. Na restante área dos concelhos, destaca-se também o olival.

³⁷ Cf. Estudos de Caracterização do POPNRF.

³⁸ Com base nos Estudos de Caracterização do POPNRF.

Predominam as explorações de pequena e média dimensão com um nível de mecanização relativamente elevado, sobretudo nos dois concelhos com maior número de explorações e área agrícola.

Os produtores agrícolas, quase todos produtores singulares, apresentam uma estrutura etária muito envelhecida e um muito baixo nível de habilitações académicas. Para a maioria destes produtores, a actividade é desenvolvida a tempo parcial, em complemento de outras actividades que, quando remuneradas, assumem um carácter principal (pouco mais de 4% dos produtores destas freguesias exercem a actividade agrícola a tempo inteiro).

A actividade pecuária não é particularmente significativa nesta área. Loulé e Tavira são, mais uma vez, os concelhos que se destacam, com um maior número de efectivos animais. Nas freguesias abrangidas pela Ria Formosa, as aves e os suínos são os animais mais representativos.

Indústria

A indústria transformadora tem actualmente um peso pouco relevante na economia do Algarve e, sobretudo, com muito pouco significado na indústria nacional (0,8% do VAB do sector³⁹). Em grande medida, esta encontra-se directamente articulada com actividades primárias tradicionais, como a pesca e a agricultura, tendo sido amplamente afectada pela crise no sector conserveiro.

Nos concelhos abrangidos por este Plano destacam-se as indústrias com forte articulação com os recursos naturais presentes na Ria, ou seja, subsidiárias das actividades aí desenvolvidas. Embora não tenham a importância do passado, estas actividades são relevantes na estrutura produtiva regional.

As principais áreas industriais encontram-se junto aos núcleos urbanos, nomeadamente em Olhão e Faro.

As empresas ligadas à transformação dos produtos da pesca encontram-se localizadas junto dos principais portos, designadamente em Olhão, onde existe cerca de uma dezena de empresas de preparação e transformação de pescado fresco e congelado e de conservas e

³⁹ Cf. Estudos de Caracterização do PROT – Algarve.

semiconservas. Algumas dessas empresas foram recentemente abrangidas por processos de modernização⁴⁰.

A área industrial do Bom João está integrada no perímetro urbano de Faro. Embora identificada como área industrial, possui diversos usos para além deste, nomeadamente, armazéns, comércio e habitação. Os usos existentes revelam algumas incompatibilidades e põem em causa condições de segurança. Não obstante as potencialidades desta área, como a sua localização, na proximidade do centro histórico, de importantes equipamentos e da Ria Formosa (conferindo-lhe um elevado contacto visual com a laguna), os seus cerca de 30 ha encontram-se subaproveitados.

Em Loulé (bastante afastada da Ria), onde existe uma extensa zona industrial, esta actividade tem um peso significativo.

Turismo

Desde a década de sessenta que a actividade turística se tem vindo a afirmar como base da estrutura produtiva regional do Algarve, determinando, em grande medida, o seu desenvolvimento económico – mas também urbano, social e cultural. Neste contexto, a maioria da riqueza criada na região, bem como do emprego existente, está associada ao turismo e às inúmeras actividades em que os seus efeitos multiplicadores se revelam (p. ex., comércio, construção civil, imobiliário).

Este posicionamento resultou, como antes se disse, de uma transferência da população activa do sector primário para o terciário, processo que é, pelo menos em parte, responsável pelo baixo nível de formação escolar e profissional da maioria da população empregue nas actividades turísticas.

O Algarve continua claramente identificado com o tradicional produto “sol e mar”, o principal mercado de viagens de lazer, com 75 a 100 milhões de viagens internacionais na Europa⁴¹. Não obstante o desenvolvimento de produtos alternativos e complementares, este deverá manter-se como estruturante da oferta regional (e nacional), como é assumido

⁴⁰ Cf. DRPASul, Relatório Pescas Algarve, 2006.

⁴¹ Cf. Plano Estratégico Nacional do Turismo, apresentado pelo Secretário de Estado do Turismo em Janeiro de 2006.

na estratégia nacional para o sector, que o apresenta como um produto tradicional a requalificar.

O desenvolvimento da actividade turística fez-se sentir num aumento da oferta, nomeadamente em termos de alojamento. Para além do alojamento em unidades hoteleiras, estão disponíveis outras modalidades de alojamento (p. ex., parques de campismo, com presença na Ria Formosa), sendo ainda corrente a utilização de alojamento não classificado, nomeadamente através do aluguer de casas particulares (as chamadas “camas paralelas”).

No conjunto dos cinco concelhos abrangidos pela Ria Formosa, a oferta hoteleira cifra-se em 121 estabelecimentos, a que correspondem quase 24 mil camas. Considerando as várias categorias, verifica-se que a capacidade de alojamento se distribui de forma não uniforme entre pensões (menos de 2 mil camas), hotéis (quase 10 mil) e outros tipos de alojamento, onde se incluem os apartamentos turísticos, aldeamentos, pousadas, etc. (mais de 12 mil).

Parte considerável desta oferta localiza-se no concelho de Loulé (mais de metade do total de camas disponíveis). Olhão, pelo contrário, é o concelho com menor peso no segmento turístico.

Embora não seja possível conhecer a localização exacta destes estabelecimentos (não está disponível informação estatística ao nível da freguesia), estes encontram-se preferencialmente junto à faixa costeira. Contudo, considerando que, em Loulé, a actividade turística se concentra nos núcleos de Vilamoura e Quarteira, conclui-se que na área confinante com a Ria Formosa a oferta hoteleira será bastante mais reduzida que a indicada para os cinco concelhos.

Esta situação decorre, como antes se disse, das características naturais da área onde se inserem aqueles núcleos, bem distintas da área da Ria, onde é possível um acesso directo à praia, que permitiu (e fomentou) a sua densa ocupação turística.

Tabela 6 | Oferta turística (em estabelecimentos hoteleiros) nos concelhos da Ria Formosa (2004)

	ESTABELECIMENTOS (Nº)				CAPACIDADE DE ALOJAMENTO (Nº CAMAS)			
	TOTAL	HOTÉIS	PENSÕES	OUTROS	TOTAL	HOTÉIS	PENSÕES	OUTROS
Loulé	60	15	14	31	12 195	4 748	637	6 810
Faro	21	5	12	4	1 464	726	607	131
Olhão	4	-	3	1	184	-	48	136
Tavira	17	3	7	7	4 393	1 132	261	3 000
Vila Real de Santo António	19	8	4	7	5 395	2 976	185	2 234
TOTAL DOS 5 CONCELHOS	121	31	40	50	23 631	9 582	1 738	12 311
Algarve	425	85	100	240	96 487	23 931	4 660	67 896
Portugal	1 954	563	874	517	253 927	115 750	42 387	95 790

Fonte | INE (www.infoline.pt)

O aumento da oferta hoteleira tem sido mais ou menos generalizado, embora seja mais evidente em Vila Real de Santo António e Tavira, concelhos que registaram, nos últimos anos, um incremento assinalável desta actividade. Actualmente, situam-se na 2.^a e na 3.^a posição, entre os cinco concelhos, em termos de capacidade da oferta. Loulé, com um menor crescimento da oferta, revela uma relativa contenção da expansão turística.

Tal como em relação à oferta hoteleira, no que respeita à procura, destaca-se o concelho de Loulé. Vila Real de Santo António e Tavira ocupam os lugares seguintes em número de hóspedes e dormidas. O crescimento da procura tem sido particularmente significativo nos concelhos de Faro e Vila Real de Santo António.

Tabela 7 | Procura turística (em estabelecimentos hoteleiros) dos concelhos da Ria Formosa (2004)

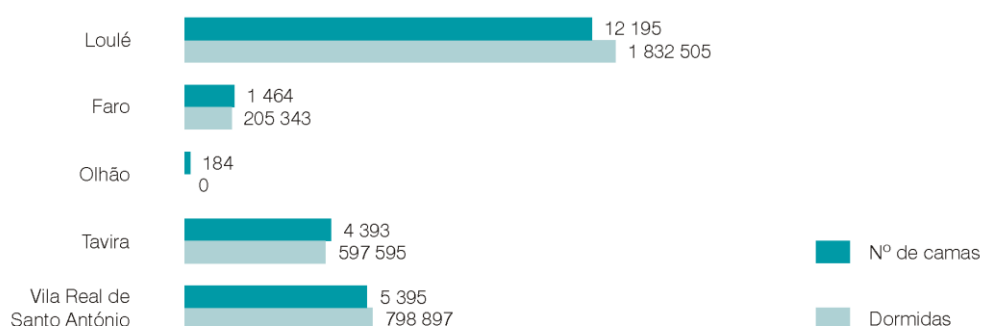
	DORMIDAS	HÓSPEDES	ESTADA MÉDIA POR HÓSPEDE	TAXA DE OCUPAÇÃO
Loulé	1 832 505	396 835	4,6	42,7
Faro	205 343	122 647	1,7	38,7
Olhão	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Tavira	597 595	133 161	4,5	37,9
Vila Real de Santo António	798 897	139 420	5,7	43,4
TOTAL DOS 5 CONCELHOS	3 434 340	792 063	n.d.	n.d.
Algarve	13 252 873	2 438 736	5,4	40,9
Portugal	34 140 581	10 901 968	3,1	38,6

Fonte | INE (www.infoline.pt)

Em termos de dormidas, sobressaem os estrangeiros provenientes do Reino Unido que, inclusivamente, ultrapassam o número de dormidas de portugueses (por sua vez mais representativas nos concelhos de Olhão, Faro e Tavira).

A análise das estadas médias revela que a permanência de hóspedes nos estabelecimentos destes concelhos é globalmente superior à média nacional, claramente ultrapassada no conjunto da região. Apenas Faro se afasta consideravelmente deste quadro, com uma estada média de apenas 1,7 noites. Esta situação decorrerá da maior propensão deste concelho para o segmento do turismo de negócios, com estadas de muito curta duração. Vila Real de Santo António, por seu lado, apresenta o mais elevado valor, ultrapassando inclusivamente a média regional. O gráfico 3 evidencia a importância relativa da hotelaria de cada um destes concelhos, sintetizando a relação entre a capacidade hoteleira e a procura turística.

Gráfico 3 | Capacidade hoteleira e dormidas nos concelhos da Ria Formosa (2004)



Fonte | INE (www.infoline.pt)

Quanto às taxas de ocupação, que traduzem o (des)ajustamento entre a oferta e a procura, verifica-se que os concelhos de Loulé e Vila Real de Santo António ultrapassam a média regional (que, por sua vez, está acima da média nacional). Faro e Tavira também espelham uma situação relativamente favorável no contexto do país.

Ao longo da década de noventa verificou-se um aumento das estadas, que se terá travado nos últimos anos (desde 2000, houve um decréscimo das estadas médias em todos estes concelhos). Também nas taxas de ocupação a tendência de crescimento que se verificou na década de noventa foi recentemente contrariada, registando-se um decréscimo daquelas.

Comparando os indicadores destes concelhos com o total da região, constata-se que o seu “peso turístico” no contexto regional ronda os 25%⁴², que corresponde a cerca de $\frac{1}{4}$ da capacidade e das dormidas nos estabelecimentos hoteleiros e quase $\frac{1}{3}$ dos hóspedes. Essa importância deve-se, essencialmente, à oferta existente no concelho de Loulé, correspondente ao extremo nascente da zona com maior concentração turística do Algarve que se estende desde Portimão. Com efeito, o território do Sotavento manteve-se, até recentemente, menos atingido pelo desenvolvimento desta actividade.

Não sendo possível obter dados exactos sobre o alojamento não classificado, poder-se-á recorrer a estimativas que permitirão uma aproximação à real pressão turística neste território. Os estudos de caracterização do POPNRF fazem uma estimativa para a região do Algarve que aponta para um total de dormidas e de hóspedes que ultrapassa, em muito, a indicada pelos estabelecimentos hoteleiros⁴³.

As condições climáticas e oceanográficas da costa do Algarve e a sua localização numa zona de passagem para o Mediterrâneo têm contribuído para uma procura crescente por parte da navegação de recreio. Se durante muitos anos apenas a Marina de Vilamoura oferecia instalações adequadas para apoio às embarcações de recreio e suas tripulações, tem-se assistido, na última década, à construção de várias marinas e portos de recreio (Lagos, Portimão, Albufeira, Olhão e Tavira) que aumentaram consideravelmente a oferta associada a esta actividade no Algarve.

Pela sua dimensão, destacam-se o porto de recreio de Vila Real de Santo António (mais de 350 embarcações) e as docas de recreio de Faro, Olhão e Tavira (que totalizam mais 550 lugares). Prevê-se ainda que sejam construídos portos de recreio em Faro e Tavira⁴⁴.

O turismo náutico é um dos cinco “produtos inovadores” que deverão constituir uma aposta de acordo com o Plano Estratégico Nacional do Turismo. O elevado e tendencialmente crescente volume de procura (actualmente entre 4 a 5 milhões de viagens/ano na Europa)

⁴² Recorde-se que os cinco concelhos ocupam cerca de 35% do território do Algarve.

⁴³ Para uma análise da metodologia utilizada, ver Estudos de Caracterização do POPNRF, p. 387. Pesem embora as limitações que se podem identificar nessa metodologia e nos resultados apresentados, estes não devem ser ignorados: considerando as estadas em alojamento não classificado, o número total de hóspedes ascende a quase 13 mil e as dormidas ultrapassam as 51 mil.

⁴⁴ Cf. POOC Vilamoura-Vila Real de Santo António.

e o considerável valor acrescentado, associado à cadeia produtiva envolvida, são aspectos que suportam esta opção estratégica⁴⁵.

Tabela 8 | Infra-estruturas de recreio náutico na Ria Formosa

	LOCALIZAÇÃO	CAPACIDADE	ACESSO	OBSERVAÇÕES
Doca de recreio de Faro	Faro	300 embarcações até 6 metros.	Regueiro da Praça, Canal de Faro e Barra de Faro-Olhão (condicionado por ponte ferroviária à entrada da doca)	Previsto o aumento da capacidade para mais 70 embarcações.
Porto de recreio de Faro (programado)	Faro	300 embarcações entre 6 e 15 metros.	Esteiro do Ramalhete, Canal de Faro e Barra de Faro-Olhão	
Doca de recreio de Olhão	Olhão	150 embarcações na doca e 300 em terra.	Canal de Olhão e Barra de Faro-Olhão	
Nova doca de recreio de Olhão (programada)	Olhão - sector poente da cidade	350 embarcações entre 6 e 15 metros.	Canal de Olhão e Barra de Faro-Olhão	O projecto foi chumbado no âmbito do procedimento de AIA.
Doca de recreio de Tavira	Quatro Águas	100 embarcações até 12 metros	Canal e Barra de Tavira	Previstas 3 novas estruturas nas margens do rio Gilão: uma doca de recreio e dois núcleos de recreio náutico.
Doca de recreio de Vila Real de Santo António	Vila Real de Santo António - Estuário do Rio Guadiana.	357 embarcações até 15 metros.	Foz do rio Guadiana	

Fonte | Estudos de Caracterização do POPNRF.

Complementarmente, refira-se o turismo de natureza, que também merece destaque naquela estratégia, sendo outro dos “produtos inovadores” seleccionados. Tem um volume de procura significativo (entre 20 e 52 milhões de viagens internacionais/ano na Europa) e taxas de crescimento consideráveis (8% a 10%/ano)⁴⁶. Reconhecendo os recursos e oportunidades do Algarve, esta é considerada uma região com alto potencial para a implementação e desenvolvimento deste produto. Nesta região, podemos destacar claramente a Ria Formosa que, pelas suas características naturais, paisagísticas e culturais⁴⁷, detém potencialidades para o desenvolvimento daquele segmento, designadamente no âmbito do *birdwatching*.

⁴⁵ Cf. Plano Estratégico Nacional do Turismo, apresentado pelo Secretário de Estado do Turismo, em Janeiro de 2006.

⁴⁶ cf. Plano Estratégico Nacional do Turismo, apresentado pelo Secretário de Estado do Turismo, em Janeiro de 2006.

⁴⁷ cf. Turismo de Natureza – Enquadramento Estratégico, PNRF.

Refira-se que existem já neste território algumas estruturas de apoio ao turismo de natureza, como o Centro de Educação Ambiental de Marim (sede do Parque Natural da Ria Formosa), dotado de um vasto conjunto de serviços e equipamentos (exposições, aquário, auditório, biblioteca, salas para actividades, bar/restaurante, estruturas de alojamento, posto de informação e venda de publicações, etc.) e, ainda, o Chalet João Lúcio/Ecoteca de Olhão, com valências, especialmente, em termos de espaço expositivo.

Além disso, a actividade de empresas de animação turística tem-se expandido também, sobretudo associada ao turismo de natureza.

Outras actividades

O porto de Faro localiza-se a sudeste da cidade de Faro, em plena Ria Formosa. É um dos mais importantes da região e o único porto comercial activo no Sotavento Algarvio, embora venha registando (desde 1997) uma redução da sua actividade, o que se deve, em grande parte, à concorrência da rodovia e do porto de Huelva.

A média do volume de mercadorias movimentadas nos últimos anos tem-se situado no meio milhão de toneladas (essencialmente cimento e clínquer, produtos petrolíferos e um valor residual de carga geral)⁴⁸.

Até há pouco tempo, o movimento de mercadorias no porto de Faro resultava, em grande parte, das necessidades de abastecimento de combustível ao Aeroporto de Faro e às gasolinhas da região, pelo que a quase totalidade das mercadorias descarregadas correspondia a graneis líquidos (em 2001 representaram 97% do total movimentado). Entre os graneis sólidos (3% da carga movimentada nesse ano), destacava-se o sal e a alfarroba. Desde que o abastecimento de combustíveis passou a ser feito por via rodoviária, a actividade do porto de Faro decaiu.

O porto apresenta alguns constrangimentos ao nível das infra-estruturas e equipamentos, das acessibilidades marítimas e terrestres. Com efeito, as condições de navegabilidade são limitadas pela largura, profundidade e sinuosidade do canal da barra, assim como por correntes transversais de forte intensidade e, ainda, pela elevada iluminância provocada pela cidade, que dificulta a navegação nocturna. Por outro lado, verifica-se a degradação das áreas cobertas de armazenamento e de algumas zonas do pavimento do cais comercial, sendo ainda necessária a realização de obras de beneficiação das estruturas de apoio à

⁴⁸ Cf. Estudos de caracterização do PROT – Algarve.

acostagem dos navios. Um outro constrangimento deste porto diz respeito à falta de equipamento marítimo de combate à poluição do mar por derrames acidentais.

No âmbito das Orientações Estratégicas para o Sector Marítimo Portuário, uma das acções prioritárias apontadas passa por definir soluções de gestão adequadas para os portos secundários. No caso do Porto Comercial de Faro (bem como o de Portimão), o IPTM terá de elaborar estudos de detalhe que permitam identificar a solução adequada para a sua administração e gestão até 2008.

Este documento refere ainda que, na operacionalização dos objectivos estratégicos para os portos e infra-estruturas do Algarve, será tido em atenção, quer o segmento de carga, potencialmente presente, quer as componentes marítimo-turísticas (cruzeiros fluviais) e de náutica de recreio e desporto, actividades que registam um potencial de crescimento significativo nesta região, numa lógica de conjunto (rede) através de uma abordagem territorial e sectorialmente integrada.

2.3.4 | SÍNTESE E DIAGNÓSTICO

De forma a sintetizar as análises efectuadas e ter uma “leitura” global que enquadre as opções a desenvolver, optou-se por apresentar uma análise SWOT, nos quais são destacados os factores externos e internos que, pela positiva e pela negativa, melhor caracterizam a área em estudo e a sua envolvente física, relacional e institucional.

A análise externa divide-se entre:

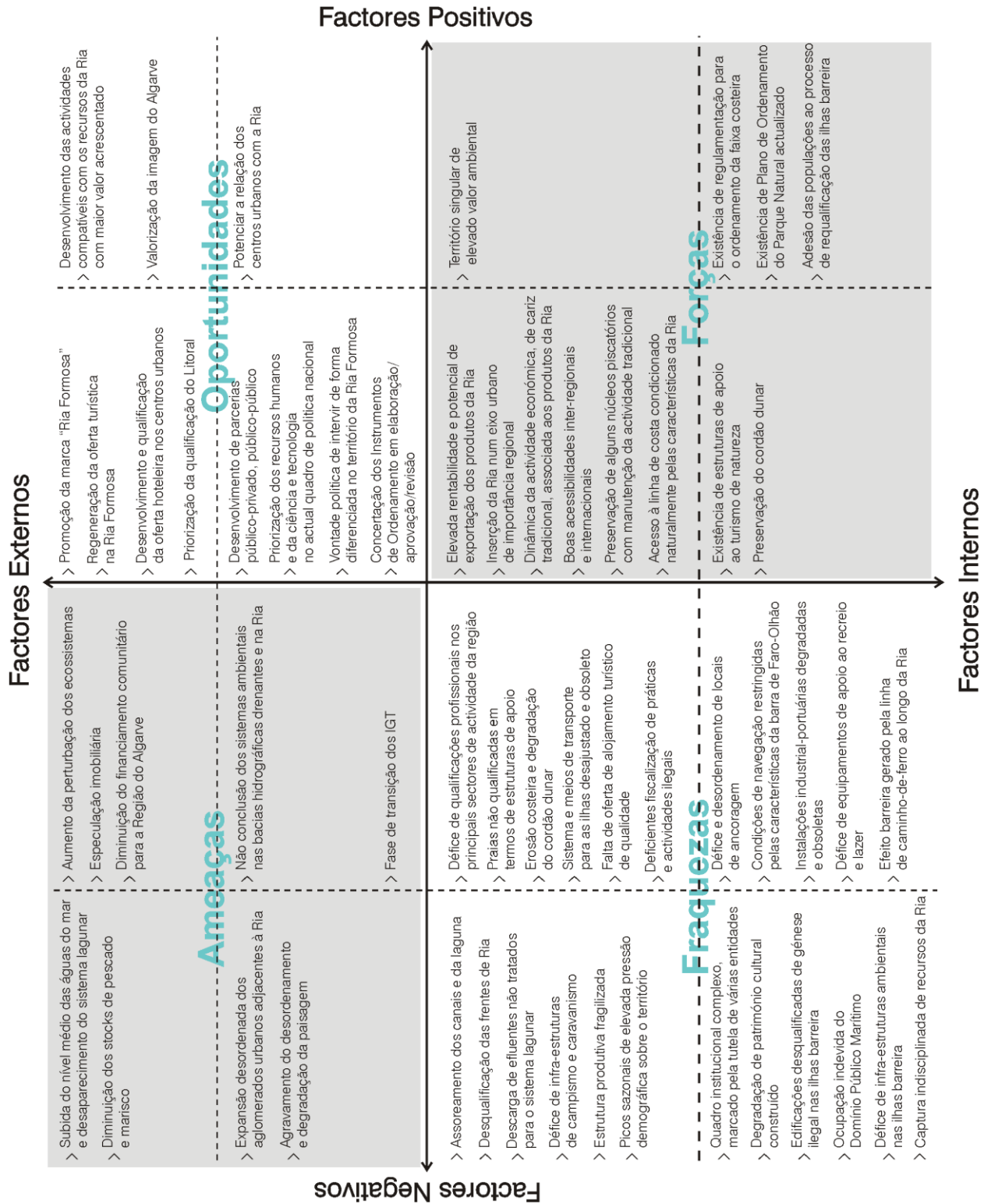
Oportunidades (os factores externos que poderão potenciar as características próprias do território) – deverão ser aproveitadas.

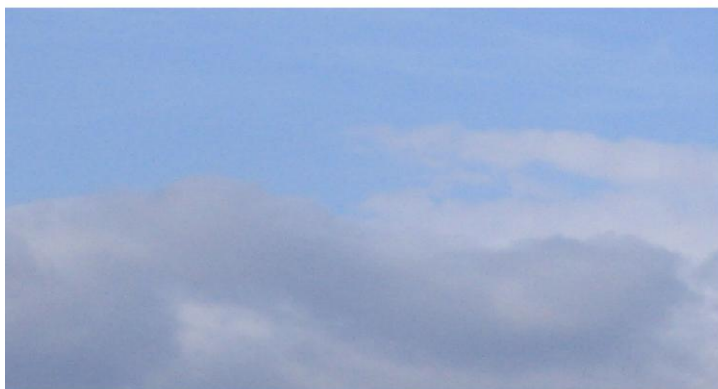
Ameaças (os factores externos que poderão contribuir para a desagregação e a degradação da integridade e dos valores existentes) – deverão ser contrariadas.

A análise interna divide-se em:

Forças (valores próprios positivos do território que contribuem para a sua distinção) – deverão ser potenciadas.

Fraquezas (valores próprios negativos que determinam a degradação do território) – deverão ser minimizadas.





3.

Estratégia
de intervenção



3| ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO

As zonas costeiras assumem, cada vez mais, uma importância estratégica em termos ambientais, económicos, sociais, culturais e recreativos para qualquer região. Esta situação é particularmente evidente no caso nacional, atendendo à extensa linha de costa e à concentração na faixa litoral de uma parte significativa da população e das actividades económicas, nomeadamente das que estão relacionadas com o lazer e o turismo.

A Ria Formosa, por estar inserida num dos principais destinos turísticos nacionais, por possuir uma enorme riqueza marinha, suporte de significativa actividade económica e por se constituir como um espaço natural único de elevada vulnerabilidade, devido às suas características lagunares, regista enormes fragilidades e constitui um dos troços da linha de costa nacional em que a necessidade de compatibilizar diferentes expectativas e potencialidades assume maior relevância.

Acresce que, as intervenções na zona costeira, e concretamente na Ria Formosa, deverão prosseguir objectivos concretos de modernidade e inovação, no respeito pela sua sustentabilidade. Estas deverão integrar conceitos geradores de valor que, por exemplaridade, induzam o nascimento de iniciativas públicas e/ou privadas crescentes que contribuam para a concretização e consolidação de uma gestão sustentada e equilibrada da zona costeira, promovendo as orientações de política nacional e comunitária no que respeita à gestão integrada das zonas costeiras, mas também a coesão territorial ao nível nacional e europeu.

A intervenção dos diferentes actores no território, através da execução de projectos que o requalifiquem e valorizem deverá ser enquadrada numa estratégia integrada para a Ria Formosa, que mobilize vontades e potencie investimentos. Neste enquadramento, o presente Plano Estratégico define uma Visão Estratégica para Ria Formosa que se concretiza em diferentes projectos/acções conduzidos por diversos actores, operacionalizando uma estratégia global e uma que visa a sustentabilidade deste território singular.

3.1 | VISÃO ESTRATÉGICA

Tendo em atenção a síntese e diagnóstico efectuado nos capítulos anteriores, as características físicas, ecológicas, urbanas e sociais presentes na Ria Formosa, que marcam e diferenciam este território do contexto do litoral do sotavento algarvio, bem como as orientações e medidas de política nacional, regional e sectorial, a estratégia a prosseguir assenta na afirmação da Ria Formosa como *uma zona costeira singular – referencial de sustentabilidade*, através do reconhecimento da sua excelência ambiental e territorial, reflexo de uma gestão sustentável dos recursos, valores naturais e paisagísticos, dos usos e das actividades que aí se desenvolvem.

Para garantir o sucesso da visão estratégica definida afigura-se fundamental a aposta em três grandes dimensões:

- > A primeira, que agrega os projectos que visam garantir a preservação do sistema lagunar e a minimização de situações de risco de pessoas e bens, bem como a reabilitação e renaturalização das áreas degradadas fundamentais, para o equilíbrio biofísico da Ria Formosa – *zona costeira preservada*.
- > A segunda, que agrega as intervenções de qualificação do território, centrada na criação e melhoria das condições de base que permitam a vivência da Ria e das cidades que a envolvem – *zona costeira vivida*.
- > A terceira e última, que agrega um conjunto de projectos que permitam valorizar e potenciar os recursos da Ria como factor de competitividade – *zona costeira de recursos*, garantindo uma posição de destaque da Ria Formosa no contexto da região em que se insere.

Em síntese, resulta a matriz de enquadramento estratégico para a Ria Formosa.

VISÃO	Uma zona costeira singular – referencial de sustentabilidade		
	Fazer da Ria Formosa uma zona costeira exemplar no âmbito do desenvolvimento integrado e sustentável, conciliando a preservação natural e paisagística com o desenvolvimento social e económico , através da harmoniosa valorização dos recursos territoriais, da protecção dos sistemas ecológicos e da qualificação das actividades económicas.		
OBJECTIVOS	Zona costeira preservada	Zona costeira vivida	Zona costeira de recursos
	Garantir a preservação e valorização do património ambiental de excelência que distingue este território.	Assegurar a qualificação do quadro de vida para as populações locais e, paralelamente, contribuir para a preservação do património ambiental, paisagístico e cultural.	Valorizar as actividades económicas em articulação com a preservação dos recursos naturais e patrimoniais, enquanto factores de competitividade e de geração de riqueza.
EIXOS ESTRATÉGICOS	Preservar o Património Natural e Paisagístico	Qualificar a Interface Ribeirinha	Valorizar os Recursos como Factor de Competitividade
	Concretizar os projectos estruturantes que visam minimizar a erosão costeira e criar condições biofísicas para a preservação e valorização do património natural e paisagístico da Ria Formosa.	Desenvolver acções de qualificação das principais frentes de Ria e dos núcleos piscatórios, dotando-os de condições e equipamentos que permitam assegurar um quadro de vida e uma mobilidade qualificada.	Desenvolver acções que contribuam simultaneamente para a valorização dos recursos territoriais e das actividades económicas, através da aplicação de boas práticas que garantam a preservação ambiental como factor diferenciador e de competitividade.

3.2 | EIXOS ESTRATÉGICOS E LINHAS DE INTERVENÇÃO

A cada um dos objectivos definidos foram associados Eixos Estratégicos, identificados na matriz de enquadramento, os quais agrupam Linhas de Intervenção que tipificam as acções/projectos nelas incluídas.

A definição destas Linhas de Intervenção teve por base um exercício de análise da natureza de acções/projectos a considerar, quer para a prossecução dos objectivos de cada um dos Eixos Estratégicos, quer para cumprimento das linhas programáticas e objectivos estratégicos definidos no PNPOT para a região do Algarve, e assumidos no seu respectivo plano regional.

Eixo 1 | Preservar o Património Natural e Paisagístico

Linhas de Intervenção | prosseguem a linha programática e os objectivos estratégicos definidos para o Algarve de *“Consolidar um sistema ambiental sustentável e durável”*

- > Protecção e requalificação da zona costeira visando a prevenção de risco;
- > Promoção da conservação da natureza e biodiversidade no âmbito de uma gestão sustentável.

Eixo 2 | Qualificar a Interface Ribeirinha

Linhas de Intervenção | prosseguem a linha programática e os objectivos estratégicos definidos para o Algarve de *“Promover um modelo territorial equilibrado e competitivo”*.

- > Requalificação e revitalização das frentes de Ria;
- > Valorização de núcleos piscatórios;
- > Ordenamento e qualificação da mobilidade.

Eixo 3 | Valorizar os Recursos como Factor de Competitividade

Linhas de Intervenção | prosseguem a linha programática e os objectivos estratégicos definidos para o Algarve de *“Robustecer e qualificar a economia”* e *“Qualificar e diversificar o cluster turismo/lazer”*.

- > Valorização de actividades económicas ligadas aos recursos da Ria;
- > Valorização dos “espaços-ria” para fruição pública;

- > Promoção da ria Formosa suportada no património ambiental e cultural.

EIXO ESTRATÉGICO 1 | Preservar o Património Natural e Paisagístico

PROTECÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DA ZONA COSTEIRA VISANDO A PREVENÇÃO DE RISCO



A diversidade de ecossistemas presentes na Ria Formosa, a sua proximidade e as fortes relações internas, são valores de grande importância para a sua sustentabilidade. A salvaguarda das características desta zona lagunar — sistema complexo, singular e identitário da área — é, assim, uma prioridade e um alicerce do Plano Estratégico.

As intervenções que visam a manutenção e reposição do equilíbrio deste ecossistema, assim como a minimização das situações de risco e dos impactes ambientais, sociais e económicos emergem como objectivos estruturantes.

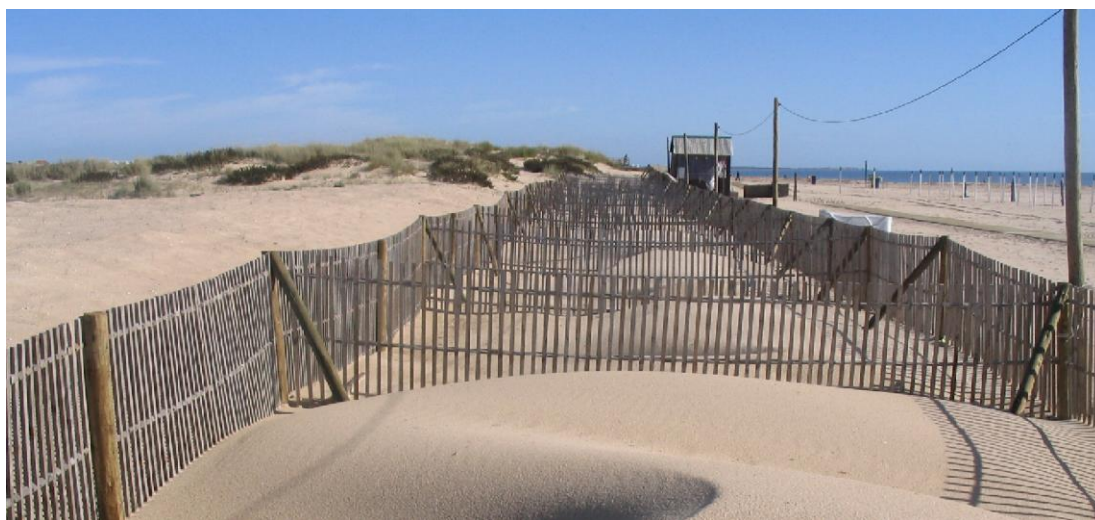
Neste âmbito, as acções de protecção e requalificação da zona costeira são fundamentais e vitais para a preservação e conservação dos recursos e valores naturais, económicos e paisagísticos que caracterizam a Ria Formosa. Estas passam, sem dúvida, pela protecção, recuperação e consolidação do sistema dunar, de forma a manter e potenciar o ecossistema natural da Ria e inverter o processo de erosão da zona costeira, associado a factores físico-químicos, biológicos (agitação marítima, vento) e de antrópicos (construções, pisoteio e destruição de dunas).

Assim, as apostas desta linha estratégica passam por realizar as intervenções previstas no âmbito do POOC para este sector da costa, nomeadamente concretizando medidas

correctivas de erosão e defesa costeira por via da renaturalização, reestruturação e valorização de áreas construídas em domínio público marítimo (ilhotas, ilhas e espaços terrestres contíguos) e da implementação das Unidades Operativas de Planeamento e Gestão identificadas naquele plano especial. Do mesmo modo, a concretização de medidas correctivas de erosão e defesa costeira, por via do reforço do cordão dunar, de recuperação dunar, da transposição de barras e desassoreamento de canais, são acções estruturantes e basilares neste Plano Estratégico.

Sendo o sistema Ria interdependente dos factores físicos envolventes, integram-se nesta linha de acção os projectos que, directa ou indirectamente, poderão influir na qualidade ambiental do seu sistema lagunar, tais como a realização de obras de fecho dos sistemas de saneamento, previstas no âmbito do sistema intermunicipal de saneamento das Águas do Algarve e a requalificação da rede hidrográfica adjacente ao sistema lagunar.

PROMOÇÃO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E BIODIVERSIDADE NO ÂMBITO DE UMA GESTÃO SUSTENTÁVEL



Sendo a renaturalização, a recuperação e a consolidação dos ecossistemas a base para a manutenção do sistema lagunar da Ria, as acções de inventariação, de monitorização e de valorização das diferentes espécies e *habitats* presentes, as acções de ordenamento, de conservação e de manutenção deste território, são aspectos transversais fundamentais para a afirmação da Ria como espaço excepcional em termos de património natural, paisagístico e de elevada biodiversidade.

Neste sentido, considera-se que as acções/projectos a desenvolver pelo Parque Natural da Ria Formosa, associados à manutenção e ao incremento da diversidade de *habitats* e de

comunidades faunísticas e florísticas, à promoção e divulgação do uso sustentável dos recursos naturais e à divulgação/sensibilização do valor desta área protegida junto do público e agentes económicos dos diferentes sectores, são fundamentais para a concretização de uma gestão sustentável da Ria Formosa.

Esta linha de intervenção agrega, assim, um conjunto de acções de suporte à conservação da natureza e biodiversidade dos *habitats* naturais e seminaturais da Ria Formosa, que passam pela monitorização de diferentes componentes ambientais, pela inventariação do património natural e construído presente, pela transposição de barras e manutenção de canais, entre outras.

EIXO ESTRATÉGICO 2 | Qualificar a Interface Ribeirinha

REQUALIFICAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DAS FRENTES DE RIA



À semelhança da generalidade das cidades do Litoral português, os principais núcleos urbanos localizados na área de intervenção deste Plano Estratégico, designadamente Faro, Olhão e Tavira, apresentam também espaços ribeirinhos degradados, com usos obsoletos, especialmente industriais e de armazenamento, que traduzem estratégias e lógicas de ocupação funcional da frente de Ria ultrapassadas e desajustadas dos valores e das necessidades actuais. Apesar dos recentes investimentos promovidos pelas autarquias na requalificação de alguns destes espaços, de que é exemplo o Largo de São Francisco em Faro, ou a marginal de Olhão, a relação entre estas cidades e a Ria Formosa continua a registar obstáculos que não permitem uma integração harmoniosa entre estes dois espaços,

nem uma exploração das potencialidades que detêm para o lazer e para a instalação de novas actividades económicas.

Considerando este quadro, a requalificação ambiental, urbanística e funcional das frentes ribeirinhas, criando espaços de fruição colectiva, que permitam uma nova vivência destas cidades e das suas relações com a Ria, é uma das ambições dos diversos agentes actantes neste espaço e, por isso mesmo, um dos objectivos desta linha de intervenção.

O estabelecimento de uma nova harmonia entre os principais espaços urbanos deste território e o valor paisagístico e ambiental existente é, por si só, uma forma de qualificação das cidades, mas também um caminho para a valorização da Ria Formosa, dando uma outra expressão e visibilidade à sua singularidade, não apenas como um cenário, mas também como um espaço de descoberta e de usufruto, em respeito pela sensibilidade dos valores ambientais presentes, quer na óptica do turismo balnear, quer na do turismo de natureza, científico ou cultural.

A refuncionalização das frentes ribeirinhas e a regeneração dos espaços devolutos ou abandonados deverão prever a integração de novos equipamentos e a constituição de espaços públicos de elevada qualidade que visem, não só a valorização ribeirinha, mas também a da Região, através da promoção de uma imagem qualificada e ordenada do Algarve como um destino de excelência. De facto, requalificar e valorizar a Ria Formosa significa também e necessariamente intervir na franja urbana que a bordeja e que se constitui como a sua “porta” de entrada, traduzindo, assim, o conceito de gestão integrada da zona costeira preconizado nas actuais orientações nacionais e internacionais.

Por conseguinte, a requalificação e revitalização das frentes ribeirinhas é estruturante neste território (e em cada um dos respectivos territórios municipais), devendo por tal constituir-se como um compromisso a ser assumido pelos diferentes intervenientes, de forma a melhorar a qualidade de vida de quem lá reside e potenciar o turismo de qualidade. Estas requalificações passarão pela implementação dos planos municipais de ordenamento do território, de forma a integrar os agregados urbanos adjacentes ou complementares, numa filosofia mais vasta de oferta lúdica, recreativa e cultural abrangente e diversificada, tirando partido dos vazios urbanos e do edificado existente. A utilização e/ou reutilização destes espaços deverá prever a integração de novos equipamentos e a constituição de espaços públicos de elevada qualidade que se reportem, não só à vertente urbana e balnear, mas também à valorização das tradições da Região.

Associado à requalificação das frentes ribeirinhas, considera-se que as actividades náuticas de recreio e de lazer são uma mais-valia para o turismo e para o desenvolvimento das cidades, resultado do movimento de turismo marítimo, complementar ao produto “sol e praia”. Assim, a reabilitação de instalações portuárias, actualmente subaproveitadas, a requalificação de infra-estruturas existentes, a construção de novas infra-estruturas de apoio à actividade náutica e das necessárias infra-estruturas terrestres de apoio (estaleiros de reparação, locais de estacionamento em terra, rede de centros náuticos, entre outras), irão beneficiar a vivência das cidades e potenciar a actividade turística desta região, pelo que se consideraram como intervenções fundamentais a incluir nesta linha de intervenção.

VALORIZAÇÃO DE NÚCLEOS PISCATÓRIOS



A Ria Formosa é pontuada por um conjunto de pequenos núcleos edificados, onde se concentram comunidades que ancestralmente se dedicam à exploração económica dos recursos marinhos da Ria e do mar. Estes núcleos localizam-se tanto na frente de Ria como nos casos de Cacela/Fábrica, Cabanas, Santa Luzia e Fuzeta, como nas ilhas-barreira, onde se destacam, pela sua dimensão, os núcleos da Culatra e da Ilha de Faro. Estes núcleos apresentam problemáticas semelhantes no que se refere, não só ao recente desenvolvimento das residências de utilização turística, como à desqualificação paisagística, ambiental e funcional do espaço de frente de Ria, em larga medida devido à inexistência de infra-estruturas, incluindo as de apoio à pesca que disciplinem e assegurem condições de operacionalidade, segurança e higiene adequadas.

Urge, por isso, encetar processos de requalificação que visem ordenar e qualificar os núcleos piscatórios localizados na frente de Ria, compatibilizando os diferentes usos e

melhorando as condições de operação e segurança das actividades ligadas à pesca, promovendo o património social e cultural ligado à Ria.

ORDENAMENTO E QUALIFICAÇÃO DA MOBILIDADE



Atendendo às suas características geográficas, a Ria Formosa é um espaço de difícil acesso e mobilidade, verificando-se uma deficiente dotação de infra-estruturas que permita simultaneamente adequar estes fluxos ao contexto ambiental e oferecer condições de conforto e segurança. De entre as diversas situações, importa destacar, a título de exemplo, dois casos:

- > No domínio rodoviário, os congestionamentos que se verificam na Ilha de Faro durante o período de Verão, resultantes de uma sobreprocura de estacionamento que ultrapassa largamente a capacidade de oferta;
- > No domínio marítimo, o estado de degradação de inúmeras pontes-cais, que não oferecem condições adequadas para o transporte regular de passageiros.

A existência de um conjunto de ilhas-barreira extremamente atractivas durante o período balnear, conjugada com a elevada sensibilidade ambiental da Ria, exigem que, em articulação com as intervenções a efectuar nas frentes de Ria e nos núcleos piscatórios, se defina um quadro de mobilidade que permita, para além da manutenção deste ecossistema, ordenar e assegurar a existência de respostas eficazes e qualificadas para as diferentes necessidades dos que aqui trabalham ou vivem, bem como dos que visitam a Ria Formosa, na sua grande maioria tendo como destino as praias.

Esta estratégia deverá passar por afirmar os principais aglomerados urbanos (Faro, Olhão e Tavira) e os núcleos piscatórios localizados nas frentes de Ria (Cacela/Fábrica, Cabanas, Santa Luzia e Fuzeta), como as “Portas da Ria Formosa”, dotando-os com as infra-estruturas de acessibilidade viária e ciclável, de estacionamento automóvel e de operacionalidade portuária, ajustadas ao desempenho desta função.

De igual forma, disciplinar a circulação marítima na Ria e qualificar as infra-estruturas portuárias e de acostagem (incluindo a sua envolvente), com modernas e qualificadas instalações, são aspectos essenciais e de base a incluir na estratégia de mobilidade para a Ria.

EIXO ESTRATÉGICO 3 | Valorizar os Recursos como Factor de Competitividade

VALORIZAÇÃO DAS ACTIVIDADES ECONÓMICAS LIGADAS AOS RECURSOS DA RIA



Na Ria Formosa, desenvolve-se um amplo leque de actividades económicas ligadas ao território e à exploração dos seus recursos, com destaque para a pesca, a salicultura, a aquicultura e o turismo, com significativa relevância na região do Algarve e, igualmente, neste território em particular. Estas actividades contribuem para a preservação e valorização da paisagem e dos ecossistemas e são, a um tempo, geradoras de riqueza e de emprego e, a um segundo tempo, promotoras e valorizadoras da cultura e das tradições locais, concorrendo para diferenciar o destino turístico algarvio no mercado internacional.

Esta dupla relevância justifica que a estratégia de valorização da Ria Formosa considere o apoio à qualificação e valorização destas actividades, como uma linha de intervenção a desenvolver no âmbito da estratégia para a Ria Formosa.

Em traços gerais, as actividades tradicionais existentes na Ria são desenvolvidas por pequenas empresas familiares onde, embora o saber-fazer esteja bem desenvolvido, importa valorizar e aumentar a sua competitividade, estimulando a criação de actividades inovadoras e tecnologicamente evoluídas. Paralelamente, é necessário promover as boas práticas ambientais, adequadas às características específicas de cada actividade, bem como uma maior integração das actividades tradicionais nos produtos turísticos da região. Finalmente, dever-se-á contribuir para a modernização e o aumento da competitividade das actividades tradicionais, através de um leque diverso de acções, com especial enfoque para a formação de activos; a organização dos produtores nas acções de comercialização; a promoção dos produtos por via da certificação de qualidade e da criação de uma imagem de marca que fomente a notoriedade dos produtos da Ria.

Simultaneamente, o Algarve constitui-se ao longo das últimas décadas como um dos principais destinos turísticos em território nacional, atraindo um volume significativo de visitantes nacionais e estrangeiros. Observando o panorama actual do desenvolvimento turístico nesta região, verifica-se que a Ria Formosa constitui-se como uma extensa linha de costa de características distintas dos restantes troços, revelando-se um “território-oportunidade” para o cumprimento do objectivo do PROT-Algarve relativamente à qualificação e diversificação do *cluster* do turismo e do lazer.

Com efeito, as características naturais e paisagísticas desta área traduzem-se em fortes potencialidades para o desenvolvimento de um conjunto diversificado de actividades de natureza lúdica e turística, pelo que estas, desde que compatíveis com os objectivos de preservação e valorização da Ria Formosa e, se possível, tributárias desses mesmos objectivos, deverão ser incentivadas.

A existência simultânea de uma relevante riqueza ambiental e de recursos patrimoniais conferem à Ria Formosa uma enorme singularidade no contexto regional, nacional e ibérico, distinguindo-a dos destinos massificados suportados apenas no produto “sol e mar”. Nesta medida, o território abrangido pela Ria Formosa dispõe de condições excepcionais para o suporte de uma actividade turística sustentável, designadamente, aquelas que se relacionem directamente com a utilização dos valores naturais e

paisagísticos presentes para a promoção de um turismo diversificado e diferenciado (turismo de natureza, científico, náutico, desportivo, cultural, etc.).

A compatibilização da actividade turística com a sensibilidade ambiental deste território, mas também com as restantes actividades desenvolvidas na laguna, numa lógica de mútua valorização, constitui um referencial de desenvolvimento sustentável que se pretende alcançar nesta linha de intervenção.

VALORIZAÇÃO DOS “ESPAÇOS RIA” PARA FRUIÇÃO PÚBLICA



A Ria agrega uma multiplicidade de espaços, passíveis de fruição pública, que não se encontram devidamente requalificados e potenciados. Os espaços ribeirinhos (zonas adjacentes à laguna), os espaços balneares, os espaços florestais e naturais, os espaços dunares, os espaços de salinas são alguns dos “Espaços Ria”, cuja valorização deve ser assumida pelos diferentes agentes do território como factor de diferenciação e promoção de um turismo de qualidade. A intervenção na interface ribeirinha ao nível da criação de espaço público qualificado com criação de parques ribeirinhos, zonas de lazer, percursos pedonais e cicláveis, com enquadramento nos instrumentos de gestão territorial presentes, são acções que se enquadram nesta linha de intervenção.

Igualmente, a actividade balnear no seu conceito básico e variantes ligadas ao lazer e/ou ao usufruto da costa são, sem dúvida, uma das actividades humanas que directa ou indirectamente causam as maiores alterações na zona costeira. As apostas desta linha de intervenção passam, assim, pela valorização destes espaços, passíveis de uso público (praias de tipologia I, II e III), nomeadamente com a criação de infra-estruturas de apoio ao

uso balnear (áreas de lazer equipadas, acessos viários, estacionamento, acessos pedonais, apoios de praia de qualidade), garantindo a segurança e o conforto na sua utilização, mas mantendo a integridade biofísica do espaço criando uma imagem de referência de conjunto, associada ao valor ambiental da envolvente.

A valorização e qualificação dos espaços balneares e dos espaços ribeirinhos, entendidos como “Espaços Ria”, permitirá assim impulsionar a dinâmica turística local e promover uma imagem de qualidade desta zona costeira e lagunar.

PROMOÇÃO DA RIA FORMOSA SUPORTADA NO PATRIMÓNIO AMBIENTAL E CULTURAL



As praias, as dunas, as zonas naturais e florestais, as salinas, o sapal, e o espaço lagunar são ecossistemas diversificados e fundamentais para a sustentabilidade deste território. A manutenção e valorização destes ecossistemas e da sua biodiversidade, para além de uma obrigatoriedade ambiental, constituem-se como garantia de estabelecimento de uma estratégia diferenciada de apostas ambientais, que respeitem os princípios de conservação e valorização da qualidade ambiental que presidem à existência do Parque Natural da Ria Formosa.

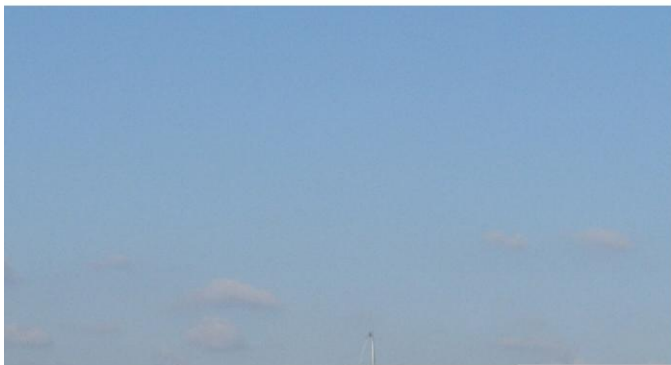
Assim, as acções/projectos a desenvolver nesta linha de intervenção deverão prosseguir objectivos de dinamização, promoção e sensibilização deste património ambiental, com vista a desenvolver uma oferta turística complementar ao uso balnear, isto é, proceder à qualificação destes espaços para uma melhor fruição pública, preservando e sensibilizando os utentes para os valores naturais presentes. A conservação dos valores naturais aliada à sua divulgação permitirão incentivar o desenvolvimento de actividades ligadas ao

ecoturismo, ao turismo de natureza, ao turismo de aventura e ao turismo sustentável, aumentando e diversificando a oferta turística nesta Região.

Para além da criação de estruturas de suporte a actividades lúdicas, turísticas e/ou de divulgação e sensibilização, assume-se como fundamental uma estratégia de *marketing* territorial, dirigida a diversos públicos, em que, a partir da concepção da estratégia global da intervenção, esta seja assumida pela diversidade dos agentes e comunicada de uma forma estruturada a todos os interessados, de forma a potenciar a atitude cívica, educativa e de apelo a novas mentalidades, construindo uma imagem de qualidade que produza ganhos reais a médio prazo para a Ria Formosa e para a Região onde se insere.

4.

Implementação da Estratégia



4 | IMPLEMENTAÇÃO DA ESTRATÉGIA

A concretização da visão estratégica assumida — tornar a Ria Formosa *uma zona costeira singular — referencial de sustentabilidade* — implica o efectivo envolvimento das entidades presentes neste território, para que se cumpram as intervenções e os objectivos definidos nos documentos estratégicos de âmbito nacional e sectorial, nos instrumentos de gestão territorial presentes bem como as definidas no âmbito deste Plano Estratégico.

A requalificação e valorização da Ria Formosa é, e deve ser, assumida como uma intervenção supramunicipal e intersectorial, pelo que as entidades envolvidas deverão promover projectos/acções que contribuam para a concretização daqueles objectivos, assim como para a concretização da estratégia definida neste Plano Estratégico.

Assim, para a implementação da estratégia de intervenção foi construída uma Matriz de Projectos/Actores onde se identificam os actores fundamentais — públicos e privados — por projecto/acção estruturante numa lógica integradora que visa o cumprimento da visão estratégica definida, ou seja, a sustentabilidade deste território singular.

4.1 | MATRIZ DE PROJECTOS/ACTORES

De acordo com a estratégia de intervenção definida, a Matriz de Projectos/Actores foi construída por eixo estratégico e respectiva linha de intervenção, indicando os projectos/acções considerados estruturantes para o cumprimento dos objectivos estabelecidos para cada um deles. Assim, a Matriz estrutura-se em três grandes grupos:

- > Eixo 1. Preservar o património ambiental e paisagístico — agrega os projectos/acções que visam minimizar a erosão costeira, prevenir a ocupação de zonas vulneráveis e assim garantir a preservação do sistema lagunar e a diminuição de situações de risco para pessoas e bens pela retirada programada de ocupações em zonas de risco, bem como a requalificação e renaturalização das áreas degradadas fundamentais, para o equilíbrio biofísico da Ria Formosa – *zona costeira preservada*;
- > Eixo 2. Qualificar a interface ribeirinha — agrega as intervenções de qualificação do território, centrada na criação e melhoria das condições de base que permitam a vivência da Ria e do espaço envolvente – *zona costeira vivida*;
- > Eixo 3. Valorizar os recursos como factor de competitividade — agrega um conjunto de projectos/acções que permitam valorizar e potenciar os recursos da Ria de forma a garantir uma posição de destaque da Ria Formosa no contexto da região em que se insere - *zona costeira de recursos*.

Identificados os projectos considerados estruturantes para este território e que permitirão garantir a sustentabilidade da Ria Formosa, na sua base ambiental, social e económica, foram referenciados os respectivos “actores”, entidades com responsabilidade na implementação desses projectos e que são parte integrante da estratégia definida.

Sistematizam-se na seguinte Matriz de Projecto/Actores os principais “actores” e projectos a desenvolver para a concretização da estratégia de intervenção deste Plano Estratégico.

PRESERVAR O PATRIMÓNIO NATURAL E PAISAGÍSTICO

Protecção e requalificação da zona costeira visando a prevenção de risco

Medidas correctivas de erosão e defesa costeira, reestruturação, valorização e renaturalização dos ilhotes, das ilhas e espaços terrestres contíguos.

MAOT/MOPTC/CM's

Medidas correctivas de erosão e defesa costeira, reforço do cordão dunar, recuperação dunar, transposição de barras e desassoreamento de canais.

MAOT/MOPTC

Realização de obras de fecho dos sistemas de abastecimento e saneamento básico.

Águas do Algarve/CM's

Requalificação da rede hidrográfica adjacente ao sistema lagunar.

MAOT/CM's

Promoção da conservação da natureza e biodiversidade no âmbito de uma gestão sustentável

Sistema nacional de informação e monitorização do litoral.

MAOT

Elaboração de planos de monitorização de qualidade dos ecossistemas presentes e das espécies bióticas associadas.

MAOT/Universidades

Elaboração de programas de gestão das diferentes áreas naturais existentes.

MAOT

Elaboração de projectos que potenciem a diversidade de habitats naturais e seminaturais

MAOT

Implementação de planos de acção para manter e incrementar as comunidades faunísticas e florísticas

MAOT

Apoio a projectos que potenciem os valores paleontológicos, geológicos e paisagísticos

MAOT

Manutenção da circulação de barras.

MAOT/MOPTC

Manutenção e desassoreamento de canais.

MAOT

Investigação e protecção dos recursos marinhos.

MADRP/UAlg/outros

QUALIFICAR A INTERFACE RIBEIRINHA

Requalificação e revitalização das frentes de Ria

Regeneração/Refuncionalização das áreas ribeirinhas degradadas, com destaque para:

- > Porto comercial de Faro;
- > Área industrial do Bom João;
- > Frente Ribeirinha de Faro;
- > Frente Ribeirinha de Olhão;
- > Porto de pesca de Olhão e área adjacente;
- > Frente ribeirinha de Tavira (margens do rio Séqua/Gilão);
- > Manta-Rota;
- > Outras frentes ribeirinhas.

MOPTC/CM's/REFER/Privados

Infra-estruturas de náutica de recreio (portos, docas, outros).

MOPTC/CM's/Privados/
/Associações do sector

Infra-estruturas terrestres de apoio à actividade náutica (zonas de estacionamento, criação e apetrechamento de estaleiros, outros).

MOPTC/CM's/Privados/
/Associações do sector

Rede de Centros Náuticos do Algarve.

MOPTC/CM's/Privados/
/Associações do sector

Valorização dos núcleos piscatórios

Requalificação e valorização das infra-estruturas de pesca (portos de Olhão, Tavira, Culatra, Cabanas, Fuzeta e Santa Luzia).

MOPTC/CM's/Privados/MADRP

Requalificação do espaço público dos núcleos piscatórios.

CM's

Ordenamento e qualificação da mobilidade

Plano de mobilidade e ordenamento da circulação na Ria.

MAOT/MOPTC

Criação, requalificação e valorização das infra-estruturas de acostagem e estacionamento de embarcações (cais, terminais de passageiros, ancoradouros, varadouros, fundeadouros).

MAOT/MOPTC/Privados

Requalificação e valorização das áreas adjacentes às infra-estruturas de acostagem e estacionamento de embarcações (estacionamento de retaguarda, espaço público, equipamentos de apoio).

MAOT/MOPTC/CM's/Privados

Conclusão da ecovia do litoral.

CM's

VALORIZAR OS RECURSOS COMO FACTOR DE COMPETITIVIDADE

Valorização das actividades económicas ligadas aos recursos da Ria

Plano de valorização e gestão sustentável das actividades económicas ligadas aos recursos da Ria.

MAOT/MADRP

Desenvolvimento e valorização das actividades ligadas à Ria (salicultura, aquicultura, marisqueio):

- > formação de activos;
- > organização de produtores para a comercialização;
- > promoção dos produtos;
- > certificação de qualidade;
- > boas práticas ambientais.

MADRP/CM's/Privados/
/Associações do sector

Mercados grossistas de pescado do Algarve.

MADRP

Plataforma empresarial associada à construção de embarcações e novas tecnologias aplicadas ao sector.

CM's/Privados

Promoção do uso sustentável dos recursos naturais

MAOT/Privados

Valorização/exploração do património público existente no PNRF (moinhos de maré, edifícios significantes, outros).

MAOT/Privados

Valorização dos "Espaços Ria" para fruição pública

Infra-estruturas de apoio ao uso balnear.

MAOT/CM's/Privados

Requalificação de espaços ribeirinhos incluídos no PNRF com criação de parques públicos e percursos pedonais (Faro, Olhão, Tavira, VRSA).

MAOT/CM's

Requalificação da rede de Parques de Campismo e criação de áreas de caravanismo.

CM's/Privados

Promoção da Ria suportada no património ambiental e cultural

Desenvolvimento de uma estratégia de *marketing* territorial e consequentes acções de comunicação (sinalética, divulgação, outros).

MAOT

Implementação da carta de desporto da natureza

MAOT

Implementação de um plano de trilhos e percursos de descoberta dos valores naturais e patrimoniais da Ria.

MAOT/CM's/Privados

Instalação de centros de divulgação dos valores naturais e patrimoniais da Ria.

MAOT/CM's/Privados

4.2 | PLANO DE INTERVENÇÃO

A implementação de uma intervenção estratégica desta natureza e dimensão implica necessariamente, e tal como está subjacente à Matriz de Projectos/Actores, o envolvimento de um leque diversificado de entidades públicas e privadas na execução dos projectos identificados. Alguns, pelas suas características e objectivos específicos, integram e estruturam o Plano de Intervenção a implementar no âmbito deste Plano Estratégico pela Sociedade Polis Litoral Ria Formosa S.A. tendo-se considerado, neste enquadramento, o seguinte lote de projectos/acções:

- > Medidas correctivas de erosão e de defesa costeira — reestruturação, requalificação e renaturalização de núcleos edificadas nos ilhotes e ilhas-barreira. Projectos constantes das prioridades estabelecidas pelo MAOT⁴⁹ para o litoral — Programa de Acção “Litoral 2007-2013” —, no âmbito do POOC Vilamoura-Vila Real de Santo António;
- > Transposição de barras, da responsabilidade do MAOT e MOPTC. Estes projectos, por se poderem relacionar com as medidas correctivas de erosão e de defesa costeira, nomeadamente em termos de alimentação artificial de praias e recuperação dunar, foram considerados como medidas correctivas de erosão e defesa costeira, pelo que foram integradas no Plano de Intervenção;
- > Acções de reestruturação, previstas no POOC Vilamoura-Vila Real de Santo António, em áreas de jurisdição portuária. Estas acções, por visarem a prevenção de risco em zona costeira e serem contíguas aos espaços a intervir, foram assumidas no Plano de Intervenção;
- > Acções de requalificação da rede hidrográfica adjacente ao sistema lagunar. Uma vez que o sistema Ria é um sistema aberto e dependente dos factores físicos adjacentes, esta tipologia de acções integra-se no Plano de Intervenção;
- > Plano de mobilidade e ordenamento de circulação da Ria. Este deve definir uma estratégia que aponte soluções eficazes e qualificadas para as necessidades de mobilidade dos que aqui trabalham ou vivem, bem como dos que visitam a Ria Formosa;

⁴⁹ Programa de Acção Litoral 2007-2013, apresentado em Dezembro de 2006.

- > Requalificação de infra-estruturas portuárias de acostagem e estacionamento (cais, terminais de passageiros, fundeadores, varadouros) associadas à requalificação do espaço envolvente (estacionamento de retaguarda, espaço público) — por se assumirem no Plano de Intervenção como “portas de entrada na ria”;
- > Intervenções de requalificação e valorização da interface ribeirinha com a criação de espaço público qualificado, parques ribeirinhos, zonas de lazer, percursos pedonais e cicláveis, com enquadramento no POPNRF e nos objectivos da estratégia definida;
- > Implementação e qualificação das infra-estruturas de apoio ao uso balnear pela implementação dos planos de praia, previstos no âmbito do POOC Vilamoura-Vila Real de Santo António e constantes do Programa de Acção “Litoral 2007-2013”;
- > Plano de valorização e gestão sustentável das actividades ligadas aos recursos da Ria, que deve definir a capacidade de carga do ecossistema lagunar, tendo em conta as actividades económicas dele dependentes;
- > Plano de definição de trilhos e percursos de descoberta dos valores naturais e patrimoniais da Ria, que potencie a vivência desta área protegida e, ao mesmo tempo, permita divulgar os valores ambientais e patrimoniais presentes;
- > Instalação e/ou requalificação de centros de sensibilização e divulgação dos valores naturais e patrimoniais da Ria, que permitam valorizar o património existente e, ao mesmo tempo, partilhá-lo com a população e os visitantes desta área protegida;
- > Plano de *marketing* territorial e consequentes acções de comunicação e divulgação.

No quadro da estratégia definida, os projectos/acções que integram o Plano de Intervenção foram organizados por eixos estratégicos e respectivas linhas de intervenção, encontrando-se descritos no ponto seguinte.

4.2.1 | DESCRIÇÃO DE PROJECTOS/ACÇÕES

O Plano de Intervenção foi formatado de acordo com a estratégia definida, encontrando-se os projectos/acções sistematizados e devidamente codificados na Tabela seguinte.

Considerando a importância de territorializar a estratégia para efeitos de formação do plano de intervenção, optou-se, sempre que possível, por proceder à descrição das acções por aglomerado populacional, distinguindo, dessas, as acções transversais. Assim, a estratégia definida materializa-se num conjunto de projectos/acções a realizar em alguns

espaços concretos, identificados em sede deste Plano, e de outros, de cariz transversal, que abrangem vários concelhos ou são de natureza imaterial.

Tabela 9 | Plano de Intervenção - designação de projectos/acções e respectiva codificação

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO DE PROJECTO/ACÇÃO
EIXO 1 PROTECÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DA ZONA COSTEIRA VISANDO A PREVENÇÃO DE RISCO	
Preservar o património natural e paisagístico	
P1	Medidas correctivas de erosão e defesa costeira – reestruturação e requalificação das ilhas-barreira e espaços terrestres contíguos
P1.1	Ilha de Faro
P1.2	Ilha da Culatra (núcleo da Culatra e do Farol)
P1.3	Ilha da Armona (núcleo da Armona)
P1.4	Quatro Águas
P1.5	Ilha de Tavira
P1.6	Cacela/Fábrica
P2	Medidas correctivas de erosão e defesa costeira – renaturalização, alimentação artificial de praias, transposição de barras, recuperação dunar e lagunar
P2.1	Renaturalização
P2.2	Alimentação artificial de praias e transposição de barras
P2.3	Recuperação dunar e lagunar
P3	Requalificação da rede hidrográfica adjacente ao sistema lagunar
EIXO 2 QUALIFICAR A INTERFACE RIBEIRINHA	
Ordenamento e qualificação da mobilidade	
P4	Plano de mobilidade e ordenamento de circulação na Ria
P5	Criação, requalificação e valorização das infra-estruturas de acostagem e áreas adjacentes
EIXO 3 VALORIZAR OS RECURSOS COMO FACTOR DE COMPETITIVIDADE	
Valorização das actividades económicas ligadas aos recursos da Ria	
P6	Plano de valorização e gestão sustentável das actividades ligadas aos recursos da Ria
Valorização dos “Espaços Ria” para fruição pública	
P7	Infra-estruturas de apoio ao uso balnear
P8	Requalificação de espaços ribeirinhos com criação de parques públicos e percursos pedonais
P8.1	Parque ribeirinho do Ludo
P8.2	Parque ribeirinho de Faro
P8.3	Parque ribeirinho ponte de Olhão
P8.4	Requalificação paisagística da ligação Pedras D’El Rei a Santa Luzia
P8.5	Requalificação paisagística da marginal de Cabanas
P8.6	Percurso pedonal e de lazer Lacém - Manta Rota
Promoção da Ria Formosa suportada no património ambiental e cultural	
P9	Plano de <i>marketing</i> territorial
P10	Plano de comunicação e divulgação

P11	Plano de definição de trilhos e percursos de descoberta dos valores naturais e patrimoniais da Ria
P12	Instalação de centros de divulgação dos valores naturais e patrimoniais da Ria

Os projectos/acções, elencados na tabela anterior, são a seguir descritos mais pormenorizadamente, ao nível dos seus objectivos, localização, actividades a desenvolver (acções preparatórias, estudos e planos e respectivos projectos e obras) e indicação dos projectos/acções relacionados.

No Anexo II são apresentadas Fichas de Projecto/Ação que, de forma sistematizada e mais operacional, sintetizam o plano de intervenção proposto, indicando, para cada projecto/acção codificado, para além dos seus objectivos, as acções a desenvolver, a estimativa de investimento associada bem como o respectivo suporte cartográfico.

P1 | Medidas correctivas de erosão e defesa costeira — reestruturação e requalificação das ilhas-barreira e espaços terrestres contíguos

P1.1 — Ilha de Faro

Objectivo

Retirada de ocupações em zonas de risco, manutenção e reposição do equilíbrio do ecossistema e minimização das situações de risco para pessoas e bens por via de medidas correctivas de erosão e defesa costeira, que passam pela reestruturação de espaços ocupados por aglomerados populacionais e localizados em zonas de risco (áreas sujeitas a processos de erosão costeira) e requalificação do espaço público de forma a garantir coerência e qualidade do conjunto edificado, garantindo, assim, a melhoria das condições de uso e habitabilidade destes espaços em harmonia com o meio natural envolvente.

Localização

Ilha de Faro/Faro

Actividade a desenvolver

Estudos e Planos:

- > Plano de Pormenor para a área desafectada do domínio público hídrico na Ilha de Faro, de acordo com a UOPG III — Ilha de Faro⁵⁰. Este Plano deverá ser articulado com o “plano de intervenção e requalificação” a realizar para a área de domínio público hídrico nesta mesma ilha.

O plano de pormenor a desenvolver deverá promover: a requalificação do espaço público em articulação com a reestruturação de toda a frente de mar; o condicionamento do acesso e estacionamento de veículos de particulares e de fornecedores; a criação de estacionamento automóvel (a localizar na área terrestre adjacente ao aeroporto); a promoção de alternativas de acesso à ilha; a reestruturação da actual via de acesso à Ilha de Faro de forma a privilegiar a sua utilização simultânea (transportes públicos, peões e bicicletas); o ordenamento dos acessos pedonais ao longo da área edificada a reestruturar e a renaturalização das áreas degradadas e/ou desocupadas. Igualmente, este plano de pormenor deverá enquadrar uma proposta de plano de praia, com indicação das unidades balneares e

⁵⁰ Cf. artigo 83.º do POOC Vilamoura-Vila Real de Santo António.

respectivos apoios de praia, bem como os equipamentos de apoio à utilização balnear e de actividades desportivas.

Projectos e Obras:

- > Parque de estacionamento na área terrestre;
- > Reestruturação do actual acesso viário, permitindo uma utilização mista e mantendo as condições de circulação de água nos esteiros;
- > Mobilidade na Ilha de Faro (acessibilidades e estacionamento na ilha, percursos pedonais e cicláveis);
- > Requalificação e reestruturação da área desafectada do domínio público hídrico (incluindo a área do parque de campismo);
- > Recuperação e renaturalização de áreas degradadas e/ou desocupadas (soluções específicas para cada situação a determinar: descompactação do solo, recuperação dunar, plantação de espécies autóctones, instalação de paliçadas, valorização dos espaços, outras).
- > Implementação do plano de praia.

Projecto/acção relacionado

- > P2.1 – Renaturalização.

P1.2 — Ilha da Culatra (núcleo da Culatra e do Farol)

Objectivo

Retirada de ocupações em zonas de risco nas ilhas-barreira, manutenção e reposição do equilíbrio do ecossistema, e minimização das situações de risco para pessoas e bens, através de medidas correctivas de erosão e defesa costeira que incluem a reestruturação e requalificação do espaço público, garantindo condições de uso e habitabilidade e dando coerência ao conjunto edificado a manter, em harmonia com o meio natural envolvente.

Localização

Ilha da Culatra/Faro

Actividade a desenvolver

Acções preparatórias:

Criação de comissões específicas de acompanhamento por despacho do MAOT, conforme artigo 38º do POOC Vilamoura-Vila Real de Santo António, para o acompanhamento da implementação desta acção.

Estudos e Planos:

- > Plano de intervenção e requalificação para o núcleo da Culatra, de acordo com a UOPG IV – núcleo da Culatra⁵¹. Este plano deverá ser articulado com o “plano de intervenção e requalificação” a realizar para os restantes núcleos da ilha – Hangares e Farol).

Este plano deverá conter: um plano de recuperação, onde se preveja a demolição prioritária das edificações implantadas em duna primária e em áreas de risco, e a remoção de todas as edificações que impeçam o livre acesso à praia; a demolição das construções que correspondem a segunda habitação no núcleo da Culatra; a recuperação e renaturalização de áreas degradadas; a regularização da situação de algumas das edificações existentes no núcleo da Culatra; a requalificação e valorização do espaço público, com o objectivo de garantir coerência e qualidade do conjunto edificado presente com o meio natural envolvente, e a requalificação da zona de acostagem e área envolvente. Refira-se que já se encontra em execução o porto de abrigo para pequena pesca na Ilha da Culatra.

A execução desta UOPG implica, ainda, a elaboração de um plano de praia que inclua a sua reclassificação e avaliação da capacidade de carga da praia; estudo de atravessamentos pontuais para acesso à praia e aos apoios de praia a criar.

- > Plano de intervenção e requalificação para o núcleo do Farol, na área de jurisdição do IPTM. Este deverá ser articulado com o “plano de intervenção e requalificação” a realizar para os restantes núcleos da ilha – Hangares e Farol.

Este plano deverá conter a requalificação e reestruturação deste espaço edificado, de acordo com os objectivos definidos para a classe de espaço onde se insere⁵², que inclui: a realização de uma análise custo-benefício que equacione a demolição programada das edificações existentes em domínio público hídrico; um plano de

⁵¹ Cf. artigo 84.º do POOC Vilamoura-Vila Real de Santo António.

⁵² Cf. artigo 38.º do POOC Vilamoura-Vila Real de Santo António.

recuperação de áreas degradadas e medidas de reposição das condições de ambiente natural.

Projectos e Obras:

- > Demolições das edificações identificadas para cada um dos núcleos — Culatra e Farol (remoção das construções, limpeza do terreno e transporte dos resíduos a destino final adequado);
- > Realojamento de residentes de primeira habitação em que fique provado que é a única residência devidamente identificada (preferencialmente para os núcleos a reestruturar na mesma ilha-barreira);
- > Recuperação e renaturalização de áreas degradadas e/ou desocupadas (soluções específicas para cada situação a determinar: descompactação do solo, recuperação dunar, plantação de espécies autóctones, instalação de paliçadas, valorização dos espaços, outras);
- > Requalificação do espaço público em ambos os núcleos;
- > Requalificação da zona de acostagem e espaço envolvente no núcleo da Culatra;
- > Implementação do plano de praia no núcleo da Culatra.

Projecto/acção relacionado

- > P2.1 — Renaturalização.

P1.3 — Ilha da Armona (Núcleo da Armona)

Objectivo

Retirada de ocupações em zonas de risco nas ilhas-barreira, manutenção e reposição do equilíbrio do ecossistema e minimização das situações de risco para pessoas e bens, por via de medidas correctivas de erosão e defesa costeira que incluem a reestruturação e requalificação do espaço público, garantindo condições de uso e habitabilidade e dando coerência ao conjunto edificado a manter, em harmonia com o meio natural envolvente.

Localização

Ilha da Armona/Olhão

Actividade a desenvolver

Acções preparatórias:

Criação de comissões específicas de acompanhamento por despacho do MAOT, conforme artigo 38.º do POOC Vilamoura-Vila Real de Santo António, para o acompanhamento desta acção.

Estudos e Planos:

- > Plano de intervenção e requalificação para o núcleo da Armona, de acordo com a UOPG V — núcleo da Armona⁵³. Este deverá conter: uma análise custo-benefício que equacionará a remoção programada das edificações existentes no domínio público hídrico, implantadas ou não em áreas dele desafectadas ou concessionadas; a demolição e remoção das edificações que se encontrem sem condições de habitabilidade, em zonas de risco ou em situação de ilegalidade; a recuperação e renaturalização de áreas degradadas, e a requalificação da área envolvente à zona de acostagem.
- > Na elaboração deste plano, deverá ser equacionada a alteração da área delimitada no estudo geral de urbanização da Ilha da Armona, de forma a abranger as edificações legais existentes e a avaliar o conjunto edificado, a oeste do limite territorial daquele plano.

Projectos e Obras:

- > Demolições das edificações identificadas no núcleo da Armona (remoção das construções, limpeza do terreno e transporte dos resíduos a destino final adequado);
- > Realojamento de residentes de primeira habitação em que fique provado que é a única residência devidamente identificada (preferencialmente para os núcleos a reestruturar na mesma ilha-barreira);
- > Requalificação do espaço público e da zona de acostagem e espaço envolvente no núcleo da Armona;
- > Recuperação e renaturalização de áreas degradadas e/ou desocupadas (soluções específicas para cada situação a determinar: descompactação do solo, recuperação dunar, plantação de espécies vegetais características, instalação de paliçadas, valorização dos espaços, outras).

Projecto/acção relacionado

- > P2.1 — Renaturalização.

⁵³ Cf. artigo 85.º do POOC Vilamoura-Vila Real de Santo António.

P1.4 — Quatro Águas

Objectivo

Requalificação e valorização do espaço público, nomeadamente em termos de ordenamento de tráfego e melhoria dos equipamentos e serviços existentes. Criação de infra-estruturas relacionadas com a actividade náutica (docas de recreio e núcleos de recreio náutico) e construção de cais suplementares que garantam uma ligação entre a cidade e a ilha com qualidade.

Localização

Tavira

Actividade a desenvolver

Estudos e Planos:

- > Plano de intervenção e requalificação para as Quatro Águas, de acordo com a UOPG VI — Quatro Águas⁵⁴. Este deverá conter: a requalificação paisagística e ambiental do espaço; a melhoria dos equipamentos públicos existentes; a construção de cais de acostagem suplementar na Ilha de Tavira e a criação de infra-estruturas relacionadas com a actividade náutica. Refira-se que, de acordo com as suas características e dimensões, alguns dos projectos a desenvolver poderão estar sujeitos a procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental de acordo com a legislação vigente.

Projectos e Obras:

- > Requalificação do espaço público e equipamentos públicos;
- > Reestruturação e requalificação das acessibilidades e estacionamento;
- > Infra-estruturas ligadas à actividade náutica (de acordo com as necessidades identificadas no plano de intervenção e requalificação);
- > Cais de acostagem suplementar na Ilha de Tavira.

Projecto/acção relacionado

- > P1.5 — Ilha de Tavira.

⁵⁴ Cf. artigo 86.º do POOC Vilamoura-Vila Real de Santo António.

P1.5 — Ilha de Tavira

Objectivo

Manutenção e reposição do equilíbrio do ecossistema e minimização das situações de risco para pessoas e bens, através de medidas correctivas de erosão e defesa costeira que incluem a reestruturação e requalificação do espaço público, garantindo condições de uso e habitabilidade e dando coerência ao conjunto edificado a manter em harmonia com o meio natural envolvente.

Localização

Tavira

Actividade a desenvolver

Acções preparatórias:

Criação de comissões específicas de acompanhamento por despacho do MAOT, conforme artigo 38.º do POOC Vilamoura-Vila Real de Santo António, para o acompanhamento da implementação desta acção.

Estudos e Planos:

- > Plano de intervenção e requalificação para a Ilha de Tavira. Este deverá conter a requalificação e reestruturação deste espaço edificado, de acordo com os objectivos definidos para a classe de espaço onde se insere⁵⁵, que inclui: a realização de uma análise custo-benefício que equacione a demolição programada das edificações existentes em domínio público hídrico; um plano de recuperação de áreas degradadas e medidas de reposição das condições de ambiente natural.

Projectos e Obras:

- > Demolições das edificações identificadas na Ilha de Tavira (remoção das construções, limpeza do terreno e transporte dos resíduos a destino final adequado);
- > Realojamento de residentes de primeira habitação em que fique provado que é a única residência devidamente identificada;
- > Requalificação do espaço público;
- > Recuperação e renaturalização de áreas degradadas e/ou desocupadas.

Projecto/acção relacionado

⁵⁵ Cf. artigo 38.º do POOC Vilamoura-Vila Real de Santo António.

> P1.4 – Quatro Águas.

P1.6 — Cacela/Fábrica

Objectivo

Requalificação e potenciação dos aglomerados de Cacela e Fábrica como pólos de visitação/miradouro da Ria Formosa e ligação e articulação entre ambos os aglomerados por percurso pedonal e equipamentos complementares.

Localização

Cacela – Fábrica/Vila Real de Santo António

Actividade a desenvolver

Estudos e Planos:

- > Plano de Pormenor para Cacela/Fábrica, de acordo com a UOPG VII – Cacela/Fábrica (artigo 87.é do POOC Vilamoura-Vila Real de Santo António). Este Plano deverá conter: a articulação entre os aglomerados de Cacela e Fábrica através de um passeio pedonal; o estudo das tipologias construtivas existentes no núcleo de Cacela; a avaliação da necessidade de intervenções de requalificação em todas as edificações existentes nos aglomerados de Cacela e Fábrica e a requalificação dos equipamentos existentes.

Projecto/acção relacionado

- > P8.6 – Percurso pedonal Lac m – Manta Rota.

P2 | Medidas correctivas de erosão e defesa costeira — renaturalização, alimentação artificial de praias, transposição de barras, recuperação dunar e lagunar

P2.1 — Renaturalização

Objectivo

Retirada de ocupações em zonas de risco, manutenção e reposição de equilíbrio do ecossistema e minimização das situações de risco para pessoas e bens por via de medidas correctivas de erosão e defesa costeira (erosão costeira decorrente de factores naturais e/ou antrópicos).

Localização

Espaços edificadas em zona lagunar, nomeadamente: ilhotes da Cobra, do Coco, de Altura, de Ratas e de Entre Coco e Ratas; Ilha Deserta; núcleos do Farol e Hangares (ambos na Ilha da Culatra); núcleo da Fuzeta (Ilha da Armona) e nas áreas de domínio público hídrico na Ilha de Faro.

Actividade a desenvolver

Acções preparatórias

Criação das comissões específicas de acompanhamento por despacho do MAOT, conforme o artigo 37.º do POOC Vilamoura-Vila Real de Santo António, para o acompanhamento da implementação deste projecto.

Estudos e Planos:

- > Plano intervenção e requalificação para o conjunto dos ilhotes (Ramalhete, Cobra, Coco, Altura, Ratas, Entre Coco e Ratas) e Ilha Deserta⁵⁶;
- > Plano de intervenção e requalificação para o núcleo de Hangares;
- > Plano de intervenção e requalificação para o núcleo do Farol;
- > Plano de intervenção e requalificação para o núcleo da Fuzeta;
- > Plano de Intervenção e requalificação para a área do domínio público hídrico na Ilha de Faro (a realizar em articulação com o Plano de Pormenor para esta ilha).

⁵⁶ Assumiu-se a realização de um só “plano de intervenção e requalificação” para estes espaços, visto que as intervenções a realizar têm a mesma natureza e objectivos.

Os planos de intervenção e requalificação a elaborar para as áreas a renaturalizar deverão conter: o levantamento de todas as ocupações — tipologia, identificação primeira e segunda habitações, actividade dos residentes de primeira habitação; a indicação das alternativas de realojamento dos residentes para os quais a habitação na ilha-barreira é a única residência e a programação da extinção progressiva dos núcleos, iniciando-se a extinção pelas construções existentes em duna primária e em áreas de risco.

Projectos e Obras:

- > Demolições das edificações presentes em domínio público hídrico (remoção das construções, limpeza do terreno e transporte dos resíduos a destino final adequado);
- > Realojamento de residentes de primeira habitação em que fique provado que é a única residência (preferencialmente para os núcleos a reestruturar na mesma ilha-barreira);
- > Recuperação e renaturalização de áreas degradadas e/ou desocupadas (soluções específicas para cada situação a determinar: descompactação do solo, recuperação dunar, plantação de espécies autóctones, instalação de paliçadas, valorização dos espaços, outras).

Projecto/acção relacionado

- > P1.1 — Ilha de Faro (área desafectada do domínio público hídrico);
- > P1.2 — Ilha da Culatra (núcleo da Culatra e do Farol);
- > P1.3 — Ilha da Armona (núcleo da Armona).

P2.2 — Alimentação artificial de praias e transposição de barras

Objectivo

Manutenção e reposição do equilíbrio do ecossistema e minimização das situações de risco para pessoas e bens, por via de medidas correctivas de erosão e defesa costeira.

As acções de alimentação artificial de praias, que visam o reforço do seu areal, a protecção de arribas ou o reforço dos cordões arenosos, deverão ser realizadas recorrendo a sedimentos (quando compatíveis) provenientes das acções de dragagem de manutenção e melhoria das condições de segurança nos canais de navegação (transposição de barras). Neste enquadramento, assumiram-se estas acções — alimentação artificial de praias e transposição de barras — como acções correctivas de erosão e defesa costeira.

Localização

Loulé, Faro, Olhão, Tavira, Vila Real de Santo António

Actividade a desenvolver

Estudos e Planos:

- > Estudo de identificação e avaliação da necessidade de protecção e reforço dunar indicando as respectivas soluções (deverão incluir programa de monitorização);
- > Estudo de análise de sedimentos dragados. Os materiais dragados, quando classificados como “areias com qualidade”, deverão ser aplicados na protecção costeira (alimentação artificial de praias, recuperação dunar).

Projectos e Obras:

- > Reforço dos cordões dunares e areal, protecção de arribas, outros (recurso a materiais resultantes da transposição de barras ou de dragagens no sistema lagunar ou manchas de empréstimo no exterior das praias submarinas);
- > Dragagem dos canais navegáveis (com indicação do local de deposição adequado) — barra Nova de Faro/Olhão, barra de São Luís (Barrinha), barra do Lavajo, barra da Fuzeta, barra de Tavira e barra do Lacém.

Projecto/acção relacionado

- > P2.3 — Recuperação dunar e lagunar.

P2.3 — Recuperação dunar e lagunar

Objectivo

Manutenção e reposição do equilíbrio do ecossistema e minimização das situações de risco para pessoas e bens por via de medidas correctivas de erosão e defesa costeira.

As intervenções de requalificação dos sistemas lagunares, visando a melhoria e/ou manutenção das condições de hidrodinâmica e de qualidade da água, por via da dragagem de canais lagunares e/ou a abertura de barras de maré colmatadas, deverão estar associadas à recuperação e à estabilização das dunas litorais (acções de minimização da erosão costeira). Neste enquadramento, estas acções — recuperação dunar e recuperação lagunar — foram assumidas como medidas correctivas de erosão e defesa costeira e, por isso, integradas neste projecto.

Localização

Loulé, Faro, Olhão, Tavira, Vila Real de Santo António

Actividade a desenvolver

Estudos e Planos:

- > Estudo de identificação de necessidades de recuperações dunares e respectivas soluções (deverão incluir programa de monitorização);
- > Plano específico de desassoreamento (tal como previsto no artigo 33.º da Lei n.º 58/2005, de 27 de Dezembro, a submeter a Avaliação de Impacte Ambiental⁵⁷).
- > Estudo de análise de sedimentos dragados. Os materiais dragados quando classificados como “areias com qualidade” deverão ser aplicados na protecção costeira (alimentação artificial de praias, recuperação dunar).

Projectos e Obras:

- > Recuperação dunar (descompactação de solos em áreas degradadas, plantação de espécies autóctones, reposição de perfis e equilíbrio, instalação de paliçadas, instalação de vedações, outros);
- > Execução das dragagens dos canais previamente identificados.

Projecto/acção relacionado

- > P2.2 — Alimentação artificial de praias e transposição de barras.

⁵⁷ Cf. ponto 3 do artigo 45.º do POPNRF.

P3 | Requalificação da rede hidrográfica adjacente ao sistema lagunar

Objectivo

Manutenção, melhoria ou reposição do sistema de escoamento natural da rede hidrográfica, de forma a minimizar os riscos de cheias e a assegurar a preservação e valorização dos ecossistemas aquáticos e terrestres associados, através da regularização e da requalificação das linhas de água adjacentes ao sistema lagunar.

Localização

Loulé, Faro, Olhão, Tavira, Vila Real de Santo António

Actividade a desenvolver

Projectos e Obras:

- > Regularização e requalificação das principais linhas de água afluentes à Ria Formosa (limpeza, desobstrução e regularização das linhas de água e, quando possível, criação de espaços de lazer ribeirinhos) – rio seco, ribeiro do Tronco, ribeiras de Manta Rota, ribeira de Cacela, entre outras.

P4 | Plano de mobilidade e ordenamento de circulação na Ria

Objectivo

Definir um quadro de mobilidade que permita, para além da manutenção do ecossistema lagunar, organizar e assegurar a existência de respostas eficazes e qualificadas para as diferentes necessidades dos que aqui trabalham ou vivem, bem como dos que visitam a Ria Formosa.

Localização

Loulé, Faro, Olhão, Tavira, Vila Real de Santo António

Actividade a desenvolver

Estudos e Planos:

- > Plano de mobilidade e ordenamento de circulação no espaço lagunar e no espaço terrestre de ligação à frente de Ria.

Este Plano deverá conter: a caracterização dos fluxos e tipologias de tráfego marítimo na Ria; a identificação e a definição de tipologias de transporte adequadas aos diferentes tipos de procura no espaço lagunar; a definição da tipologia de embarcações adequada às necessidades e aos canais navegáveis existentes; a identificação das necessidades, localizações e tipologias de infra-estruturas portuárias (cais, varadouros, fundeadouros, terminais de passageiros, entre outros) face à procura; a caracterização de fluxos viários nos principais acessos à Ria, identificação de constrangimentos e soluções, e a definição de bolsas de estacionamento de retaguarda para apoio às infra-estruturas portuárias (cais, terminais de passageiros, etc.).

Projecto/acção relacionado

- > P5 – Criação, requalificação e valorização de infra-estruturas de acostagem, estacionamento e áreas adjacentes.

P5 | Criação, requalificação e valorização das infra-estruturas de acostagem e áreas adjacentes

Objectivo

Criar, requalificar e valorizar as infra-estruturas portuárias de acostagem (cais, terminais de passageiros, fundeadouros, varadouros). Associada a esta requalificação, torna-se relevante, e essencial, a requalificação do espaço envolvente a essas infra-estruturas portuárias, por via da criação de adequadas estruturas de acessibilidade viária e ciclável, de estacionamento automóvel, equipamentos de apoio e qualificação de espaço público, tornando estes espaços atractivos e pensados como “Portas da Ria Formosa”.

Refira-se que o IPTM já tem em curso um processo de requalificação/reconstrução do cais de acostagem nas Portas do Mar.

Localização

Loulé, Faro, Olhão, Tavira, Vila Real de Santo António

Actividade a desenvolver

Projectos e Obras:

- > Criação e/ou requalificação das infra-estruturas de acostagem, incluindo a requalificação da zona envolvente, de acordo com as indicações do plano de mobilidade;
- > Requalificação e criação de zonas de apoio na área terrestre envolvente aos cais de acostagem (estacionamentos de retaguarda, equipamentos de apoio), de acordo com as indicações do plano de mobilidade;
- > Instalação de fundeadouros, de acordo com as localizações definidas no POPNRF.

Refira-se que alguns projectos de infra-estruturas portuárias, pelas suas características, poderão estar sujeitos a procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental de acordo com a legislação vigente.

Projecto/acção relacionado

- > P4 – Plano de mobilidade e ordenamento de circulação na Ria.

P6 | Plano de valorização e gestão sustentável das actividades ligadas aos recursos da Ria**Objectivo**

Valorizar e aumentar a competitividade das actividades ligadas aos recursos da Ria, estimulando o desenvolvimento de actividades inovadoras e tecnologicamente evoluídas, as boas práticas ambientais adequadas às características específicas de cada actividade e uma maior integração entre as diferentes actividades económicas presentes.

Localização

Loulé, Faro, Olhão, Tavira, Vila Real de Santo António

Actividade a desenvolver**Estudos e Planos:**

- > Plano de valorização e gestão sustentável das práticas produtivas associadas aos recursos da Ria.

Este Plano deverá conter: a definição de capacidade de carga de algumas zonas da Ria para cada tipo de actividade que dela dependa; o ordenamento e disciplina das actividades económicas presentes (moliscicultura, marisqueio, salicultura,

piscicultura, turismo); a identificação de potencialidades de reconversão e modernização de algumas actividades económicas; identificação das necessidades de formação de activos para as boas práticas ambientais e a indicação de um plano para a pesca e para a apanha lúdica no espaço lagunar.

P7 | Infra-estruturas de apoio ao uso balnear

Objectivo

Ordenamento, minimização de riscos de erosão e valorização dos espaços balneares (praias de tipologia I, II e III), com a concretização de intervenções ao nível das infra-estruturas e de medidas correctivas, de forma a garantir a segurança e o conforto na utilização deste espaço público e, ao mesmo tempo, proteger e recuperar o sistema dunar, mantendo a sua integridade biofísica.

A concretização desta acção pode ser uma oportunidade para a criação de uma imagem de referência – “Praias da Ria Formosa” –, pela envolvente ambiental e paisagística que as caracterizam e diferenciam na região Algarvia, garantindo condições de segurança e respeito pelo meio ambiente natural existente.

Localização

Praias: Garrão; Ancão; Quinta do Lago; Armona mar; Cavacos; Fuzeta-Ria; Fuzeta-Mar; Barril; Terra Estreita; Ilha de Tavira; Cabanas e Lota.

Loulé, Faro, Olhão, Tavira, Vila Real de Santo António

Actividade a desenvolver

Projectos e Obras:

- > Protecção e recuperação do sistema dunar e requalificação e valorização dos espaços balneares (a desenvolver de acordo com os planos de praia indicados no POOC Vilamoura-Vila Real de Santo António).

Projecto/acção relacionado

- > P2.1 – Renaturalização;
- > P1.1 – Ilha de Faro;

- > P1.2 — Ilha da Culatra;
- > P1.3 — Ilha da Armona;
- > P1.5 — Ilha de Tavira.

P8 | Requalificação de espaços ribeirinhos com criação de parques públicos e percursos pedonais

P8.1 — Parque ribeirinho do Ludo

Objectivo

Requalificação das margens da ribeira de São Lourenço com a criação de um novo espaço de fruição colectiva, devidamente articulado com a sua preservação, que permita uma nova vivência deste espaço e da sua relação com a Ria.

Localização

Ribeira de São Lourenço/Loulé

Actividade a desenvolver

Projectos e Obras:

- > Criação de parque linear na ribeira de São Lourenço com zonas de estada e lazer devidamente equipadas, articulado com percurso pedonal na área de salinas envolvente.

Esta acção deverá ser devidamente articulada com as intervenções previstas no POPNRF, a executar pelo ICNB.

P8.2 — Parque ribeirinho de Faro

Objectivo

Requalificação ambiental da frente ribeirinha de Faro, criando novos espaços de fruição colectiva que permitam uma nova vivência da cidade e da sua relação com a Ria.

Localização

Faro

Actividade a desenvolver

Projectos e Obras:

- > Criação do parque ribeirinho de Faro. Este projecto deverá conter: a requalificação e valorização do espaço público com adequado equipamento urbano e serviços de apoio; a criação de percurso ribeirinho e interpretativo na envolvente das salinas, e a requalificação e valorização do espaço com ocupações de carácter precário (localizados junto à laguna).

P8.3 — Parque ribeirinho poente de Olhão

Objectivo

Requalificação ambiental da frente ribeirinha de Olhão, no prolongamento da Av. 5 de Outubro no sentido poente dos mercados, criando novos espaços de fruição colectiva que permitam uma nova vivência da cidade e da sua relação com a Ria.

Localização

Olhão

Actividade a desenvolver

Projectos e Obras:

- > Criação do parque ribeirinho poente de Olhão. Este projecto deverá incluir: a requalificação e valorização do espaço público com adequado equipamento urbano e serviços de apoio, em articulação com a marginal de Olhão, ao qual se associaram percursos ribeirinhos e interpretativos em torno das salinas adjacentes.

P8.4 — Requalificação paisagística da ligação Pedras D'El Rei a Santa Luzia

Objectivo

Requalificação ambiental das frentes ribeirinhas, criando novos espaços de fruição colectiva que permitam uma nova vivência com a Ria.

A frente de Ria, entre Pedras D’El Rei e Santa Luzia é frequentemente utilizada para a ligação entre estes dois núcleos, sendo actualmente feita em condições pouco adequadas. Assim, esta acção visa a valorização desta ligação para que esta se constitua como uma “marginal”, com passeios largos, locais de estacionamento adequados, nomeadamente uma adequada zona de estacionamento junto ao acesso à praia do Barril (Pedras D’El Rei), e um adequado enquadramento com a envolvente lagunar.

Complementarmente e como “remate” desta acção, importa valorizar os apoios de praia existente na marginal de Santa Luzia.

Localização

Pedras D’El Rei – Santa Luzia

Actividade a desenvolver

Projectos e Obras:

- > Requalificação e ordenamento de estacionamento em Pedras D’El Rei;
- > Requalificação de caminho pedonal entre Pedras D’El Rei e Santa Luzia, incluindo mobiliário urbano, zonas de estada, zonas de estacionamento (formalização e valorização do caminho pedonal já existente);
- > Valorização e enquadramento paisagístico dos apoios de pesca na marginal de Santa Luzia.

Projecto/acção relacionado

- > P7 – Infra-estruturas de apoio ao uso balnear

P8.5 — Requalificação paisagística da marginal de Cabanas

Objectivo

Requalificação ambiental das frentes ribeirinhas, criando novos espaços de fruição colectiva que permitam uma nova vivência com a Ria.

O desenvolvimento turístico que a povoação de Cabanas sofreu nos últimos anos não permitiu que se adaptasse e adequasse às utilizações, faltando-lhe uma intervenção de conjunto que reflecta a ligação da povoação à Ria Formosa. É neste contexto que se insere esta acção que visa a concretização do projecto de requalificação paisagística da marginal de Cabanas desenvolvido pela Câmara Municipal de Tavira.

Localização

Cabanas/Tavira

Actividade a desenvolver

Projectos e Obras:

- > Reperfilamento da marginal por utilização de calçada de cubos de calcário;
- > Arranjo paisagístico de espaço público (Passeios pedonais em calçada de cubos de calcário, mobiliário urbano e plantações).

P8.6 — Percurso pedonal e de lazer entre Lacém e Manta Rota

Objectivo

Requalificação ambiental das frentes ribeirinhas, criando novos espaços de fruição colectiva que permitam uma nova vivência com a Ria. A frente de Ria, entre Lacém e Manta Rota, é frequentemente procurada e utilizada por visitantes, que usam, de forma indisciplinada, os caminhos informais e rurais existentes. Assim, esta acção visa a formalização e valorização do percurso pedonal existente entre Lacém e Manta Rota, dando garantias de utilização minimizando os riscos para os utilizadores e reduzindo o impacto sobre o património natural.

O sítio da Fábrica, localizado entre Lacém e Manta Rota, é muito procurado por turistas como “porta” de acesso a praias e paisagens singulares. Este sítio apresenta deficiências ao nível de espaço público e de condições de acessibilidade e estacionamento. Assim, considerou-se no plano de intervenção a criação de estacionamento informal, de retaguarda e apoio ao sítio da Fábrica, e a requalificação do respectivo acesso pedonal.

Localização

Lacém – Fábrica e Manta Rota/Vila Real de Santo António

Actividade a desenvolver

Projectos e Obras:

- > Criação de percurso pedonal e ciclável entre Lacém e Manta-Rota, incluindo balizamento de áreas de risco, mobiliário urbano, zonas de estada e sinalização informativa e de sensibilização ambiental (formalização e valorização do percurso pedonal já existente entre Lacém e Manta Rota);
- > Requalificação e ordenamento de estacionamento na via de acesso ao sítio da Fábrica. Esta acção deverá ser articulada com o projecto de requalificação de espaço público do sítio da Fábrica desenvolvido pela Câmara Municipal de Vila Real de Santo António.

Projecto/acção relacionado

- > P2.6 – Cacela/Fábrica.

P9 | Plano de marketing territorial

Objectivo

A actuação no domínio do *marketing* territorial deve ser encarada como um instrumento de identificação dos cidadãos com o território onde habitam e trabalham. Esta relação afectiva entre os cidadãos e o espaço de vivência diária é um incentivo fundamental para o investimento, desenvolvimento, ocupação ordenada e preservação desse mesmo espaço. Assim, o Plano de Marketing Territorial e as acções dele decorrentes deverão fomentar o reconhecimento dos valores naturais e socioculturais existentes, como sendo um benefício e uma mais-valia para o desenvolvimento e diferenciação deste território, em particular os associados à Ria Formosa. Por outro lado, o Plano de *Marketing* deverá potenciar a projecção da imagem da Ria, numa perspectiva de captação de novas actividades económicas e de criação de um produto turístico diferenciado e diferenciador, com capacidade de atracção de novos segmentos, como é o caso do turismo de natureza, científico e desportivo, em complemento ao turismo “sol e mar”. O objectivo deste projecto é, pois, de promoção, a nível regional, nacional e internacional, do valor natural, social e patrimonial único da Ria Formosa na Região do Algarve. Tem, ainda, por objectivo

divulgar a concretização da estratégia definida para a Ria no âmbito deste Plano Estratégico.

Localização

Loulé, Faro, Olhão, Tavira, Vila Real de Santo António

Actividade a desenvolver

Estudos e Planos:

- > Plano de Marketing Territorial. Este Plano deverá conter: a criação de uma imagem/marca territorial como veículo de divulgação dos produtos da Ria Formosa (associados às suas características endógenas — natureza e paisagem) e à oferta presente (alojamento e gastronomia, outros); a indicação de acções de comunicação e promoção da marca, quer para o público quer para o sector económico, e a identificação das possíveis aplicações da marca num conjunto de suportes de comunicação e de divulgação regional e nacional (guias turísticos, roteiros dos percursos, agendas culturais, sinalética, posto de turismo, publicações municipais, entre outros).

Projecto/acção relacionado

- > P10 — Plano de Comunicação e divulgação.

P10 — Plano de comunicação e divulgação

Objectivo

Promoção, divulgação e sensibilização ambiental, coadjuvadas com acções dirigidas a públicos e agentes económicos dos diferentes sectores para a difusão dos valores naturais, patrimoniais e socioeconómicos presentes na Ria. Associado e na sequência do Plano de Marketing Territorial, deverá ser elaborado e implementado o Plano de Comunicação e Divulgação, que definirá a estratégia de informação, quer para os residentes na região quer para os visitantes e turistas.

Localização

Loulé, Faro, Olhão, Tavira, Vila Real de Santo António

Actividade a desenvolver

Estudos e Planos:

- > Plano de comunicação e divulgação. Este Plano deverá incluir: acções de informação, formação e comunicação direccionadas para públicos-alvo; instalação de sinalética informativa e de divulgação adequada e homogénea; edição de material de divulgação; acções de promoção de produtos tradicionais e de referência da Ria; criação de postos de informação e de divulgação dos valores presentes; organização de agendas de eventos; conteúdos para *site*, a criar, entre outros.

Projectos e Obras:

- > Desenvolvimento das acções de comunicação indicadas no respectivo plano.

Projecto/acção relacionado

- > P9 – Plano de Marketing Territorial.

P11 | Plano de definição de trilhos e percursos de descoberta dos valores naturais e patrimoniais da Ria

Objectivo

Promoção e valorização do valor ecológico e patrimonial da Ria Formosa.

O reconhecido valor paisagístico e ambiental da Ria, associado ao património salineiro e edificado existente, deve ser valorizado e “partilhado” com os residentes e visitantes da Ria. Neste pressuposto, o projecto a desenvolver tem por objectivo a identificação e definição de “percursos de descoberta”, devidamente sinalizados e estruturados, que possibilitem o conhecimento de zonas menos acessíveis da Ria, o desenvolvimento de actividades de lazer e, ao mesmo tempo, promovam os valores ambientais, culturais e patrimoniais presentes.

Considera-se que a conservação dos recursos, aliada à sua divulgação, permitirá incentivar o desenvolvimento de actividades ligadas ao ecoturismo, ao turismo de natureza, turismo de aventura e turismo sustentável, aumentando e diversificando a oferta turística nesta Região.

Localização

Loulé, Faro, Olhão, Tavira, Vila Real de Santo António

Actividade a desenvolver

Estudos e Planos:

- > Plano de definição de trilhos e percursos de descoberta dos valores naturais e patrimoniais da Ria. Este Plano deverá conter: a identificação e definição de percursos (barco, pedonais e/ou cicláveis) temáticos e/ou de lazer (p. ex. circuito dos moinhos de maré, dos salineiros, de avifauna, da botânica, entre outros), a definição de sinalização informativa sobre os percursos; a identificação de infra-estruturas de apoio e zonas de estada e lazer, e a definição de acções de dinamização dos percursos junto da população local e visitantes.

Projectos e Obras

- > Implementação de percursos (incluindo as estruturas de apoio e sinalização adequada).

Projecto/acção relacionado

- > P10 – Plano de comunicação e divulgação;
- > P12 – Centros de divulgação dos valores naturais e patrimoniais.

P12 | Instalação de centros de divulgação dos valores naturais e patrimoniais da Ria

Objectivo

Conservação e valorização do património edificado existente na área do PNRF (moinhos de maré, fortes, estações arqueológicas, entre outros) para fins de lazer e de dinamização (controlada), compatibilizando a sua exploração com os objectivos de divulgação e promoção da Ria Formosa. Refira-se que existem cerca de quarenta moinhos de maré, datados dos séculos XVII, XVIII e XIX e indicados na cartografia anexa, dos quais importa conhecer o seu estado de conservação e promover a requalificação de alguns deles para fins de divulgação ambiental e patrimonial (p. ex. centro de divulgação dos recursos naturais e patrimoniais, ou como equipamentos de apoio à visita do PNRF).

Localização

Loulé, Faro, Olhão, Tavira, Vila Real de Santo António

Actividade a desenvolver

Estudos e Planos:

- > Plano de caracterização e estratégia para a conservação e valorização do património construído para diversos fins.

Projectos e Obras:

- > Requalificação do património construído para divulgação dos valores naturais presentes (Centro de Interpretação de Marim, moinhos de maré, e/ou outros).

Projecto/acção relacionado

- > P10 – Plano de comunicação e divulgação;
- > P11 – Plano de definição de trilhos e percursos de descoberta dos valores naturais e patrimoniais da Ria.

4.3 | PROJECTOS/ACÇÕES COMPLEMENTARES À INTERVENÇÃO

O Plano de Intervenção a desenvolver e a implementar, no âmbito deste Plano Estratégico, assume-se assim como o mote (motor) catalisador das diversas vontades, mobilizadas e congregadas na estratégia de desenvolvimento definida.

No entanto, embora contendo uma ambição estruturante para a requalificação deste território, este Plano de Intervenção não efectiva de *per si* a totalidade dos objectivos definidos, que só serão cumpridos com a implementação de outros planos, projectos e acções (já referenciados na matriz de projectos/actores), igualmente estruturantes para a concretização da visão estratégica definida, pelo que foram assumidos como projectos/acções complementares à intervenção, cuja responsabilidade de implementação está acometida às várias entidades com jurisdição neste território. Falamos nomeadamente de:

- > Projectos a promover pelos municípios, isoladamente ou em parceria com a administração pública e/ou privados, para a requalificação das frentes ribeirinhas e a regeneração de espaços degradados ou abandonados adjacentes à Ria. Para tal, torna-se necessário desenvolver os instrumentos de gestão territorial previstos nos Planos Directores Municipais, de forma a requalificar e valorizar a Ria Formosa como um todo, intervindo na franja urbana que a bordeja e que se constitui como a sua “porta” de entrada;
- > Projectos da responsabilidade do MOPTC na Ria Formosa, a desenvolver isoladamente ou em parceria com as autarquias e/ou privados, nomeadamente:
 - > Dragagem de regularização e/ou manutenção de condições de navegabilidade nos canais principais e secundários (transposição de barras) sob a sua jurisdição. Estes projectos deverão estar enquadrados num plano de dragagens plurianual, de acordo com o POPNRF⁵⁸;
 - > Requalificação e valorização das infra-estruturas de pesca em Olhão, Fuzeta, Santa Luzia, Tavira, Cabanas e Culatra. Estes projectos irão permitir ordenar e melhorar as condições de operação e segurança das actividades ligadas à pesca, promovendo assim este importante património social e cultural ligado à Ria;

⁵⁸ Cf. artigo 45.º do Plano de Ordenamento do Parque Natural da Ria Formosa

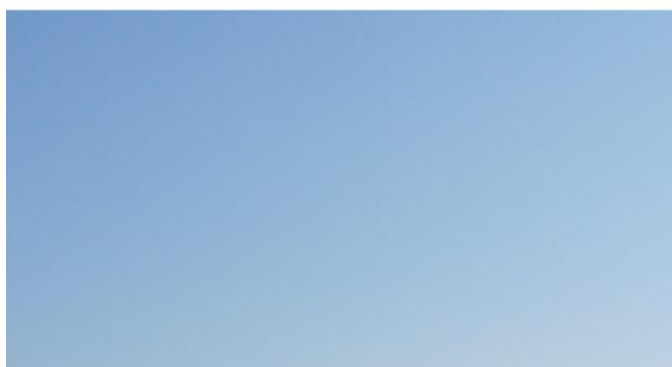
> Criação e beneficiação de infra-estruturas de navegação de recreio e desporto (portos, docas, outros), e infra-estruturas terrestres de apoio a estas actividades (centros náuticos, zonas de estacionamento, criação e apetrechamento de estaleiros, outros). O número e localização destas infra-estruturas no Algarve serão definidos no âmbito de uma abordagem integrada, territorialmente e sectorialmente (lógica de rede), de acordo com as *“Orientações Estratégicas para o Sector Marítimo Portuário, 2006”*⁵⁹.

- > Projectos e/ou acções a serem promovidos pelo MAPDR, isoladamente ou em parceria com as autarquias e/ou privados, para a valorização das actividades económicas dependentes dos recursos da Ria. Estas poderão passar por incentivos financeiros à formação de activos; modernização de técnicas e métodos de produção promovendo a produção de qualidade; competitividade das unidades de produção, através da inovação organizativa e funcional e da divulgação do conhecimento científico e técnico; incentivos à investigação científica, à valorização do saber tradicional e à inovação ao nível dos métodos, das tecnologias e da abertura de novos campos de actuação; promoção de produtos, certificação de qualidade, entre outros. A definição e a instalação de adequados mercados grossistas de pescado no Algarve são um projecto que contribuirá para a qualificação e organização deste importante sector na Ria Formosa.
- > Projectos a desenvolver pelas Águas do Algarve ao nível do reforço do sistema de saneamento básico existente e que terão impactes significativos a curto prazo e, sobretudo, permitirão a médio/longo prazo melhorar a qualidade da água afluyente à Ria Formosa, referindo-se, nomeadamente, a construção de um conjunto significativo de interceptores/emissários, bem como o reforço e/ou remodelação das principais ETAR da área de intervenção, nomeadamente em Faro e Olhão, especialmente importantes pelo volume de caudais que tratam;
- > Acções de monitorização previstas no POOC Vilamoura-Vila Real de Santo António, as quais, sendo de natureza transversal a todo o litoral nacional, são da responsabilidade do INAG, tal como definido no Programa de Acção “Litoral 2007-2013”;
- > Acções de gestão do Parque Natural da Ria Formosa, as quais visam a valorização e preservação do património natural presente nesta área protegida.

⁵⁹ Versão para consulta de Dezembro de 2006.

5.

Investimento
e financiamento
da intervenção



5 | INVESTIMENTO E FINANCIAMENTO DA INTERVENÇÃO

5.1 | ESTIMATIVA DE INVESTIMENTO

A formatação da estimativa de investimento da intervenção na Ria Formosa teve em consideração os seguintes pressupostos:

- > No que respeita às acções do POOC e, muito particularmente, às de renaturalização e de reestruturação/requalificação das ilhas e espaços terrestres contíguos, as estimativas dos respectivos valores de empreitada tiveram por base os valores assumidos no POOC, dada a dependência de valores mais realistas na elaboração de planos de intervenção, de projectos de intervenção e requalificação, e de planos de pormenor prévios necessários ao desenvolvimento de qualquer investimento físico e, mesmo, à elaboração dos projectos técnicos de execução;
- > Também as estimativas do POOC, para realojamento, foram mantidas pelas mesmas razões;
- > Para as restantes empreitadas, assumiram-se valores com base em custos médios de referência, verificados ultimamente em obras de natureza idêntica;
- > Para honorários referentes à elaboração “estudos e planos”, consideraram-se valores indicativos de 3% das respectivas empreitadas, para a generalidade dos estudos envolvidos, tendo sido, nos casos das acções de renaturalização e de reestruturação/requalificação das ilhas e espaços terrestres contíguos, e dada a sua especificidade, admitida a percentagem de 7% das respectivas empreitadas;
- > Os honorários relativos à elaboração dos projectos técnicos foram calculados, também, por aplicação de uma percentagem indicativa de 7% aos valores das estimativas das respectivas empreitadas;
- > Para honorários de fiscalização, operou-se com base em idêntico critério, mas aplicando uma percentagem indicativa de 3% aos valores das estimativas das respectivas empreitadas;
- > Para custos de gestão da intervenção, admitiu-se, no considerando da realização da operação num período de cinco anos, a mobilização de uma equipa técnica com um custo médio mensal de 58.080 euros. Também para os custos de estrutura se admitiu um custo médio mensal da ordem dos 8.000 euros. Neste foi ainda considerado um valor de 250.000 euros para cobrir os custos com a elaboração de estudos-base da intervenção.

- > Foi igualmente considerado um valor para “outros custos financeiros” que poderão resultar da diminuição das taxas de financiamento previstas, da inflação, e outros custos associados à gestão de uma intervenção desta dimensão e natureza, pelo que se considerou um acréscimo aos custos de estrutura e gestão, correspondentes a 10% do Capital Social da Sociedade, ou seja, um valor de 2.065.442 euros.

Neste enquadramento, o Plano de Intervenção proposto envolve um investimento a ser gerido pela Sociedade Polis Litoral Ria Formosa S.A., estimado na ordem dos 87 milhões de Euros (com IVA), que contém os projectos/acções de investimento indicados na Tabela 10 “Plano de intervenção – estimativa de investimento”, e que genericamente reporta a realização dos seguintes investimentos por projecto/acção considerado:

PROJECTOS	INVESTIMENTO PREVISTO (M€)
P2 Medidas correctivas de erosão e defesa costeira - reestruturação e requalificação das ilhas e espaços terrestres contíguos	14,6
P1 Medidas correctivas de erosão e defesa costeira - renaturalização, alimentação artificial de praias, transposição de barras, recuperação dunar e lagunar	35,5
P3 Requalificação da Rede Hidrográfica adjacente ao sistema lagunar	2,0
P4 Plano de mobilidade e ordenamento de circulação na ria	0,4
P5 Criação, requalificação e valorização das infra-estruturas de acostagem e áreas adjacentes	7,2
P6 Plano de valorização e gestão sustentável das actividades económicas	0,3
P7 Infra-estruturas de apoio ao uso balnear	7,2
P8 Requalificação de espaços ribeirinhos - parques públicos e percursos pedonais	11,5
P9 Plano de <i>marketing</i> territorial	0,5
P10 Plano de comunicação e divulgação	0,5
P11 Plano de definição de trilhos e percursos de descoberta dos valores ambientais e patrimoniais da Ria	0,2
P12 Instalação de centros de divulgação dos valores naturais e patrimoniais da Ria	1,3
Custos de Estrutura e gestão da intervenção	6,3
TOTAL DO INVESTIMENTO A ASSUMIR PELA SOCIEDADE	87,5

Saliente-se, no entanto, que aquele valor de investimento previsto a realizar na área de intervenção em causa se elevará substancialmente, tendo em conta outros grandes domínios de intervenção da promoção de outras entidades, constituídos como complementares desta intervenção (descritos no ponto 4.3) e para os quais ainda não se dispõe de estimativas, ou porque os mesmos se encontram em fase de definição estratégica, ou porque envolvem investimento privado. Referimo-nos, essencialmente, aos investimentos a promover:

- > Pelo MOPTC/IPTM, isoladamente e/ou em parceria com privados e, mesmo, com os municípios nos canais de navegação principais, na requalificação e valorização de infra-estruturas de pesca (cerca de 20 milhões de euros), nas infra-estruturas de navegação de recreio e desporto e respectivas infra-estruturas terrestres de apoio;
- > Pelo MAPDR, isoladamente e/ou em parceria com privados ou com outras instituições, em áreas referentes às actividades económicas da ria;
- > Pelos municípios, também isoladamente e/ou em parceria com a Administração Central e/ou privados, na regeneração/refuncionalização das áreas ribeirinhas degradadas;
- > Pelas Águas do Algarve, no âmbito do abastecimento e saneamento no montante previsto de 18,3 milhões de euros.

Tabela 10 | Plano de Intervenção - Estimativa preliminar de investimento (valores em euros, com IVA)

	NATUREZA DAS DESPESAS DE INVESTIMENTO					TOTAL	OBSERVAÇÕES
	Estudos e Planos	Projectos	Empreitadas	Fiscalização	Outras (incluindo realojamento)		
EIXO 1: PRESERVAR O PATRIMÓNIO NATURAL E PAISAGÍSTICO	2.587.500	2.951.676	42.166.795	1.265.004	3.150.000	52.120.974	
Linha de Intervenção: Protecção e requalificação da Zona Costeira	2.587.500	2.951.676	42.166.795	1.265.004	3.150.000	52.120.974	
Medidas correctivas de erosão e defesa costeira - reestruturação e requalificação das ilhas e espaços terrestres contíguos (P1.)	988.073	865.523	12.364.615	370.938	0	14.589.150	Só Plano de Pormenor
Ilha de Faro (P1.1)	204.615	204.615	2.923.077	87.692		3.420.000	
Ilha de Culatra(P1.2)	136.410	136.410	1.948.718	58.462		2.280.000	
Ilha de Armona(P1.3)	266.000	266.000	3.800.000	114.000		4.446.000	
Quatro Águas(P1.4)	224.395	224.395	3.205.641	96.169		3.750.600	
Ilha de Tavira(P1.5)	34.103	34.103	487.179	14.615		570.000	
Cacela/Fábrica(P1.6)	122.550					122.550	
Medidas correctivas de erosão e defesa costeira - renaturalização, alimentação artificial de praias, transposição de barras, recuperação dunar e lagunar (P2.)	1.546.330	1.962.259	28.032.268	840.968	3.150.000	35.531.824	
Renaturalização (P2.1)	1.234.383	1.234.383	17.634.038	529.021	3.150.000	23.781.824	
Alimentação artificial de praias / transposição de barras (P2.2)	106.195	247.788	3.539.823	106.195		4.000.000	
Recuperação dunar e lagunar (P2.3)	205.752	480.088	6.858.407	205.752		7.750.000	
Requalificação da Rede Hidrográfica adjacente ao sistema lagunar (P3.)	53.097	123.894	1.769.912	53.097	0	2.000.000	
EIXO 2: QUALIFICAR A INTERFACE RIBEIRINHA	350.000	459.200	6.560.000	196.800	0	7.566.000	
Linha de Intervenção: Ordenamento e qualificação da mobilidade	350.000	459.200	6.560.000	196.800	0	7.566.000	
Plano de mobilidade e ordenamento de circulação na ria (P4.)	350.000					350.000	
Criação, requalificação e valorização das infra-estruturas de acostagem e áreas adjacentes (P5.)		459.200	6.560.000	196.800		7.216.000	
EIXO 3: VALORIZAR OS RECURSOS COMO FACTOR DE COMPETITIVIDADE	289.823	1.284.331	18.347.586	550.428	1.000.000	21.472.168	
Linha de Intervenção: Valorização das actividades económicas ligadas aos recursos da Ria	250.000	0	0	0	0	250.000	
Plano de valorização e gestão sustentável das actividades económicas (P6.)	250.000					250.000	
Linha de Intervenção: Valorização dos espaços de Ria para fruição pública	0	1.191.411	17.020.153	510.605	0	18.722.168	
Infraestruturas de apoio ao uso balnear (P7.)		458.394	6.548.480	196.454		7.203.328	
Requalificação de espaços ribeirinhos - parques públicos e percursos pedonais(P8.)	0	733.017	10.471.673	314.150	0	11.518.840	
Parque ribeirinho do Ludo (P8.1)		82.727	1.181.818	35.455		1.300.000	
Parque ribeirinho de Faro (P8.2)		226.516	3.235.940	97.078		3.559.534	
Parque ribeirinho poente de Olhão (P8.3)		229.706	3.281.519	98.446		3.609.671	
Requalificação paisagística da ligação Pedras D'El Rei - Santa Luzia (P8.4)		31.818	454.545	13.636		500.000	
Requalificação paisagística da marginal de Cabanas (P8.5)		118.900	1.698.578	50.957		1.868.436	
Percurso pedonal e de lazer Lacém - Manta Rota (P8.6)		43.349	619.272	18.578		681.199	
Linha de Intervenção: Promoção da Ria suportada no património ambiental e cultural	39.823	92.920	1.327.434	39.823	1.000.000	2.500.000	
Plano de marketing territorial (P9.)					500.000	500.000	
Plano de comunicação e divulgação P10.)					500.000	500.000	
Plano de definição de trilhos e percursos de descoberta dos valores ambientais e patrimoniais da Ria (P11.)	6.637	15.487	221.239	6.637		250.000	
Instalação de centros de divulgação dos valores naturais e patrimoniais da Ria (P12.)	33.186	77.434	1.106.195	33.186		1.250.000	
CUSTOS DE ESTRUTURA E GESTÃO DA INTERVENÇÃO	0	0	0	0	6.381.042	6.381.042	
Custos de estrutura					580.800	580.800	
Gestão da intervenção					3.484.800	3.484.800	
Esudos base da intervenção					250.000	250.000	
Outros custos financeiros					2.065.442	2.065.442	
TOTAL	3.227.323	4.695.207	67.074.381	2.012.231	10.531.042	87.540.184	

5.2 | FINANCIAMENTO DA INTERVENÇÃO

A proposta de cobertura financeira do plano de investimento, a promover pela Sociedade Polis Litoral Ria Formosa S.A., teve como principal elemento de análise o facto de se tratar de um grande Projecto Público, constituído em torno da estratégia de tornar a Ria Formosa uma zona costeira singular e referencial de sustentabilidade, respondendo às actuais orientações de política neste domínio – traduzidas, entre outros aspectos na abordagem multidisciplinar do território, na articulação e mobilização dos diferentes actores e na conciliação dos objectivos de conservação dos recursos naturais e de desenvolvimento socioeconómico, e na formatação de uma operação pública integrada, que se quer também mobilizadora do sector privado.

Por sua vez, foram coerentemente considerados os objectivos e as prioridades estratégicas do QREN – nomeadamente no âmbito da Política Comunitária de Coesão Económica e Social e da Agenda Operacional Temática de Valorização do Território –, materializados pela aplicação de instrumentos operacionais e financeiros para o período 2007-2013, que poderão ser potenciadores e incentivadores da execução das acções/projectos identificados.

No que respeita ao financiamento comunitário – sob reserva da definição e da apreciação completas dos parâmetros de caracterização das acções/projectos, necessárias para uma eventual candidatura a financiamento, e do desenvolvimento das disposições e decisões operacionais e financeiras da gestão do QREN e dos Programas Operacionais – foram elaborados a título previsional o respectivo enquadramento operacional das acções/projectos e o consequente plano de financiamento.

Face às condições preliminares de avaliação, os referidos dados de enquadramento e financiamento apresentam um carácter essencialmente previsional gerando, por sua vez, um indicador do potencial espectável de mobilização de fundos no âmbito do QREN.

O enquadramento e o plano de financiamento referidos tiveram como base as informações e dados disponíveis sobre as acções/projectos e os objectivos e tipologias gerais de acções elegíveis estabelecidos nos eixos prioritários dos Programas Operacionais e em regulamentos específicos.

No contexto dos financiamentos comunitário e nacional assumiram-se os seguintes pressupostos específicos:

- O financiamento comunitário do Fundo de Coesão/Programa Operacional Temático de Valorização do Território financiará, à taxa de 70%, projectos que visem a

correção da erosão e defesa costeira (renaturalização, transposição de barras, alimentação artificial de praias, recuperação dunar e lagunar, reestruturação e requalificação das ilhas-barreira e espaços terrestres contíguos), dado o seu forte contributo para a promoção da defesa costeira, a garantia da biodiversidade e, conseqüentemente, a promoção do desenvolvimento sustentado;

- > O FEDER do Programa Operacional Regional do Algarve financiará, à taxa média de 50%, de requalificação da rede hidrográfica adjacente ao sistema lagunar e de promoção da Ria suportada no património ambiental e cultural presente, bem como os projectos de qualificação ambiental na interface ribeirinha, dado o seu enquadramento nos objectivos daquele programa operacional, designadamente nos objectivos de protecção e qualificação ambiental e de valorização territorial e desenvolvimento urbano, respectivamente;
- > Os equipamentos associados aos planos de praia — estacionamento, áreas de lazer equipadas, apoios de praia e, mesmo, acessos — serão, maioritariamente, assumidos financeiramente pelos respectivos concessionários;
- > Para o “realojamento”, deverão ser mobilizados os financiamentos nacionais a este tipo de intervenções, que actualmente se encontram em revisão, bem como o esperado envolvimento financeiro dos próprios realojados;
- > O Turismo de Portugal financiará as acções que, pela sua natureza, irão contribuir para a valorização do turismo neste espaço singular, designadamente de requalificação dos espaços ribeirinhos, as infra-estruturas de acostagem e os estudos gerais, desde o de *marketing* territorial ao plano de mobilidade da Ria;
- > O MOPTC assumirá individualmente ou em conjunto com os privados os investimentos relativos à valorização das infra-estruturas de acostagem e área adjacente, os quais se prevêem vir a beneficiar de financiamento pelo Programa de Intervenção de Turismo, bem como as contrapartidas nacionais das acções de reestruturação a realizar na área de sua jurisdição (núcleo do Farol, parte da Ilha de Tavira);
- > O MAOT, por meio de recursos internos, assumirá as contrapartidas nacionais das acções que são da sua responsabilidade, bem como uma quota-parte das despesas de estrutura e gestão da intervenção;
- > A participação financeira das Câmaras, equivalente à sua quota-parte nas acções da sua responsabilidade e nos custos de estrutura e gestão será, para efeitos de maximização da utilização de fundos, a constante da Tabela 11.

5.2.1 | FONTES DE FINANCIAMENTO

O financiamento comunitário previsional decorre do enquadramento preliminar das acções /projectos considerados nos Programas Operacionais e respectivos eixos prioritários e traduzido nos termos seguintes:

- > Programa Operacional Temático Valorização do Território, financiamento potencial do Fundo de Coesão através do Eixo Prioritário III - Prevenção, Gestão e Monitorização de Riscos Naturais e Tecnológicos: 33.067.182 €;
- > Programa Operacional Regional do Algarve, financiamento potencial do FEDER através dos Eixos Prioritários:
 - > II - Protecção e Qualificação Ambiental - 8.620.064 €
 - > III - Valorização Territorial e Desenvolvimento Urbano - 175.000 €
- > Programa Operacional das Pescas, PROMAR, financiamento potencial do Fundo Europeu das Pescas através do Eixo 4 - Desenvolvimento Sustentável das Zonas de Pesca, 212.500 €.

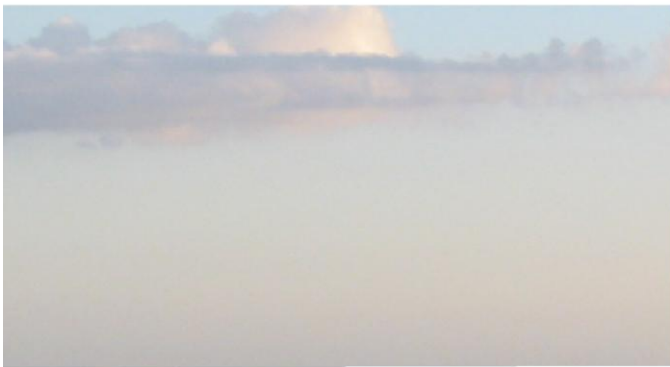
Projecto a projecto estão envolvidos os financiamentos que se retratam na Tabela 11 “Plano de intervenção - estimativa preliminar de financiamento”. No entanto, tendo em consideração o valor do capital social indicado no Decreto-Lei nº 92/2008, de 03 de Junho, a proposta de plano de financiamento envolve as seguintes fontes e valores:

	FINANCIAMENTO (EUROS)
COMUNITÁRIO	42.074.746
Fundo de Coesão (Plano Operacional de Valorização do Território)	33.067.182
FEDER /Plano Operacional do Algarve)	8.795.064
FEP - Fundo Europeu das Pescas	212.500
NACIONAL	45.581.886
Capital Social	22.500.000
MAOT	14.175.000
Municípios	8.325.000
Loulé	675.000
Faro	3.150.000
Olhão	2.475.000
Tavira	2.025.000
MOPTC/IPTM	3.891.750
MEI/TP	9.896.478
Vila Real de Santo António	336.314
IHRU + Privados + Municípios	3.150.000
Privados	5.807.344

Assim, o valor do Plano de Financiamento que decorreu do capital social inscrito no Decreto-Lei é superior em 116.448 € ao valor do Plano de Investimento.

Tabela 11 | Plano de Intervenção - Proposta de financiamento (valores em euros)

	TOTAL Investimento	COMUNITÁRIO			NACIONAL PÚBLICO					PRIVADOS	TOTAL Financiamento	OBSERVAÇÕES
		Fundo de Coesão (POVT)	FEDER (POAlg.)	FEP	MAOT	MOPTC (incluindo Concess.)	M. Economia / ITP	CM's	INHURU + Privados a Realojar + CM's			
INVESTIMENTO A ASSUMIR PELA SOCIEDADE		33.067.182	8.795.064	212.500	14.175.000	3.891.750	9.896.478	8.661.314	3.150.000	5.807.344	87.656.632	
EIXO 1: PRESERVAR O PATRIMÓNIO NATURAL E PAISAGÍSTICO	52.120.974	32.879.682	1.000.000	0	10.924.587	213.750	0	3.952.955	3.150.000	0	52.120.974	
Linha de Intervenção : Protecção e requalificação da Zona Costeira	52.120.974	32.879.682	1.000.000	0	10.924.587	213.750	0	3.952.955	3.150.000	0	52.120.974	
Medidas correctivas de erosão e defesa costeira - reestruturação e requalificação das ilhas e espaços terrestres contíguos (P1.)	14.589.150	10.212.405	0	0	1.010.040	213.750	0	3.152.955	0	0	14.589.150	POVT III (Taxa média 70%) - Reg. esp. "Combate à erosão e defesa costeira"
Ilha de Faro (P1.1)	3.420.000	2.394.000						1.026.000			3.420.000	
Iha de Culatra(P1.2)	2.280.000	1.596.000			130.500	195.000		358.500			2.280.000	FC 70%, Part. MOPTC referente à contrapartida nacional do núcleo do Farol, MAOT 10%, CM 20%
Ilha de Armona(P1.3)	4.446.000	3.112.200			444.600			889.200			4.446.000	FC 70%, MAOT 10%, CM 20%
Quatro Águas (P1.4)	3.750.600	2.625.420			375.060			750.120			3.750.600	FC 70%, MAOT 10%, CM 20%
Ilha de Tavira(P1.5)	570.000	399.000			47.625	18.750		104.625			570.000	FC 70%, Part. MOPTC referente à contrapartida nacional do núcleo do Farol, MAOT 10%, CM 20%
Cacela/Fábrica (P1.6)	122.550	85.785			12.255			24.510			122.550	FC 70%, MAOT 10%, CM 20%
Medidas correctivas de erosão e defesa costeira - renaturalização, alimentação artificial de praias, transposição de barras, recuperação dunar e lagunar (P2.)	35.531.824	22.667.277	0	0	9.714.547	0	0	0	3.150.000	0	35.531.824	
Renaturalização (P2.1)	23.781.824	14.442.277			6.189.547				3.150.000		23.781.824	
Alimentação artificial de praias / transposição de barras (P2.2)	4.000.000	2.800.000			1.200.000						4.000.000	
Recuperação dunar e lagunar (P2.3)	7.750.000	5.425.000			2.325.000						7.750.000	
Requalificação da rede hidrográfica adjacente ao sistema lagunar (P3.)	2.000.000	0	1.000.000	0	200.000	0	0	800.000	0	0	2.000.000	PO Alg. II (taxa 50%) - Reg. esp. "Acções de valorização do litoral", MAOT 10%, CM 40%
EIXO 2: QUALIFICAR A INTERFACE RIBEIRINHA	7.566.000	0	175.000	0	0	3.678.000	3.713.000	0	0	0	7.566.000	
Linha de Intervenção : Ordenamento e qualificação da mobilidade	7.566.000	0	175.000	0	0	3.678.000	3.713.000	0	0	0	7.566.000	
Plano de mobilidade e ordenamento de circulação na ria (P4.)	350.000	0	175.000	0	0	70.000	105.000	0	0	0	350.000	PO Alg. II (taxa 50%) - Reg. Esp. "Mobilidade territorial", ITP 30% e IPTM 20%
Criação, requalificação e valorização das infra-estruturas de acostagem e áreas adjacentes (P5.)	7.216.000	0	0	0	0	3.608.000	3.608.000	0	0	0	7.216.000	ITP 50% e IPTM + Concessionários 50%
EIXO 3: VALORIZAR OS RECURSOS COMO FACTOR DE COMPETITIVIDADE	21.472.168	0	7.620.064	212.500	246.898	0	6.183.478	1.401.884	0	5.807.344	21.472.168	
Linha de Intervenção : Valorização das actividades económicas ligadas aos recursos da Ria	250.000	0	0	212.500	37.500	0	0	0	0	0	250.000	
Plano de valorização e gestão sustentável das actividades económicas (P6.)	250.000	0	0	212.500	37.500	0	0	0	0	0	250.000	PROMAR IV (FEP 85%) - Min. da Agricultura/DGP 15%
Linha de Intervenção : Valorização dos espaços de Ria para fruição pública	18.722.168	0	6.370.064	0	209.398	0	5.183.478	1.151.884	0	5.807.344	18.722.168	
Infraestruturas de Apoio ao Uso Balnear (P7.)	7.203.328		1.186.586		209.398				0	5.807.344	7.203.328	PO Alg. II (taxa 75%) - Reg. esp. "Acções de Valorização do litoral", MAOT 25% do investimento público
Requalificação de espaços ribeirinhos - parques públicos e percursos pedonais (P8.)	11.518.840	0	5.183.478	0	0	0	5.183.478	1.151.884	0	0	11.518.840	PO Alg. II (taxa 45%) - Reg. esp. "Acções de Valorização do litoral" /parcerias para a regeneração urbana", TP 45%, CM 10%
Parque ribeirinho do Ludo (P8.1)	1.300.000		585.000				585.000	130.000			1.300.000	PO Alg. II (taxa 45%) - Reg. esp. "Acções de Valorização do litoral" /parcerias para a regeneração urbana", TP 45%, CM 10%
Parque ribeirinho de Faro (P8.2)	3.559.534		1.601.790				1.601.790	355.953			3.559.534	PO Alg. II (taxa 45%) - Reg. esp. "Acções de Valorização do litoral" /parcerias para a regeneração urbana", TP 45%, CM 10%
Parque ribeirinho poente de Olhão (P8.3)	3.609.671		1.624.352				1.624.352	360.967			3.609.671	PO Alg. II (taxa 45%) - Reg. esp. "Acções de Valorização do litoral" /parcerias para a regeneração urbana", TP 45%, CM 10%
Requalificação paisagística da ligação Pedras D'El Rei - Santa Luzia (P8.4)	500.000		225.000				225.000	50.000			500.000	PO Alg. II (taxa 45%) - Reg. esp. "Acções de Valorização do litoral" /parcerias para a regeneração urbana", TP 45%, CM 10%
Requalificação paisagística da marginal de Cabanas (P8.5)	1.868.436		840.796				840.796	186.844			1.868.436	PO Alg. II (taxa 45%) - Reg. esp. "Acções de Valorização do litoral" /parcerias para a regeneração urbana", TP 45%, CM 10%
Percurso pedonal e de lazer Lacém - Manta Rota (P8.6)	681.199		306.540				306.540	68.120			681.199	PO Alg. II (taxa 45%) - Reg. esp. "Acções de Valorização do litoral" /parcerias para a regeneração urbana", TP 45%, CM 10%
Linha de Intervenção : Promoção da Ria suportada no património ambiental e cultural	2.500.000	0	1.250.000	0	0	0	1.000.000	250.000	0	0	2.500.000	
Plano de marketing territorial (P9.)	500.000	0	250.000	0	0	0	200.000	50.000	0	0	500.000	PO Alg. II (taxa 50%) - Reg. esp. "Gestão activa de espaços protegidos e classificados", TP 50%, Soc.10%
Plano de comunicação e divulgação (P10.)	500.000	0	250.000	0	0	0	200.000	50.000	0	0	500.000	PO Alg. II (taxa 50%) - Reg. esp. "Gestão activa de espaços protegidos e classificados", TP 50%, Soc.10%
Plano de definição de trilhos e percursos de descoberta dos valores ambientais e patrimoniais da Ria (P11.)	250.000	0	125.000	0	0	0	100.000	25.000	0	0	250.000	PO Alg. II (taxa 50%) - Reg. esp. "Gestão activa de espaços protegidos e classificados", TP 50%, Soc.10%
Instalação de centros de divulgação dos valores naturais e patrimoniais da Ria (P12.)	1.250.000	0	625.000	0	0	0	500.000	125.000	0	0	1.250.000	PO Alg. II (taxa 50%) - Reg. esp. "Gestão activa de espaços protegidos e classificados", TP 50%, Soc.10%
Custos estrutura e gestão	6.381.042	187.500	0	0	3.003.515	0	0	3.306.475	0	0	6.497.490	
Custos de estrutura	580.800	0	0	0	234.010	0	0	346.790	0	0	580.800	
Gestão da intervenção	3.484.800	0	0	0	1.404.063	0	0	2.080.737	0	0	3.484.800	
Estudos base da intervenção	250.000	187.500	0	0	40.625	0	0	21.875	0	0	250.000	
Outros custos financeiros	2.065.442	0	0	0	1.324.817	0	0	857.073	0	0	2.181.890	
TOTAL	87.540.184	33.067.182	8.795.064	212.500	14.175.000	3.891.750	9.896.478	8.661.314	3.150.000	5.807.344	87.656.632	



6.

Planeamento
físico
da intervenção



6 | PLANEAMENTO FÍSICO DA INTERVENÇÃO

Na definição da calendarização da execução física da intervenção foram tidas em conta as especificidades dos projectos/acções que integram o Plano de Intervenção, bem como as diversas actividades a desenvolver. Assim, o cronograma que se apresenta foi elaborado com base nos seguintes critérios:

- > Necessidade de criação, por despacho do MAOT, de comissões específicas de acompanhamento das acções em espaços edificados a renaturalizar e a reestruturar⁶⁰, enquanto acções preparatórias dos projectos/acções em causa;
- > Desenvolvimento de estudos e planos para identificação e definição prévia dos projectos e obras a executar. Aqui, integram-se os planos de intervenção e requalificação identificados no POOC Vilamoura-Vila Real de Santo António, que, pela sua definição, assumem características semelhantes aos dos planos de pormenor. Nestes, integra-se ainda o desenvolvimento, de acordo com a legislação vigente, dos planos de pormenor para a área desafectada do domínio público hídrico na Ilha de Faro (a realizar em articulação com o Plano de Intervenção e requalificação para esta ilha) e para o núcleo Cacela/Fábrica;
- > Os prazos totais previstos para elaboração de Estudos e Planos e previstos para Projectos e Obras incluem os prazos parcelares de concurso, análise/selecção de propostas, contratação, para além do prazo necessário para a execução dos trabalhos.

Importa salientar a importância da realização dos “planos de intervenção e requalificação”, que deverão ser promovidos no início da intervenção, uma vez que irão definir mais pormenorizadamente os projectos e acções a desenvolver nas ilhas-barreira identificando, entre outras, as acções de realojamento a realizar e consequentemente as acções de requalificação e de reestruturação.

Tendo por referências as considerações anteriores, apresenta-se, na tabela seguinte, o planeamento físico provisional da intervenção.

⁶⁰ Cf. art. 37º e 38º do POOC Vilamoura - Vila Real de Santo António.

Tabela 12 | Planeamento físico previsual da intervenção

Código	Actividade	Duração	Início	Fim	2008				2009				2010				2011				2012				Q1
					Q1	Q2	Q3	Q4	Q1	Q2	Q3	Q4	Q1	Q2	Q3	Q4	Q1	Q2	Q3	Q4	Q1	Q2	Q3	Q4	
1	Intervenção de Requalificação e Valorização da Ria Formosa	1673 d	03-06-2008	31-12-2012																					
1.1	Constituição da Sociedade Ria Formosa, S.A.	58 d	03-06-2008	30-07-2008																					
1.4	Preservar o Património Natural e Paisagístico	1623 d	23-07-2008	31-12-2012																					
1.4.1	Protecção e Requalificação da Zona Costeira	1623 d	23-07-2008	31-12-2012																					
1.4.1.1	Medidas correctivas de erosão costeira e superficial - reestruturação, requalificação e renaturalização	1623 d	23-07-2008	31-12-2012																					
1.4.1.1.1	Ilha de Faro	1623 d	23-07-2008	31-12-2012																					
1.4.1.1.2	Ilha da Culatra	1518 d	05-11-2008	31-12-2012																					
1.4.1.1.3	Ilha da Armona	1348 d	05-11-2008	14-07-2012																					
1.4.1.1.4	Quatro Águas	1458 d	05-11-2008	01-11-2012																					
1.4.1.1.5	Ilha de Tavira	1168 d	05-11-2008	16-01-2012																					
1.4.1.1.6	Cacela/Fábrica	540 d	05-11-2008	28-04-2010																					
1.4.1.1.7	Ilhotes - Ilha Deserta	1518 d	05-11-2008	31-12-2012																					
1.4.1.2	Medidas correctivas de erosão e defesa costeira	840 d	12-03-2010	28-06-2012																					
1.4.1.3	Requalificação da rede hidrográfica adjacente ao sistema lagunar	730 d	05-11-2008	04-11-2010																					
1.5	Qualificar a Interface Ribeirinha	1110 d	05-11-2008	19-11-2011																					
1.5.1	Ordenamento e Qualificação da Mobilidade	1110 d	05-11-2008	19-11-2011																					
1.5.1.1	Plano de mobilidade e ordenamento de circulação na Ria	240 d	05-11-2008	02-07-2009																					
1.5.1.2	Criação, requalificação e valorização de infraestruturas de acostagem, estacionamento e áreas adjacentes	870 d	03-07-2009	19-11-2011																					
1.6	Valorização de recursos como factor de competitividade	1604 d	11-08-2008	31-12-2012																					
1.6.1	Valorização das actividades económicas ligadas aos recursos da Ria	300 d	05-11-2008	31-08-2009																					
1.6.2	Valorização dos "Espaços Ria" para fruição pública	730 d	05-11-2008	04-11-2010																					
1.6.2.1	Infraestruturas de apoio ao uso balnear	730 d	05-11-2008	04-11-2010																					
1.6.2.2	Requalificação de espaços ribeirinhos com criação de espaços público e percursos pedonais	700 d	05-11-2008	05-10-2010																					
1.6.2.2.1	Loulé - parque ribeirinho do Ludo	630 d	05-11-2008	27-07-2010																					
1.6.2.2.2	Parque ribeirinho de Faro (Poente)	700 d	05-11-2008	05-10-2010																					
1.6.2.2.3	Parque ribeirinho de Olhão (Poente)	700 d	05-11-2008	05-10-2010																					
1.6.2.2.4	Requalificação paisagística da ligação Pedras d'El Rei a Santa Luzia	700 d	05-11-2008	05-10-2010																					
1.6.2.2.5	Requalificação paisagística da marginal de Cabanas	300 d	05-11-2008	31-08-2009																					
1.6.2.2.6	Percursos pedonais Lacém-Manta Rota	640 d	05-11-2008	06-08-2010																					
1.6.3	Promoção da Ria suportada no património natural e cultural	1604 d	11-08-2008	31-12-2012																					
1.6.3.1	Plano de marketing territorial	1604 d	11-08-2008	31-12-2012																					
1.6.3.2	Plano de comunicação e divulgação	1604 d	11-08-2008	31-12-2012																					
1.6.3.3	Trilhos de descoberta dos valores naturais e patrimoniais da Ria	670 d	05-11-2008	05-09-2010																					
1.6.3.4	Centros de divulgação dos valores naturais e patrimoniais	670 d	05-11-2008	05-09-2010																					